www.correiobraziliense.com.br
LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2025
NÚMERO 22.672 • 34 PÁGINAS • R$ 5,00



Tudo pronto para o desafio nas ruas

Cilene, Álvaro, Sebastião e Vinícius estão empolgados com a proximidade da prova. Para pegar o kit da corrida, os participantes podem ir à Decathlon do Venâncio Shopping hoje ou sábado.

Fotos: Carlos Vieira/CB/D.A Press







PÁGINAS 17 E 20

Guilherme Felix/CB/D.A Press



Uma voz por mais mulheres nos cargos de poder

Na Presidência do Superior Tribunal Militar (STM), a ministra Maria Elizabeth Rocha é a primeira mulher a ocupar o cargo e destaca que sua luta é pelo empoderamento feminino. "A igualdade não pode estar só escrita na Constituição; ela tem que ser real, tem de ser material. E ela não é", disse a magistrada em entrevista ao *CB.Poder*. Na conversa, além da equidade de gênero, Maria Elizabeth avaliou temas como o julgamento dos acusados pelo 8 de janeiro.

PÁGINA 3

CASO SARAH

PF recebe 1,5 mil denúncias diárias de conteúdo abusivo contra crianças

A morte da brasiliense Sarah Raíssa (foto/D), de 8 anos, provavelmente causada pela inalação de substâncias contidas em um frasco de desodorante, expôs a gravidade de conteúdos espalhados na internet por redes criminosas que atingem crianças e adolescentes e, que no caso da menina de Ceilândia, teve um desfecho trágico. "A Polícia Federal recebe, em média, 1.500 denúncias por dia de conteúdo abusivo contra crianças. E isso é só a ponta do iceberg," diz a secretária de Direitos Digitais do Ministério da Justiça, Lilian Cintra de Melo. Há dificuldade em rastrear as quadrilhas, que se utilizam de plataformas pouco monitoradas, e a denúncia é a principal arma de combate aos criminosos. O governo federal vai propor um projeto de lei para criar um canal único para registro dos casos.



Reprodução/Minervino Júnior/CB/D.A Press

Monitorar as redes sociais é urgente

Juíza substituta da 2ª Vara da Infância e Juventude do DF, Paula Afoncina Barros Ramalho avaliou, em entrevista ao **Correio**, que as famílias precisam ser melhor informadas sobre os riscos de crianças navegarem sem controle na internet. Ela destacou a importância do acompanhamento das plataformas de redes sociais para evitar tragédias como a de Sarah Raíssa.

PÁGINAS 4, 13 E 14. VISÃO DO CORREIO, 10

Condenada, peruana ganha asilo de Lula

Mulher do ex-presidente Ollanta Humala, Nadine Heredia foi trazida de Lima por um avião da FAB depois de receber asilo político do governo brasileiro. A ex-primeira-dama deveria cumprir pena de 15 anos por lavagem de dinheiro, em caso de corrupção que envolve a construtura brasileira Odebrecht. Humala já cumpre prisão no Peru. Os dois alegam serem perseguidos pela Justiça.

PÁGINA 2 E NAS ENTRELINHAS

Transfobia

Deputadas acusam EUA

Duda Salabert (PDT-MG) e Erika Hilton (PSol-SP) tiveram vistos americanos emitidos com gênero masculino. Brasil reconhece as parlamentares como mulheres.

PÁGINA 4

Reino Unido

Trans não é mulher, diz Corte

Em decisão polêmica, a máxima instância da Justiça britânica determinou que o conceito de "mulher" deve se basear apenas no sexo biológico, não no gênero.

PÁGINA 9

Ed Alves/CB/D.A Press



Devoção na
Capelinha

Um público de mais de 100 mil espectadores é esperado amanhã, em Planaltina, para a encenação da Paixão de Cristo. No papel de Jesus, Rafael Gonçalves (D) acredita que o grupo conseguirá levar a palavra de Deus aos fiéis.

PÁGINA 18

Ozempic só será vendido com receita

Por determinação da Anvisa, as farmácias terão que reter a prescrição médica das chamadas canetas para emagrecer. Ozempic e Wegovy são os medicamentos mais conhecidos no Brasil.

PÁGINA 4

Os próximos passos do Caso Bruno Henrique

Indiciado pela PF por uma suposta participação em manipulação de resultado na derrota do Flamengo para o Santos em 2023, no Mané Garrincha, o atacante aguarda decisão do MPDFT para saber os novos capítulos da luta contra iminente punição.

Reprodução/Instagram



PÁGINA 19

Direito & Justiça

A juventude veste toga



Samuel Figueira/Divulgação

Aos 25 anos, Luísa Militão é a mais jovem juíza federal do país, no TRF da 1ª Região.

Debate

Projeto de lei propõe a concessão de porte de arma a advogados de todo o Brasil.

ISSN 1808-2661



Eufrázio

RELAÇÕES EXTERIORES

Governo Lula dá asilo a condenada por corrupção

Ex-primeira-dama peruana Nadine Heredia, mulher do ex-presidente Ollanta Humala, chega ao Brasil em avião da FAB. Casal foi sentenciado pela Justiça do país andino a 15 anos de prisão por lavagem de dinheiro, em ação originada da Lava-Jato

» VICTOR CORREIA

A ex-primeira-dama do Peru Nadine Heredia desembarcou, ontem, em Brasília após receber asilo político do governo brasileiro. Pouco depois, seguiu para São Paulo, onde ficará. Ela e o marido, o ex-presidente peruano Ollanta Humala, foram condenados a 15 anos de prisão por lavagem de dinheiro, acusados de receber recursos ilegalmente da Venezuela (à época comandada por Hugo Chávez) e da construtora brasileira Odebrecht (hoje chamada Novonor) durante as campanhas presidenciais de 2006 e 2011, respectivamente.

Nadine buscou asilo na terça-feira na Embaixada do Brasil, em Lima, com o filho mais novo, de 15 anos. Ambos foram atendidos e trazidos em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB). Ollanta Humala, porém, está detido no Peru.

Na terça, Nadine faltou à audiência, em Lima, que a condenou a 15 anos de prisão e buscou a embaixada brasileira. Humala compareceu à audiência e saiu de lá preso. Ele cumprirá a pena em uma base policial construída especialmente para ex-presidentes, onde também estão detidos Alejandro Toledo e Pedro Castillo.

A defesa da ex-primeira-dama nega as acusações e diz que ela é alvo de perseguição política, o que motivou o pedido de asilo. Os advogados afirmam que promotores peruanos não cumpriram o devido processo legal e comparam sua atuação com a do Judiciário brasileiro na Operação Lava-Jato, que também envolveu propinas pagas pela Odebrecht. O asilo foi inicialmente divulgado pelo governo peruano, mas confirmado, ontem, pelo Itamaraty.

"Chegou ao Brasil na manhã de hoje (ontem), proveniente de Lima, no Peru, a senhora Nadine Heredia Alarcón e o seu filho menor de idade. A senhora Alarcón e o seu filho obtiveram, em 15/4, a concessão de asilo diplomático, nos termos da Convenção de Asilo Diplomático, assinada em Caracas, em 28 de março de 1954, da qual ambos os países são parte", disse, em nota, o ministério. "A senhora Alarcón e o seu filho passarão, agora, pelos procedimentos necessários para sua regularização migratória no Brasil", acrescentou.

Apesar da nota do Itamaraty, o governo federal ainda não justificou por que a ação judicial contra Nadine foi considerada perseguição política.

A Convenção de Asilo Diplomático foi assinada pelos países-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA). O texto proíbe que o asilo seja concedido para pessoas condenadas por crimes comuns, condenadas por tribunais ordinários, "salvo quando os fatos que motivarem o pedido de asilo, seja qual for o caso, apresentem claramente caráter político".

A convenção define ainda que cabe ao país asilante, no caso o Brasil, definir se há ou não perseguição política. O mesmo tratado define que o benefício só pode ser dado em caso de urgência, ou seja, quando há perseguição e risco à vida ou à liberdade. Além de alegar razões políticas, a defesa de Nadine destaca que ela se recupera de um câncer e que a permanência no Peru colocaria em risco sua saúde.

Nadine e o filho também pediram ao governo federal, assim que chegaram a Brasília, o status de refugiados. Diferentemente do asilo, o refúgio é concedido pelo Ministério da Justiça, apenas após um processo de avaliação pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), que toma a decisão de acordo com a legislação internacional.

O asilo, por sua vez, é uma decisão exclusiva da Presidência da República. Questionado pelo **Correio**, o ministério confirmou o pedido.

"Recebida a solicitação de refúgio, a Polícia Federal emitiu os registros que autorizam a estada em território brasileiro até a decisão final do processo. A partir de agora, ambos deverão aguardar a deliberação do Comitê Nacional para os Refugiados, órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, competente para decidir sobre os pedidos de refúgio. Nos primeiros dois anos do governo Lula, o Brasil recebeu 126.787 solicitações de refúgio e reconheceu 90.904 pessoas como refugiadas", frisou, em nota.

A decisão do governo brasileiro de conceder o asilo diplomático foi criticada pela oposição. "Asilo diplomático de condenado por corrupção é piada de péssimo gosto", escreveu o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) em suas redes sociais.

"Lula concede asilo à ex-primeira-dama do Peru condenada por corrupção. Nadine Heredia recebeu propina da Odebrecht. O desgoverno protege seus aliados de crime", disse, por sua vez, o deputado federal Carlos Jordy (PL-RJ).

Luka GONZALES/AFP



Nadine com Humala, que está preso no Peru: defesa da ex-primeira-dama alega perseguição política

Julgamento de mais de três anos

Ollanta Humala, um ex-tenente-coronel de centro-esquerda que governou o Peru entre 2011 e 2016, foi detido na sala de audiências após a leitura da sentença, que pôs fim a um julgamento de mais de três anos.

A retaliação de Moraes

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão de um processo de extradição pedido pela Espanha contra um búlgaro que está no Brasil. A iniciativa é em retaliação à decisão da Justiça espanhola de negar a extradição do blogueiro bolsonarista Oswaldo Eustáquio Filho.

O búlgaro Vasil Georgiev Vasilev está em prisão domiciliar. Ele estava detido preventivamente desde 18 de fevereiro em Mato Grosso do Sul e é considerado fugitivo pelas autoridades espanholas por suspeita de tráfico de drogas.

Segundo Moraes, a suspensão da extradição foi motivada porque a Espanha descumpriu o "requisito da reciprocidade" no tratado que mantém com o Brasil, ao negar o envio de Oswaldo Eustáquio.

O magistrado também ordenou que o embaixador espanhol preste informações, em até cinco dias, comprovando o requisito da reciprocidade, "em especial do caso citado anteriormente e previsto no artigo I do Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha".

Eustáquio está foragido desde 2023. Ele é réu na ação que investiga a tentativa de golpe de Estado. Ao rejeitar a solicitação de extraditá-lo, o Judiciário espanhol considerou que existe "motivação política" por parte do Brasil. Destacou, também, não haver acordo bilateral entre os países que permita o processo em situações dessa natureza. O Ministério da Justiça e o Itamaraty sinalizaram que vão recorrer para tentar prender o bolsonarista.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Lula atravessou os Andes para escorregar em casca de banana em Lima

A ex-primeira-dama do Peru Nadine Heredia chegou a Brasília nesta quarta-feira em avião da Força Aérea Brasileira (FAB), graças a um salvo-conduto concedido pela presidente do Peru, Dina Boluarte, a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A informação foi confirmada pela defesa do ex-presidente Ollanta Humala, marido de Nadine. O Ministério das Relações Exteriores informou à Embaixada do Brasil que a ex-primeira-dama foi condenada, pelo Poder Judiciário, a 15 anos de prisão por lavagem de dinheiro.

"O Governo da República Federativa do Brasil solicitou a saída dos asilados, com base nos artigos V e XII da mencionada convenção, que estabelecem que o Estado que concede o asilo pode pedir a saída do asilado para território estrangeiro, e o Estado territorial está obrigado a fornecer imediatamente, salvo em caso de força maior, as garantias necessárias e o salvo-conduto correspondente", comunicou o Ministério das Relações Exteriores do Peru.

Com sua intervenção direta para obter o salvo-conduto e o envio de um jatinho da Força Aérea Brasileira (FAB) para resgatar a ex-primeira-dama em menos de 24 horas, Lula atravessou os Andes para escorregar numa casca de banana na calçada da Av. José Pardo, Miraflores, onde fica a embaixada brasileira.

Exumou um fantasma que ainda ronda o Palácio do Planalto: a memória da Operação Lava-Jato, que foi desconstruída juridicamente pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mas permanece sendo uma bandeira nas mãos da oposição, que turva a liderança de Lula e a imagem da Corte perante a sociedade.

Humala e Nadine foram condenados após investigações segundo as quais o ex-presidente recebera US$ 3 milhões da Odebrecht e outros US$ 200 mil do então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, para financiar suas campanhas presidenciais de 2006 e 2011. Além da pena de prisão, Humala terá de pagar uma multa de 10 milhões de soles (cerca de R$ 15,7 milhões).

Eleito presidente em 2011, Humala presidiu o Peru até 2016. Em 2017, ele e a mulher foram presos, porque o ex-diretor da Odebrecht no Peru afirmou que a empresa fez doações a Humala a pedido do PT. Nadine foi acusada de atuar ativamente nas atividades do Partido Nacionalista Peruano, fundado por Humala, e de participar na arrecadação de fundos e ações de governo. O irmão de Nadine, Ilán Heredia, cunhado de Humala, também foi condenado a 12 anos de prisão no mesmo processo.

Detido pela polícia no final do julgamento, Humala está preso, mas Nadine não compareceu à audiência e pediu asilo na embaixada brasileira em Lima. Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Peru, foi aplicada uma convenção sobre asilo diplomático firmada pelos dois países em 1954. A ex-primeira-dama chegou ao Brasil acompanhada de seu filho Samin Mallko Ollanta Humala Heredia, que é menor de idade.

Corrupção sistêmica

Humala venceu a eleição de 2011 ao derrotar Keiko Fujimori, filha do ex-presidente Alberto Fujimori. Keiko também chegou a ser presa por mais de um ano em um processo ligado à Odebrecht, posteriormente anulado pela Justiça. Outros três presidentes do Peru foram denunciados: Alan García, Alejandro Toledo e Pedro Pablo Kuczynski.

Em fevereiro passado, Humala negou ter recebido propina da construtora e sugeriu que o dinheiro poderia ter sido desviado pelo ex-diretor da empresa no Peru, Jorge Barata. "Não acredito que isso tenha acontecido, mas, se aconteceu, Barata roubou o dinheiro", disse, durante o julgamento.

A decisão da Justiça peruana também pôs uma saia justa no Supremo Tribunal Federal (STF), que anulou quase todas as condenações com base nas investigações da Lava-Jato, por abuso de autoridade e parcialidade dos procuradores e juízes que as conduziram, entre os quais o atual senador Sergio Moro (União-PR). O escândalo da Odebrecht no Peru, parte da Operação Lava-Jato, revelou um esquema de corrupção que envolveu subornos a autoridades peruanas.

Desde 2016, diversos ex-presidentes, partidos e empresários foram implicados, tornando-se um dos maiores escândalos políticos da história recente do país. Em outubro de 2024, o ex-presidente Alejandro Toledo foi condenado a 20 anos e seis meses de prisão por receber US$ 35 milhões em subornos da Odebrecht para favorecer a empresa na concessão de trechos da Rodovia Interoceânica.

Toledo foi extraditado dos EUA em 2023 e cumpre pena no presídio de Barbadillo. Alan García cometeu suicídio em 2019 ao ser alvo de mandado de prisão. Pedro Pablo Kuczynski renunciou em 2018 e aguarda julgamento em prisão domiciliar por acusações de corrupção. O escândalo abalou profundamente a política peruana, revelando um padrão sistêmico de corrupção que envolveu quase todos os presidentes desde 2001.

A Odebrecht operava uma rede de influência por meio de subornos e financiamentos ilícitos de campanhas, afetando partidos de diferentes espectros ideológicos. Em fevereiro de 2019, firmou um acordo de colaboração com o Ministério Público do Peru, que incluiu o acesso aos sistemas My Web Day e Drousys, que continham registros de pagamentos ilícitos. Em dezembro de 2024, o Tribunal Constitucional ordenou a divulgação do conteúdo do acordo.

Eufrázio

Brasília-DF



LUANA PATRIOLINO (INTERINA, COM EDUARDA ESPOSITO)
luanapatriolino.df@dabr.com.br

O peso do ouro (sem perícia)

Causou estranheza entre peritos criminais da Polícia Federal o anúncio do Ministério Público Federal (MPF) de que vai recorrer da decisão da Justiça que absolveu um homem flagrado com quase 1kg de suposto ouro nas roupas íntimas, por falta de laudo pericial. O órgão alega que a confissão e os depoimentos policiais bastam para comprovar o crime. A Associação dos Peritos Criminais Federais (APCF) estuda entrar no caso como amicus curie, para reforçar que, sem perícia, não há elementos confiáveis para materializar um suposto crime — e o Código de Processo Penal é claro quanto a isso.

Divergências

Dentro do PL, há um deputado totalmente contra a anistia para os executores dos ataques de 8 de janeiro de 2023. Trata-se de Antonio Carlos Rodrigues (SP), um dos fundadores da sigla. Ele afirmou que a proposta é "tão absurda" que pode, anistiar, por exemplo, a deputada Carla Zambelli (PL-SP), que perseguiu, armada, um homem às vésperas das eleições de 2022. "Qualquer um que declare ato político, com esse texto, pode ser anistiado", disse à coluna.

Não é só na base

A lista com os políticos que aprovaram o requerimento de urgência do PL da Anistia segue causando desavença. O presidente do diretório municipal do PSDB em São Paulo, José Aníbal, demonstrou publicamente a insatisfação em relação aos tucanos que estão a favor do texto. O ex-senador pediu que os cinco integrantes do partido retirassem os nomes do requerimento de urgência do projeto na Câmara.

Feriado prolongado

Mesmo que o feriado de Páscoa tenha começado apenas hoje na Câmara, o plenário está vazio desde segunda-feira. Com as votações semipresenciais, poucos apareceram na Casa nesta semana. Havia mais assessor parlamentar dando expediente no plenário do que deputados. Eram apenas oito durante a ordem do dia.

Alerta de tempestade

Uma nova crise institucional pode estar a caminho. Não caiu nada bem entre embaixadores e fontes do Itamaraty a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de cobrar explicações do embaixador espanhol sobre a rejeição à extradição do foragido blogueiro bolsonarista Oswaldo Eustáquio Filho. Embaixadores ouvidos pela coluna consideram que o magistrado ultrapassou suas funções ao exigir informações e que, na verdade, caberia ao governo federal fazer a solicitação.

Enquanto isso...

… A direita se aproveita para fazer barulho. Os deputados federais do Partido Novo apresentaram, ontem, um requerimento exigindo que o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, preste informações à Câmara sobre a situação das relações bilaterais entre o Brasil e a Espanha, após a tensão entre Moraes e o país europeu. O ministro suspendeu o processo de extradição contra um búlgaro — que está no Brasil — em resposta à rejeição à entrega de Oswaldo Eustáquio.


MAURE

CURTIDAS

Rosinei Coutinho/STF



Missão internacional/ O ministro Dias Toffoli (foto), do STF; o procurador-geral da República, Paulo Gonet; e o advogado-geral da União, Jorge Messias, estiveram em Washington, para participar de um fórum da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre direito internacional, diplomacia e direitos humanos.

Pelas crianças/ A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) encaminhou um ofício às plataformas TikTok e Kwai, cobrando esclarecimentos e medidas urgentes para proteger crianças e adolescentes dos perigos dos chamados "desafios virtuais". A ação ocorre em meio à tragédia da menina Sarah, de 8 anos, que morreu após inalar um desodorante aerossol, por influência das redes sociais.

Proteção/ A deputada federal Erika Kokay (PT-DF) também tem medidas relacionadas ao tema para responsabilizar as plataformas e determinar a exclusão desse tipo de conteúdo. A congressista acredita que é necessária, também, uma política nacional a respeito do assunto.

» Entrevista | **MARIA ELIZABETH ROCHA** | PRESIDENTE DO STM

Primeira mulher a comandar o Superior Tribunal Militar, a ministra enfatiza que sua principal pauta é o empoderamento feminino. Ela ressalta, também, que a inclusão "tem de ser levada a sério e ser implementada por meio de políticas públicas"

"Igualdade tem de ser real, e não é"

» FERNANDA GHAZALI*

Primeira mulher presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha enfatizou que luta, sobretudo, pelo empoderamento feminino. "Temos o direito de reivindicar aquilo que o Estado Democrático nos oferece. Afinal de contas, a igualdade não pode estar só escrita na Constituição; ela tem que ser real, tem de ser material. E ela não é", afirmou, em entrevista às jornalistas Mariana Niederauer e Adriana Bernardes, no programa CB.Poder, *parceria entre o* **Correio** *e a TV Brasília.*

Na posse, a senhora teve uma fala muito firme, em que disse ser feminista. Qual é a importância em ser a primeira mulher presidente do STM e trazer essa mensagem?

O que eu quis mostrar para aqueles que me ouviam, e para todos que ocupam cargos de poder, é que a minha pauta é, sobretudo, o empoderamento feminino. É inconcebível seres humanos serem hierarquizados socialmente em razão das suas orientações sexuais, do seu gênero, da sua etnia, das suas escolhas pessoais. Isso é inadmissível em uma sociedade democrática. Então, a minha mensagem foi no sentido de que a inclusão é uma pauta contemporânea, que tem de ser levada a sério e ser implementada por meio de políticas públicas. Não apenas falo isso para promovê-las, como também estou buscando dar o exemplo. Trouxe para a minha presidência pessoas neurodiversas, pessoas de etnias variadas, pessoas de orientações sexuais diversas, pessoas trans.

Nesse primeiro mês à frente do STM, a senhora começou a implementação do Observatório da Equidade. Em que fase está e como vai atuar?

O observatório irá atuar no sentido de promover práticas por equidade e antidiscriminatórias. Nesse primeiro mês, tive a oportunidade de receber vários coletivos de mulheres trans, negras, diversas em todos os sentidos, para trazerem suas reivindicações e pautas femininas e feministas. Também tive a oportunidade de receber 35 lideranças indígenas. Isso se deve ao fato de que a interface do Estado com as comunidades tradicionais sempre são as Forças Armadas. Então, é importante o diálogo, ouvir as reivindicações dessas pessoas que são excluídas, invisibilizadas, que não têm voz, que praticamente não têm representação política, para poder ouvir suas dores e levar aos aparatos do Estado, para que possam ser absorvidas, e o Estado, aperfeiçoado.

O que pode ser feito para mudar esse quadro?

Buscaremos levar às escolas e academias militares um letramento racial e de gênero e, para além disso, buscar dialogar com espaços de poder. No dia 29, faremos uma reunião no Superior Tribunal Militar com lideranças femininas da Câmara, para que possamos estar a par do que está sendo discutido no Parlamento e nos engajar nessa luta, porque já temos muitas ações deflagradas, muitos projetos de lei que estão em tramitação. Se não temos, hoje, condições mais facilitadas de mudar a mentalidade de pessoas já formadas, com certeza teremos para fazer isso com jovens, cadetes e garotos de colégios militares, mostrando a eles que é importante respeitar o outro.

Guilherme Felix CB/DA Press





As dificuldades começam quando as indicações se tornam políticas: aí, os nossos corredores são muito mais estreitos do que os dos nossos colegas homens. Não é aceitável, numa democracia, uma sociedade homogênea. A heterogeneidade deve prevalecer"

O presidente Lula indicou Verônica Sterman para ministra do STM. Qual a importância de ter mais uma mulher no colegiado?

Posso dizer, com muita alegria, que a representação feminina no STM aumentou em 100%. Tenho usado a minha voz para reivindicar maiores espaços das mulheres nas ocupações dos cargos de poder. Nós, mulheres, quando o acesso é meritório, adentramos sem problema algum, sobretudo quando é o concurso de provas e títulos. As juízas de primeira instância são inúmeras, nós não precisamos reivindicar nada, porque elas são aprovadas. As dificuldades começam quando as indicações se tornam políticas: aí, os nossos corredores são muito mais estreitos do que os dos nossos colegas homens. Não é aceitável, numa democracia, uma sociedade homogênea. A heterogeneidade deve prevalecer. Nós, mulheres, de todos os matizes, de todas as orientações, de todas as etnias, temos o direito de reivindicar aquilo que o Estado Democrático nos oferece. Afinal de contas, a igualdade não pode estar só escrita na Constituição; ela tem que ser real, ela tem de ser material. E ela não é.

Sobre os atentados de 8 de janeiro: qual vai ser o papel do STM nessa tentativa de golpe, no que diz respeito ao envolvimento de militares?

O STM, eventualmente, pode vir a julgar crimes militares conexos, como nós já julgamos, por exemplo, uma ofensa nas redes sociais ao comandante do Exército, e como também podemos vir a julgar, se houver condenações, os conselhos de justificação ou as representações de indignidade para com o oficialato, a depender da pena e do trânsito em julgado da decisão penal. São os chamados tribunais de honra.

No caso do ex-presidente Jair Bolsonaro, ele pode perder a patente?

Qualquer militar, de Caxias a Bolsonaro, pode perder a patente, independentemente de ter cometido crime. Porque a incompatibilidade para com o oficialato não significa, necessariamente, que o militar tenha cometido qualquer agravo. Ele pode ser, por exemplo, incompatível, indisciplinado, impontual. Então, eu quero deixar bem claro que não há, ainda, qualquer tipo de possibilidade de previsão jurídica de que o presidente Bolsonaro possa perder a patente e o posto. Primeiro, porque ele sequer foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal e, mesmo se ele for julgado, este tribunal de honra pode vir a não ser instalado e, se vier, o plenário do STM pode justificá-lo. Então, são muitas hipóteses, e não é possível afirmar que ele irá perder, efetivamente, o posto e a patente.

***Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa**

Eufrázio



Aponte a câmera para o QR Code e assista à entrevista com Lilian Cintra de Melo, secretária de Direitos Digitais do Ministério da Justiça

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)



PERIGO NA INTERNET

Uma epidemia de abuso cibernético

Polícia Federal recebe, diariamente, cerca de 1,5 mil denúncias de crimes cometidos contra crianças e adolescentes por meio da internet. Primeira-dama Janja da Silva cobra regulamentação das redes

» VANILSON OLIVEIRA

"A Polícia Federal recebe, em média, 1.500 denúncias por dia de conteúdo abusivo contra crianças. E isso é só a ponta do iceberg." A constatação da secretária de Direitos Digitais do Ministério da Justiça, Lilian Cintra de Melo, evidencia a gravidade de crimes silenciosos que têm escolhido como alvo crianças e adolescentes. Elas são vítimas de ataques sistemáticos, alimentados por redes extremistas que se organizam em plataformas pouco monitoradas, de difícil rastreamento e com alto poder de disseminação.

O Brasil ainda não dispõe de um canal nacional único para denúncias contra esse tipo de crime. Mas o Ministério da Justiça já encaminhou à Casa Civil um projeto de lei nesse sentido.

"A gente está trabalhando com prioridade absoluta, como manda a Constituição. Há desafios, porque precisamos criar um espaço de articulação com todas as autoridades estaduais. Isso demanda um fôlego, mas esperamos poder cumpri-lo e entregá-lo ao presidente Lula até o final do ano", disse ao **Correio**.

Enquanto o Estado se mobiliza, redes criminosas estruturadas atuam no ambiente digital com alto grau de sofisticação. Na avaliação de Michelle Prado, pesquisadora especializada em radicalização e fundadora da ONG Stop Hate Brasil, a situação é alarmante. "A gente está vivendo uma epidemia de radicalização on-line de crianças e adolescentes", diz.

Segundo ela, entre 2001 e 2024 foram registrados 61 atentados em escolas brasileiras, sendo 43 apenas nos últimos dois anos. "Foram centenas de apreensões que ocorreram desde 2023 para cá, principalmente de adolescentes, mas também há crianças abaixo dos 12 anos envolvidas nessa radicalização online", afirmou.

Segundo a pesquisadora, o aliciamento começa em redes abertas como TikTok, Instagram e X. Em seguida os adolescentes são levados para plataformas fechadas e criptografadas, como Discord, Telegram, Clover Space (antigo Project Z), SimpleX e Zangi.

"Hoje, esse recrutamento acontece muito mais pelo TikTok e pelos stories do Instagram. O Clover Space, por exemplo, é a nova versão do Project Z, que conseguimos tirar da Play Store no passado. Em janeiro, eles voltaram com outro nome e voltaram a ser hospedados pelo Google", denunciou Michelle Prado.

As práticas promovidas nesses espaços vão desde estímulo à automutilação e ingestão de produtos tóxicos até incitação à violência, crimes sexuais e abuso de menores. A especialista descreve o modus operandi dos criminosos. "Eles criaram o que chamam agora de palco, onde ficam um, dois, três, quatro, às vezes cinco pessoas que são administradores ou donos do servidor", detalha.

Em seguida, vem o crime. "Entra uma outra pessoa que vai ser, no caso, a vítima. E aí esses outros indivíduos começam a sugerir, incitar que a vítima faça determinadas coisas, que vão desde beber água sanitária, ou se cortar, ou mesmo a incitação do abuso sexual infantil", conta.

Michelle destaca que essas redes são pulverizadas, operam em tempo real e com alta velocidade de replicação. Ela também alerta para o surgimento de novas plataformas como SimpleX, descrita como "quase irrastreável" e com volume crescente de crimes envolvendo pornografia infantil. "Lá tem acontecido muito crime, principalmente relacionado ao abuso sexual infantil", alerta.

Keity Naiany



Lilian de Melo: provedores de internet precisam exercer monitoramento mais ativo nas redes sociais

Desafios

Para a coordenadora acadêmica da pós-graduação em Direito Digital do Instituto de Tecnologia e Sociedade, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ITS/UERJ), Chiara de Teffé, as plataformas digitais enfrentam o desafio de equilibrar a liberdade de expressão com a necessidade de coibir conteúdos ilícitos. "No cenário atual, mostra-se relevante que essas plataformas adotem políticas mais rigorosas de monitoramento e colaboração com as autoridades para prevenir a disseminação de conteúdos prejudiciais", pontua.

Ela disse ainda que a prevenção de danos a crianças e adolescentes passa também pela educação digital, capacitando-os a reconhecer e evitar situações de risco on-line. "Famílias, escolas e instituições devem trabalhar conjuntamente para promover um ambiente digital seguro, enfatizando a importância do diálogo aberto sobre os perigos e potencialidades da internet", opina.

Chiara disse que é preciso uma atuação conjunta de órgãos nacionais e internacionais para enfrentar crimes cibernéticos que transcendem fronteiras. Além disso, é necessário atualizar a legislação para acompanhar as novas modalidades de crimes digitais, garantindo mecanismos eficazes de investigação e punição.

» Janja: "Tema urgentíssimo"

A primeira-dama, Rosângela da Silva, pediu urgência na regulamentação das redes sociais. Ela mencionou a morte da pequena Sarah no Distrito Federal. "A gente tem uma série de temas importantes que precisam de votação no Congresso Nacional. Mas tem esse que é urgente, urgentíssimo: a regulamentação das redes sociais", afirmou. Em dezembro de 2023, a própria Janja foi vítima da violência nas redes sociais. Ela teve a conta na rede social X invadida e foi alvo de ofensas misóginas e de teor sexual.

GÊNERO

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Erika Hilton: "Pressão estatal que recai sobre o indivíduo"

Identificação em visto dos EUA revolta deputadas

Duas parlamentares brasileiras — Erika Hilton (PSOL-SP) e Duda Salabert (PDT-MG) — denunciaram ontem terem sido vítimas de transfobia institucional por parte do governo dos Estados Unidos, após constatarem que tiveram o visto norte-americano emitido com o registro de gênero masculino. A identificação está em desacordo com os documentos oficiais brasileiros, que reconhecem as deputadas federais como mulheres.

Erika Hilton integrava uma missão oficial da Câmara dos Deputados e estava prevista para palestrar no próximo dia 12 na Brazil Conference at Harvard & MIT 2025, em Boston, no estado de Massachussets. No entanto, diante do ocorrido, decidiu cancelar sua participação. Para ela, trata-se de uma violência institucional que atravessa fronteiras.

"Entendo como uma pressão política e estatal que recai diretamente na própria existência individual de cada uma dessas pessoas. É uma forma do governo Trump dizer: aqui, neste país, seus direitos não contam, e a sua vida vale menos do que a de outras pessoas", comentou Hilton ao **Correio**.

A deputada relatou que o visto americano foi emitido com a marcação de "sexo masculino", contrariando sua certidão de nascimento retificada e seu passaporte brasileiro, ambos com a indicação de gênero feminino. Erika Hilton enviou ofício ao Ministério das Relações Exteriores solicitando uma reunião com o ministro Mauro Vieira. "Pretendo também acionar o Conselho Interamericano de Direitos Humanos, a Mesa Diretora da Câmara, assim como a Comissão de Relações Exteriores", afirmou.

A parlamentar também disse que articula uma ação jurídica internacional contra a política de recusa ao reconhecimento da identidade de pessoas trans nos documentos oficiais norte-americanos — uma política que remonta a determinações da gestão do presidente Donald Trump.

A deputada Duda Salabert (PDT-MG) também relatou problema semelhante ao tentar obter um novo visto para participar de um curso na Universidade de Harvard. Mesmo com todos os seus documentos brasileiros reconhecendo seu gênero como feminino, o governo norte-americano emitiu o visto com a designação masculina. Duda também pretende entrar com ação judicial contra os EUA, e classificou o caso como uma ameaça à diplomacia entre os dois países.

Em nota, a Embaixada dos Estados Unidos informou que os dados de vistos são confidenciais, mas confirmou que o governo americano reconhece apenas os sexos masculino e feminino no processo de emissão, ignorando outras identidades de gênero previstas em diferentes países. (**DR**)

SAÚDE

Canetas para emagrecer, só com receita, decide Anvisa

» DANANDRA ROCHA

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou ontem uma resolução que terá impacto direto na venda de medicamentos como Ozempic e Wegovy, amplamente conhecidos pelo uso no tratamento de diabetes tipo 2 e pela crescente procura com fins estéticos, principalmente para emagrecimento.

Por determinação da Anvisa, será obrigatória a retenção da receita médica no ato da compra. A regra começa a valer 60 dias após ser publicada no *Diário Oficial da União* (DOU).

A decisão da Diretoria Colegiada da Anvisa altera a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 471/2021 e a Instrução Normativa (IN) nº 244/2023. A análise da proposta havia sido interrompida por um pedido de vista, mas foi retomada com parecer favorável do diretor-presidente substituto da agência, Rômison Rodrigues Mota.

Segundo o sistema VigiMed, da Anvisa, 32% das notificações de eventos adversos registrados no Brasil envolvendo substâncias da classe GLP-1 (relativa a essa linha de medicamentos) se referem a usos que não estão previstos em bula. Essa taxa muito superior à média internacional, que é de 10%. Entre as reações mais graves, está a pancreatite, que apresentou índice de 5,9% nos relatos brasileiros, também acima da média mundial, de 2,4%.

Um levantamento do Datafolha, realizado em fevereiro de 2025, mostra que 45% das pessoas que utilizam esses medicamentos no Brasil o fazem sem prescrição médica. Dentre esse grupo, quase três quartos afirmam nunca ter recebido qualquer orientação profissional. E mais: 56% dos usuários buscam os remédios com o único objetivo de perder peso, mesmo que 37% deles tenham índice de massa corporal (IMC) considerado normal.

Segundo a advogada Thamires Cappello, pesquisadora do Núcleo de Direito Sanitário da Universidade de São Paulo (USP), o uso desses medicamentos fora das orientações médicas — conhecido como off-label — exige cautela e responsabilidade. "Essa prática pode ser indicada por um médico, desde que ele entenda que há necessidade clínica, assumindo a responsabilidade e esclarecendo todos os riscos envolvidos [...] o uso com fins estéticos, sem essa indicação clínica, levanta questionamentos éticos importantes e exige muita responsabilidade médica", afirmou.

O novo regulamento busca frear o que se convencionou chamar, nas redes sociais, de "milagre em forma de caneta". Em razão da alta procura, a própria escassez nas prateleiras virou tema recorrente nas redes e nos consultórios médicos.

A retenção da receita, segundo Thamires Cappello, é um passo importante, mas não suficiente. "É fundamental pensar também em uma fiscalização mais efetiva nas farmácias e pontos de venda — o que se aplica a todos os medicamentos de tarja vermelha", alerta. "Além disso, é essencial haver um controle sobre a mídia, especialmente as redes sociais, onde vemos uma disseminação crescente e irregular do uso desses medicamentos", acrescenta.

Ela também chama atenção para as normas em vigor que proíbem a publicidade de medicamentos sob prescrição, o que inclui a atuação de influenciadores e até mesmo médicos. "Apesar disso, vemos uma ampla promoção desses produtos nas redes sociais, o que exige um controle mais rigoroso por parte dessas plataformas", critica a especialista. "É essencial conter a desinformação e proteger a saúde da população", conclui.

Reprodução/Flickr/chemist4u



Ozempic, um dos medicamentos que entraram na mira da Anvisa

Eufrázio

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)



Bolsas — Na quarta-feira: 0,72% São Paulo; 0,73% Nova York

Pontuação B3 — Ibovespa nos últimos dias: 127.682 (11/4) … 128.316 (16/4); 11/4, 14/4, 15/4, 16/4

Dólar — Na quarta-feira: R$ 5,865 (- 0,42%)

Últimos	
10/abril	5,898
11/abril	5,870
14/abril	5,851
15/abril	5,890

Salário mínimo — R$ 1.518

Euro — Comercial, venda na quarta-feira: R$ 6,678

CDI — Ao ano: 14,15%

CDB — Prefixado 30 dias (ao ano): 14,34%

Inflação — IPCA do IBGE (em %)

Novembro/2024	0,39
Dezembro/2024	0,52
Janeiro/2025	0,16
Fevereiro/2025	1,31
Março/2025	0,56

GUERRA TARIFÁRIA

Receio de recessão domina mercados

Avaliações pessimistas de Jerome Powell, presidente do Federal Reserve (Fed), sobre a economia dos EUA provocaram as reações

» RAPHAEL PATI

Riscos de recessão e desaceleração econômica nos Estados Unidos fizeram com que o dólar voltasse a registrar queda ante o real no pregão de ontem. Ao final do dia, a moeda norte-americana recuou 0,44%, cotado a R$ 5,86. O movimento ocorreu na maioria das principais economias do mundo. O Índice DXY, que mede a força da divisa dos EUA ante outras concorrentes, fechou a sessão em baixa de 0,87%, abaixo dos 100 pontos.

A queda da moeda norte-americana no cenário internacional foi impulsionada pelo temor entre investidores de um possível avanço da inflação no país. Durante a tarde, o presidente do Federal Reserve (Fed) — o Banco Central dos EUA —, Jerome Powell, disse que houve uma desaceleração no crescimento econômico do país já no início do ano, em relação ao mesmo período em 2024.

Além disso, o chairman prega cautela ao tratar sobre os impactos que as tarifas devem ter no mercado norte-americano como um todo, mas acredita que os efeitos podem vir pior que o esperado, dada a insistência do presidente dos EUA, Donald Trump, em manter taxas de importação elevadas a parceiros comerciais no mundo todo, além da China. "À medida que soubermos mais, continuaremos a atualizar nossa avaliação", considerou.

Na avaliação do especialista em investimentos da Nomad, Bruno Shahihi, o mercado de câmbio passou por ajustes nesta sessão, em resposta à desvalorização global do dólar. Para o analista, as incertezas seguem predominantes, especialmente devido à escalada das tensões comerciais entre Estados Unidos e China.

"Há receios de que o presidente Trump utilize as novas rodadas de negociações comerciais como estratégia para tentar isolar a economia chinesa dos mercados internacionais, fator que explica tanto a queda dos principais índices americanos no pregão de hoje quanto o enfraquecimento do dólar", destaca.

Na avaliação de Volnei Eyng, CEO da gestora Multiplike, o dólar tende a se fortalecer no curto prazo, mas esse fortalecimento pode ser passageiro caso a questão tarifária dos EUA comece a afetar o crescimento econômico do país. "Essa guerra tarifária já virou um 'flaflu', e chega um momento que já não faz mais sentido comercial aumentar, porque o produto já se tornou tão caro que ele já não iria vendê-los, seja uma taxa de 145% ou 245%", destaca.

Confusão

Ainda ontem, a Casa Branca gerou uma confusão no mercado financeiro ao anunciar que as tarifas de importação para produtos chineses chegam a 245%. Depois, teve que explicar que essas taxas são direcionadas a itens específicos listados na Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA, que trata sobre práticas "desleais" e "injustas" para o mercado norte-americano. Elas podem variar de 7,5% a 100%, o que somadas às tarifas recíprocas de 125% ao país asiático e de 20% aplicadas anteriormente, chega-se a 245%.

Com o sentimento de incerteza persistente no mercado acionário, os principais índices de Nova York fecharam o pregão em quedas consistentes. O Dow Jones recuou 1,73%, enquanto S&P 500 e Nasdaq encerraram a sessão com baixas de 2,24% e 3,07%, respectivamente.

No Brasil, o ambiente internacional somou-se à preocupação com o equilíbrio fiscal, após a publicação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2026, que foi recebido com ceticismo por analistas.

Diante disso, o Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa B3) encerrou o dia em queda de 0,72%, aos 128.316 pontos, na esteira dos mercados internacionais. As ações da Vale também tiveram um impacto relevante no principal índice da B3, após o resultado da mineradora no primeiro trimestre do ano ter indicado uma queda na produção. Com isso, os papéis da empresa tiveram baixa de 2,32% ao final do pregão.

Federal Reserve



Declaração de Powell — de que os efeitos do tarifaço podem vir piores do que o esperado — provocou queda nas bolsas e alta do dólar

OMC prevê queda no comércio global

» RAFAELA GONÇALVES

A suspensão temporária nas tarifas recíprocas dos Estados Unidos deve mitigar a contração do comércio global. No entanto, o cenário ainda é de "fortes riscos". É o que apontou o relatório mais recente da Organização Mundial do Comércio (OMC), divulgado ontem.

No cenário atual de "tarifas mais baixas", o comércio global deve se contrair 0,2% em 2025, antes de se recuperar e avançar 2,5% em 2026, segundo as projeções da organização. Contudo, se houver uma deterioração na situação tarifária, a retração pode ser maior, de 1,5% neste ano.

O relatório apontou que, caso esse cenário se confirme, haverá uma reversão do crescimento do comércio global no ano passado, de 2,9%. Em nota, a diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, disse estar "profundamente preocupada com a incerteza em torno da política comercial, incluindo o impasse entre EUA e China".

"A incerteza persistente ameaça atuar como um freio ao crescimento global, com graves consequências negativas para o mundo, especialmente para as economias mais vulneráveis", alertou.

Américas

A organização cortou suas projeções para o avanço do Produto Interno Bruto (PIB) global em 2025, de 2,8% no relatório anterior para 2,2% em abril, e em 2026, de 2,6% para 2,4%. A expectativa é de um declínio, principalmente, nas exportações e nas importações da América do Norte. A região também sofreu o maior corte nas projeções da OMC de crescimento do PIB, que passou de 2% a 0,4% para 2025 e de 1,7% a 1,1% para 2026.

Com a imposição de tarifas pela economia norte-americana, a organização projeta que outras regiões devem mostrar crescimento modesto de exportações e importações em 2025. Para a Ásia, a expectativa é de um crescimento de 1,6% para ambos. Já para a Europa, é esperada uma alta de 1% em exportações e 1,9% em importações.

Na América do Sul, por sua vez, o crescimento das exportações deve ser de 0,6% e de importações de 5%. "O Brasil, por ter sido menos penalizado nas tarifas de Trump em relação a outros parceiros, pode até atrair algum fluxo comercial alternativo. Mas a disparada do dólar, somada à incerteza externa, impõe desafios internos relevantes", avaliou Sidney Lima, Analista CNPI da Ouro Preto Investimentos.

As previsões para o PIB da Ásia são de alta de 3,7% em 2025 e 3,8% em 2026. No caso da Europa, o avanço previsto é de 1,2% em 2025 e 1,4% em 2026. Na América do Sul, o PIB deve subir 2,7% em 2025 e 2,4% em 2026. Todos os números foram revisados levemente para baixo, em relação ao relatório anterior.

Ainda que o Brasil esteja, por ora, submetido à alíquota mínima, a mudança representa um aumento frente ao que vinha sendo praticado e tende a afetar cadeias produtivas mais integradas ao mercado norte-americano, explica o economista do Movimento Brasil Competitivo (MBC), Rodolpho Guedon Tobler.

"Apesar da sinalização de trégua para alguns países, o ambiente permanece instável. A medida pode reduzir a demanda dos EUA por produtos importados, especialmente daqueles que operam com margens mais apertadas ou que possuem forte concentração no mercado americano", afirmou.

MINHA CASA, MINHA VIDA

Criação de nova faixa tira o foco da população de baixa renda

A ampliação do programa Minha Casa, Minha Vida para a faixa de renda mensal entre R$ 8 mil e R$ 12 mil, deve beneficiar cerca de 120 mil famílias. Apesar de abaixar os juros para a compra do imóvel pela classe média, especialistas avaliam que a medida dilui o foco social do programa e não resolve deficit habitacional estrutural.

A criação da Faixa 4 foi aprovada pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que também reajustou as faixas já existentes do programa. O teto do valor do imóvel que poderá ser financiado na Faixa 4 será de R$ 500 mil.

Segundo o economista Otto Nogami, professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), a ampliação da faixa de renda altera substancialmente o perfil do programa, antes mais focado nas camadas de muito baixa renda. "Dilui o foco social, pois parte dos subsídios e incentivos agora alcançam famílias que, em tese, teriam mais acesso ao mercado formal de crédito, e cria um efeito de aquecimento do mercado imobiliário, beneficiando empresas e cadeias produtivas ligadas ao setor, mas com risco de desvio de finalidade, caso a política se afaste do objetivo de atender o déficit habitacional real", avaliou.

O deficit habitacional brasileiro está estimado em 5,8 milhões de moradias, conforme dados da Fundação João Pinheiro, de 2023. O indicador diz respeito à falta de moradias adequadas para a população, ou seja, a quantidade de famílias que não têm acesso a habitações dignas.

Para Nogami, a ampliação do programa pode aumentar a produção habitacional, "mas não necessariamente reduz o deficit estrutural, pois as novas faixas atendem famílias fora do núcleo mais vulnerável. "Só haverá redução do deficit se a política priorizar qualidade, localização e atendimento às faixas mais carentes", avaliou.

O programa será incrementado com R$ 15 bilhões oriundos do Fundo Social do Pré-Sal, além de outros R$ 15 bi do FGTS, da caderneta de poupança e das Letras de Crédito Imobiliário (LCI)

Para Ana Maria Castelo, coordenadora de Projetos de Construção do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ibre), a ampliação deve mitigar o efeito da contração e do encarecimento do crédito para essa faixa de renda. "Não será a panaceia que vai resolver a questão, pois o cenário é realmente desafiador e o montante, apesar de não ser desprezível, não dará conta de toda a necessidade", apontou. **(RG)**

Ed Alves/CB/DA.Press



Para especialistas, medida não resolve o deficit habitacional

Eufrázio

14th LIDE BRAZIL INVESTMENT FORUM

NEW YORK – USA

13 DE MAIO DE 2025

HARVARD CLUB
NEW YORK, NY

LOTAÇÃO ESGOTADA

PATROCÍNIO

aegea
ambipar
banco BRB
cosan
VALE
EGTC Engetec Infra
GERDAU
GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO
HAYMAN-WOODWARD
Light
PAPER EXCELLENCE
PREFEITURA RIO | INVEST.Rio
EDAN Finance Group
WALD ANTUNES VITA BLATTNER

APOIO

Attend Ambiental
caesb
CEB COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
CUTRALE
JHSF
Marfrig
brf
NSI NORTH STAR INVESTMENT GROUP
PREFEITURA DE BARUERI
TECNOBANK

MÍDIA PARTNERS

CORREIO BRAZILIENSE
JP GRUPO JOVEM PAN
JP NEWS
REVISTA LIDE
TV LIDE

APOIO INSTITUCIONAL

BRAZILIAN AMERICAN CHAMBER OF COMMERCE, INC.

OPERADORA OFICIAL

Maringá Turismo

TRANSPORTADORAS OFICIAIS

American Airlines
UNITED

INICIATIVA

LIDE®



LIDE® NOVA YORK

INFORMAÇÕES



KEYNOTE SPEAKERS



MICHEL TEMER
PRESIDENTE DO BRASIL
(2016-2018)



LUIS ROBERTO BARROSO
PRESIDENTE E MINISTRO DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL - STF



DAVI ALCOLUMBRE
SENADOR
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL



HUGO MOTTA
DEPUTADO FEDERAL
PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS



PAULO GONET
PROCURADOR-GERAL
DA REPÚBLICA



VITAL DO RÊGO FILHO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL
DE CONTAS DA UNIÃO - TCU



GILMAR MENDES
MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL - STF



ARTHUR LIRA
DEPUTADO FEDERAL
PRESIDENTE DA CÂMARA DOS
DEPUTADOS (2021–2025)

GUEST SPEAKERS



CLAUDIO CASTRO
GOVERNADOR
DO RIO DE JANEIRO



RATINHO JR.
GOVERNADOR
DO PARANÁ



HELDER BARBALHO
GOVERNADOR
DO PARÁ



RONALDO CAIADO
GOVERNADOR
DE GOIÁS



MAURO MENDES
GOVERNADOR
DO MATO GROSSO



FÁTIMA BEZERRA
GOVERNADORA
DO RIO GRANDE DO NORTE



EDUARDO LEITE
GOVERNADOR
DO RIO GRANDE DO SUL



RAQUEL LYRA
GOVERNADORA
DE PERNAMBUCO



RENATO CASAGRANDE
GOVERNADOR
DO ESPÍRITO SANTO



RAFAEL FONTELES
GOVERNADOR
DO PIAUÍ



IBANEIS ROCHA
GOVERNADOR
DO DISTRITO FEDERAL



GLADSON CAMELI
GOVERNADOR
DO ACRE



JORGINHO MELLO
GOVERNADOR
DE SANTA CATARINA



MATEUS SIMÕES
VICE-GOVERNADOR
DE MINAS GERAIS



NELSINHO TRAD
SENADOR
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO
SENADO FEDERAL



SORAYA THRONICKE
SENADORA



ANA PAULA LOBATO
SENADORA



AGUINALDO RIBEIRO
DEPUTADO FEDERAL



ARNALDO JARDIM
DEPUTADO FEDERAL



CARLOS VERAS
DEPUTADO FEDERAL

SPECIAL SPEAKERS



ILAN GOLDFAJN
PRESIDENTE DO BID - BANCO
INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL
(2016- 2019)



ROBERTO AZEVEDO
PRESIDENTE GLOBAL
DE OPERAÇÕES DA AMBIPAR
DIRETOR-GERAL DA ORGANIZAÇÃO
MUNDIAL DO COMÉRCIO - OMC (2017-2020)



HENRIQUE MEIRELLES
CO-CHAIRMAN DO LIDE
MINISTRO DA FAZENDA (2016-2018)
PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL (2003-2011)
SECRETÁRIO DA FAZENDA DE SÃO PAULO (2019-2022)



ADALNIO GANEM
EMBAIXADOR E CÔNSUL-GERAL
DO BRASIL EM NOVA YORK



WILLIAM LANDERS
PRESIDENTE DA CÂMARA DE COMÉRCIO
BRASIL - ESTADOS UNIDOS



PAULO GALA
PROFESSOR DA ESCOLA DE ECONOMIA
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO
VARGAS - FGV

Eufrázio

Diogo Zacarias



Na ausência de ministros, PLDO foi detalhado por técnicos dos ministérios da Fazenda e do Planejamento

ORÇAMENTO

Especialistas criticam excesso de otimismo do PLDO

Para analistas, texto que traz as diretrizes para o Orçamento de 2026 infla a previsão de receitas e reduz a de gastos. Governo precisa arrecadar mais R$ 118 bilhões no próximo ano

» ROSANA HESSEL

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026, enviado ao Congresso Nacional na última terça-feira, não para de receber críticas de analistas pelo excesso de otimismo nas projeções, ao apresentar receitas infladas e despesas subestimadas para que o governo dê sinais de que está comprometido com o equilíbrio fiscal, mas não convence.

A previsão para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2026, por exemplo, indica aceleração da atividade econômica em um cenário de incertezas globais de perda do ritmo de crescimento tanto do PIB mundial quanto do PIB brasileiro. Conforme o documento, o governo prevê expansão de 2,3% no PIB deste ano e de 2,5%, no do ano que vem.

A projeção de inflação para a correção do salário mínimo, de 4,8%, ficou abaixo das estimativas do mercado, para não aumentar as despesas previdenciárias. Para piorar, o PLDO do próximo ano tem um buraco de R$ 118 bilhões de receitas ainda incertas para que o governo consiga cumprir a meta fiscal, de superavit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) de 0,25% do PIB, ou R$ 34,3 bilhões, após meta de deficit primário zero neste ano.

Na apresentação aos jornalistas, no dia do envio da matéria — que não teve participação de ministros ou secretários-executivos das pastas econômicas — o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal do Brasil, Claudemir Malaquias, disse que essas receitas ainda dependem de medidas que só devem ser apresentadas em agosto, quando o Executivo encaminhar ao Legislativo o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2026.

"A meta de superavit primário de 0,25% do PIB para 2026 parece peça de ficção, pois as receitas estão superestimadas e as despesas subestimadas, em nossa avaliação, como, por exemplo, dos gastos previdenciários", afirmou Eduardo Velho, economista-chefe da Equador Investimentos. Ele lembrou que o governo ainda tem a benesse do abatimento de parte das despesas com precatórios (dívidas judiciais) para conseguir cumprir a meta fiscal contabilmente.

Neste ano, por exemplo, o total estimado para precatórios é de R$ 116 bilhões, o governo poderá fazer um desconto desta despesa de R$ 44,1 bilhões para o cumprimento da meta fiscal. Com isso, o deficit primário de R$ 29,1 bilhões (0,23% do PIB) previsto no Orçamento deste ano vai virar um superavit primário de R$ 14,6 (0,12% do PIB). E, em 2026, a estimativa da conta de precatórios sobe para R$ 124 bilhões, e praticamente a metade, R$ 55,1 bilhões poderão ser abatidos.

Analistas ainda veem com desconfiança a previsão de R$ 8,9 bilhões de economia com revisões de benefícios previdenciários e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no Orçamento de 2026. É o caso de Gabriel Leal de Barros, especialista em contas públicas e economista-chefe da ARX Investimentos.

Para ele, o PLDO não tem realismo fiscal, tanto na receita quanto na despesa. "O grau de confiança no PLDO 2026 é muito baixo e mesmo com números otimistas na receita e na despesa, o arcabouço não para de pé a partir de 2027. A inconsistência matemática do arcabouço fiscal, um problema que é de origem, está explícito na peça enviada pelo Executivo e que tanto se tentou ocultar", acrescentou.

Salário mínimo

Outra crítica ao PLDO de 2026 é a projeção para a correção do salário mínimo, que passará de R$ 1.518, neste ano, para R$ 1.630, a partir de 1º de janeiro, devido à estimativa conservadora para a inflação deste ano, de 4,8%, o que poderá implicar em uma redução em torno de R$ 8 bilhões na projeção de gasto com benefícios previdenciários, de acordo com o economista Alexandre Andrade, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI). "Em linhas gerais, as projeções apresentadas na proposta parecem muito otimistas. Os números são incongruentes e o governo não considera a desaceleração da economia ao indicar uma projeção para o crescimento do PIB maior", afirmou. Segundo ele, as estimativas da IFI indicam que o governo não conseguirá entregar superavit primário nas contas públicas até 2034.

O economista Fabio Giambiagi, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), também não poupou críticas às projeções apresentadas pelo governo no PLDO de 2026 e demonstrou preocupação com a forte queda das despesas discricionárias, que vão encolhendo ao longo dos anos até chegar a R$ 8,9 bilhões em 2029 devido ao aumento acelerado de despesas obrigatórias nesse período, sem que medidas de ajuste fiscal sejam adotadas a contento.

No Orçamento deste ano, o valor desta rubrica é de R$ 221,2 bilhões. "Isso não é sério e é um indicativo de atraso do debate fiscal institucional. Isso é um absurdo e ninguém quer discutir", lamentou.

Números do PLDO 2026

R$ 118 bilhões
É quanto o governo precisa arrecadar a mais para cumprir a meta fiscal

R$ 8,9 bilhões
Estimativa de economia com medidas de eficiência a partir da revisão de benefícios previdenciários e do Benefício de Prestação Continuada (BPC)

R$ 208,3 bilhões
Tamanho das despesas discricionárias do Executivo

0,25% do PIB
Previsão para a meta de superavit primário

81,8% do PIB
Dívida pública bruta prevista

R$ 82,2 bilhões
Piso de investimento do governo federal em 2026, dado 10,6% superior aos R$ 74,3 bilhões previstos para 2025

Fonte: PLDO de 2026/ Ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento

BRASÍLIA 65 ANOS

A exposição "Quando os brasilienses se encontram" está aberta para visitações e convida a população a mergulhar em um universo repleto de fotografias, arte e memórias afetivas.

Este é um momento único para reviver a história da capital, contada através de ocasiões emblemáticas que marcaram gerações, captadas pelas lentes dos renomados fotógrafos do Correio Braziliense.

A entrada é gratuita e as visitas podem ser feitas todos os dias da semana

Acesse o site e fique por dentro do projeto!



9 a 23 de abril
em frente à Casa de Chá

QUANDO OS BRASILIENSES SE ENCONTRAM

apoio:







realização:

Correio Braziliense CB Brands

Eufrázio

REINO UNIDO

Justiça exclui trans da definição de "mulher"

Suprema Corte britânica considera somente o sexo biológico e despreza o gênero, em termos de conceito. Ativista transgênero teme onda de violência e prevê uma batalha nos tribunais para reverter a medida

» RODRIGO CRAVEIRO

A partir de agora, a definição legal do que é ser mulher deve levar em conta o sexo biológico, e não o gênero. A decisão da Suprema Corte do Reino Unido instilou o pânico na comunidade de pessoas trans. Na prática, a máxima instância do Judiciário britânico exclui as mulheres trans do conceito de "mulher" e abre brecha para consequências imprevisíveis para elas. "A decisão unânime deste Tribunal é que os termos 'mulher' e 'sexo', na Lei da Igualdade de 2010, se referem a uma mulher biológica e a um sexo biológico", decidiram os magistrados. O juiz Lord Hodge advertiu que a decisão da Corte não pode ser vista como um triunfo de um lado sobre o outro. Ele também frisou que a legislação concede às pessoas trans "proteção, não apenas contra discriminação por meio da característica protegida de redesignação de gênero, mas também contra a discriminação direta e indireta e contra assédio substancial em seu gênero adquirido".

A decisão da Suprema Corte se insere no marco de uma disputa judicial que se arrastava há sete anos entre o governo da Escócia, comprometida com os direitos trans, e a organização não governamental "For Women Scotland", que defendia a definição de mulher somente como sexo biológico. "Um homem que se identifica como mulher e recebe tratamento menos favorável (por causa de sua mudança de gênero) pode registrar uma queixa", declararam os juízes, segundo a agência de notícias France-Presse. "Um homem que se identifica como mulher e recebe tratamento menos favorável, não porque é trans, mas porque se identifica como mulher, poderá denunciar discriminação direta com base no sexo", acrescentaram.

Diretora da TransActual, organização não governamental britânica que combate a transfobia e luta pelos direitos das pessoas trans, Jane Fae admitiu ao **Correio** que a comunidade trans do Reino Unido está "absolutamente devastada". "Existe um senso de que juízes supostamente sábios e bem informados tomaram uma decisão que, de fato, exclui as pessoas trans do Reino Unido. Isso é tão fundamentalista quanto sério", desabafou. "Na manhã de hoje (ontem), algumas pessoas estavam em lágrimas, houve muito choro. A coisa horrível é saber que aqueles que fizeram campanha por essa decisão da Suprema Corte provavelmente estão alegres, porque muito disso é sobre crueldade. No fim das contas, essa situação visa machucar as pessoas, e elas estão em pânico com o que poderá vir a seguir."

Fae prevê uma batalha jurídica. "A decisão da Suprema Corte é inconsistente com a legislação anterior e será desafiada na Justiça. Levará anos, mas ela será revertida. Os direitos humanos não importam muito para o Reino Unido. Se a nação acredita que os direitos humanos são para todos, não para uma maioria, então precisa desfazer essa decisão", observou. A ativista considera também ilógica a ideia de sexo biológico. "É uma expressão legal quando usada por políticos britânicos ou por Donald Trump. Eles afirmam que se trata de 'bom senso'. Todos sabemos o que é o sexo biológico. O problema está no fato de ser necessário um teste para isso. Seria algo muito intrusivo: retirada de sangue, análises cromossômicas etc. Não existe um único teste capaz de delinear o homem biológico da mulher biológica", acrescentou. Ainda segundo Fae, depois da aprovação da Lei de Reconhecimento de Gênero, 20 anos atrás, muitas pessoas trans têm a certidão de nascimento com o termo "sexo não identificado".


Henry Nicholls/AFP

Susan Smith (E) e Marion Calder, diretoras da ONG For Women Scotland, celebram a decisão da Suprema Corte, em Londres

Duas perguntas para...

JANE FAE, diretora da organização não governamental TransActual


Arquivo pessoal

Como a senhora analisa a decisão da Suprema Corte de reconhecer a mulher apenas como sexo biológico?

A decisão da Suprema Corte não tem sentido. Ela abre um buraco no que é conhecido como 'Lei de Reconhecimento de Gênero', um texto aprovado duas décadas atrás, o qual se apresentou como uma solução para o fato de mulheres trans e pessoas trans frequentemente processarem o governo por seu fracasso em defender os seus direitos humanos. O pedaço da legislação que deveria proteger os direitos humanos das pessoas trans foi mantido abaixo da linha d'água.

Isso poderia lançar as mulheres trans no limbo?

Depende do estilo de vida delas. Se elas saem, vão à discoteca ou fazem compras, isso cortará muito de seu estilo de vida. Historicamente, as mulheres britânicas foram mantidas em seu lugar pela falta de liberdade. É a mesma tática usada para excluir as pessoas trans da sociedade. As mulheres trans serão excluidas de seu espaço. Haverá pessoas que creem conhecer a lei e que tentarão implementá-la à sua maneira. Outras verão essa decisão como uma "luz verde". Nos EUA, a retórica encoraja a violência. Muitos se sentirão empoderados para para agredir as pessoas trans. (**RC**)

J.K. Rowling

Entre as entusiastas da decisão da Justiça, está J.K. Rowling. A autora de *Harry Potter* comemorou: "a Suprema Corte defendeu os direitos das mulheres e dos gays hoje (ontem)". Susan Smith, codiretora da "For Women Scotland", e outras integrantes da associação celebraram com champanhe. "Achávamos que os direitos das mulheres seriam revogados e, hoje, os juízes disseram o que sempre acreditamos: as mulheres estão protegidas por seu sexo biológico", disse Smith.

Sacha Deshmukh, diretor executivo da Anistia Internacional no Reino Unido, classificou o resultado do julgamento na Suprema Corte como "claramente decepcionante". "Há consequências potencialmente preocupantes para pessoas trans, mas é importante enfatizar que o tribunal deixou claro que elas são protegidas pela Lei da Igualdade contra Discriminação e Assédio."

ESTADOS UNIDOS


Brendan Smialowski/AFP

Donald Trump: universidade "ensina ódio e estupidez"

Trump diz que Harvard é uma "piada"

Em um sinal de que parece disposto a esticar a corda na batalha contra uma das mais prestigiosas universidades do mundo, o presidente americano, Donald Trump, declarou que Harvard é uma "piada" e não deveria receber mais recursos do governo federal. Harvard se negou a acatar as exigências da Casa Branca, que, em represália, anunciou o congelamento de US$ 2,2 bilhões (aproximadamente R$ 13 bilhões) em recursos federais e ameaçou retirar a insenção fiscal da instituição. Além disso, exigiu um pedido de desculpas da universidade.

"Harvard já nem sequer pode ser considerado um lugar decente de aprendizado e não deveria constar em nenhuma lista de melhores universidades do mundo", escreveu Trump em sua plataforma, Truth Social. O republicano considera que a instituição recruta "esquerdistas radicais, idiotas e cabeças-oca". "Harvard é uma piada, ensina ódio e estupidez, e não deveria receber fundos federais", acrescentou.

O presidente acusa Harvard e outras universidades de permitirem o antissemitismo em seus campi. A instituição, localizada perto de Boston (Massachusetts), que abriga cerca de 30 mil estudantes, ocupa há anos os primeiros lugares do ranking acadêmico de universidades de Xangai.

Assim como outros campi americanos, Harvard está na mira dos conservadores, que travam uma ofensiva contra as universidades americanas por considerá-las demasiadamente de esquerda. A ofensiva se intensificou quando os centros de ensino se tornaram palco de protestos estudantis contra a guerra de Israel em Gaza, que desencadearam críticas sobre a falta de proteção aos estudantes judeus nos campi.

Desculpas

Na terça-feira, Trump pediu a Harvard que "se desculpe" e criticou a isenção fiscal da qual a instituição se beneficia, considerando que deveria "ser taxada como uma entidade política, se continuar defendendo sua 'loucura' política, ideológica, inspirada por/que apoia o terrorismo". A universidade privada, dotada de um patrimônio de mais de US$ 50 bilhões (R$ 293,5 bilhões), goza de uma isenção fiscal federal e de outra do estado de Massachusetts.

O governo republicano pediu à universidade e a outras instituições de ensino superior que implementem uma série de medidas, inclusive uma "auditoria" nas opiniões de estudantes e do corpo docente. Caso contrário, o Estado federal fechará a torneira das subvenções. Harvard se recusou categoricamente a fazê-lo. Em carta dirigida a estudantes e professores, o reitor da universidade, Alan Garber, lembrou que a instituição adotou medidas contra o antissemitismo há um ano e assegurou, na segunda-feira, que Harvard "não abandonará sua independência, nem seus direitos garantidos pela Constituição dos EUA", como a primeira emenda sobre a liberdade de expressão.

FAIXA DE GAZA

"Não entrará ajuda", diz ministro de Israel

O aviso de Israel Katz, ministro da Defesa israelense, veio no dia em que o número de palestinos deslocados internamente na Faixa de Gaza, desde o fim da trégua, em 18 de março, atingiu a marca de meio milhão — antes do cessar-fogo, quase todos os 2 milhões de cidadãos de Gaza tiveram que abandonar seus lares. "A política de Israel é clara: nenhuma ajuda humanitária entrará em Gaza", escreveu na rede social X. Segundo ele, o veto funciona como ferramenta de pressão para impedir o grupo terrorista Hamas de usar a medida contra a própria população. Há 74 dias, nenhum caminhão com ajuda humanitária recebeu autorização para ingressar em Gaza.

Por sua vez, as Forças de Defesa de Israel (IDF) anunciaram que transformaram cerca de 30% da Faixa de Gaza em um "zona de segurança", proibindo a permanência de moradores nesta área. O comunicado das IDF informa que as tropas alcançaram o "controle operacional total de várias áreas e rotas importantes em toda a Faixa de Gaza". O Hamas lançou, ontem, um balde de água fria sobre a proposta de trégua do governo israelense, ao descartar qualquer possibilidade de desarmamento.

Em entrevista ao **Correio**, Mahmoud Mardawi, um dos líderes do Hamas e integrante do Comitê Político do grupo, disse que "o desarmamento da resistência não é uma proposta aberta a discussões ou negociações". "Para nós, armas não são meras ferramentas de combate, mas um símbolo da vontade, da expressão de nossa rejeição à ocupação. Elas significam um meio de luta para liberarmos a nossa terra, além de uma garantia da resiliência de nosso povo e uma salvaguarda contra a continuação do seu sofrimento e extermínio", explicou.

Mardawi acusou Israel de interferir em "cada detalhe da vida dos palestinos, nos últimos 77 anos —, ao citar o controle sobre a água e os alimentos, a educação, as viagens e os tratamentos médicos. "Eles decidem quando os medicamentos, a comida e a água podem entrar, e os bloqueiam quando desejam. Nosso povo não permanecerá à mercê da ocupação", declarou".



Bashar Taleb/AFP

Palestinos observam corpos de uma mesma família, em Jabaliya

"Nossos filhos em Gaza estão morrendo de fome, outro crime que se soma aos recentes massacres israelenses ao longo de décadas", afirmou ao **Correio** Ibrahim Alzeben, embaixador da Palestina no Brasil. O diplomata instou a comunidade internacional e a ONU a usarem "todos os poderes que a Carta Magna lhes confere para impedir o genocídio, a matança, o uso da fome como arma e a destruição". (**Rodrigo Craveiro**)

Eu acho...


Arquivo pessoal

"Nossas demandas são claras: um acordo abrangente, um cessar-fogo permanente, que leve à retirada completa e à reconstrução do que a ocupação destruiu. Também queremos a libertação de nossos prisioneiros das prisões da ocupação."

Mahmoud Mardawi, um dos líderes do Hamas e integrante do Comitê Político do grupo

Opinião

Editora: Carmen Souza // *carmensouza.df@dabr.com.br*
opiniao.df@dabr.com.br || **3214-1157**

VISÃO DO CORREIO

Somar responsalidade em prol da infância

A violência no meio virtual está no cotidiano do país. Diariamente, a Polícia Federal (PF) recebe cerca de 1,5 mil denúncias de crimes do tipo praticados só nas redes sociais, segundo a Secretaria dos Direitos Digitais, do Ministério da Justiça. O elenco de agressões é imensurável. Sarah Raíssa Pereira de Castro, 8 anos, pode ter sido mais uma vítima. A criança teria sido estimulada, pelo "desafio do desodorante", a inalar o produto. No último domingo, três dias depois do incidente, a equipe médica do Hospital Regional de Ceilândia, constatou que a menina teve morte cerebral.

A morte trágica de Sarah lançou diferentes alertas aos adultos sobre o acesso de crianças às plataformas digitais por meio do celular. Para a promotora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) Karina Rocha, o caso coloca-nos dentro de um princípio de cuidado compartilhado: Estado, sociedade e família. "Temos que pensar sobre a perspectiva de responsabilizar vários atores", defende.

No entendimento da promotora, é preciso "caminhar para a regulação", bem como é "muito necessária a educação digital para fins de proteção". Algo nem sempre comum nos lares brasileiros. "Por vezes, os pais só entregam o aparelho aos filhos sem oferecer um preparo. É necessário que haja divulgação ampla para educar digitalmente os pais. Eles também precisam dessa preparação", afirma a representante do MPDFT.

Se os pais, ou responsáveis, não estão preparados para orientar os mais jovens, crianças e adolescentes acabam sendo presas fáceis das plataformas que ganham dinheiro oferecendo jogos e outros entretenimentos nem sempre saudáveis ou instrutivos. Para os influenciadores, pouco importam os danos que possam causar aos que estão diante da tela. A ideia é ampliar a audiência e, também, elevar a monetização.

A tragédia de Sarah mostra ainda a dificuldade que o poder público e alguns setores enfrentam para avançar a regulação das redes sociais, o que torna a internet terra sem lei, onde vale tudo, de fake news a jogos que estimulam o suícidio, a violência e a própria morte do participante. No meio político, há muita resistência, por confundirem regulação com censura, além da polarização exacerbada que dificulta o avanço em debates urgentes para o país.

O Marco Civil da Internet (Lei 12.965, de 2014) foi criado para estabelecer o direito ao exercício da cidadania nos meios digitais, além da diversidade e da liberdade de expressão na internet. Mas tornou-se insuficiente. Ao **Correio**, a secretária de Direitos Digitais do Ministério da Justiça, Lilian Cintra de Melo, afirmou que as 1,5 mil denúncias recebidas diariamente pela PF são a "ponta do iceberg".

Há, segundo ela, redes extremistas que se organizam em plataformas pouco monitoradas, de difícil rastreamento e com alto poder de disseminação. Umas das ferramentas que podem ajudar o Estado a alcançar esses criminosos é a implantação de um canal nacional único para denúncias — proposta de uma Projeto de Lei (PL) em discussão no Ministério da Justiça e encaminhado à Casa Civil.

Os poderes da República não podem mais postergar a aprovação do marco legal para a internet e outras medidas que controlem excessos cometidos por plataformas e usuários. Assim como pais, escolas e outras instituições da sociedade precisam estar atentos e preparados para lidar com os desafios impostos pela realidade virtual. A proteção da vida na infância impõe essa comunhão de ações e responsabilidades.

CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Desta vez, foi Heitor

Heitor escapou da morte uma vez. Mas, indefeso, não resistiu à nova ofensiva dos seus algozes. O corpinho de 2 anos sucumbiu ao espancamento brutal. Diz a polícia que os suspeitos são os próprios pais, justamente as pessoas que tinham o dever de mantê-lo a salvo de todo tipo de violência, que deveriam amá-lo e zelar pelo bem-estar dele.

A atrocidade aconteceu no Rio de Janeiro, na semana passada. Segundo a polícia, a babá de Heitor e do irmão gêmeo dele relatou que os garotinhos foram levados à casa dela pelo pai. Heitor estava "mole" e ofegante. Passou o dia vomitando. Ela disse ter avisado aos pais, que nada fizeram. Quando o menino desmaiou, a vizinha da cuidadora pediu ajuda a policiais numa viatura. Heitor já chegou morto ao hospital.

De acordo com *O Globo*, o exame necroscópico mostrou que a criança foi brutalmente agredida pelos pais momentos antes de ser entregue à babá. O laudo do Instituto Médico-Legal (IML) não deixa dúvidas sobre a extensão da perversidade: traumatismo craniano com hemorragia, traumatismo abdominal com laceração pancreática e hemorragia retroperitoneal por ação contundente. O menino, de apenas 2 anos, totalmente vulnerável, foi massacrado. Como é possível um ódio tão grande a uma criança? Como é possível que os próprios pais tenham levado a cabo essa barbárie?

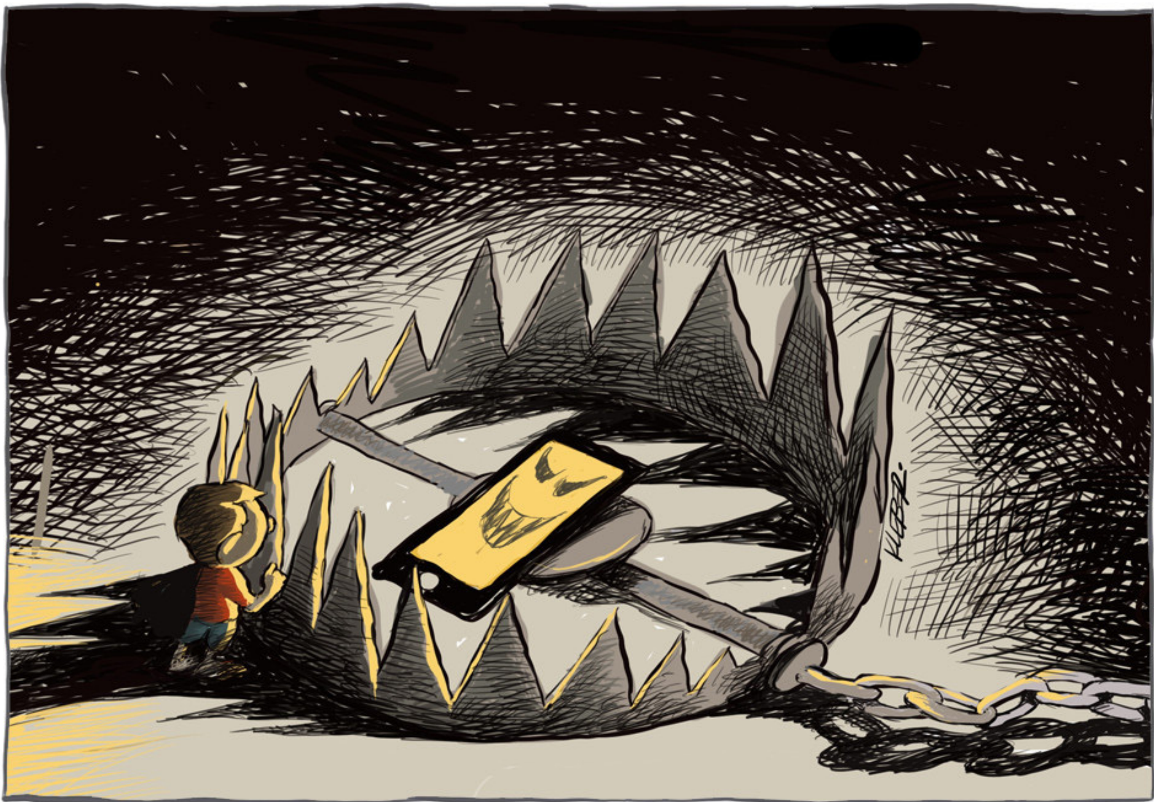
As informações são de que Heitor vinha sofrendo ataques. Em janeiro do ano passado, passou 33 dias internado, com lesões na cabeça. Tinha múltiplas fraturas cranianas. À época, os pais alegaram queda do berço, mas exame apontava para agressões.

O casal já estava sob investigação anterior por tentativa de homicídio contra o menino. Por isso, a guarda foi entregue ao avô materno, com medida protetiva expedida pela Justiça. Mas ele admitiu que deixava o garotinho com os pais diariamente. Até o dia em que essa desobediência à decisão judicial selou o destino de Heitor.

Os pais — além do avô — foram indiciados. Independentemente da condenação que receberem, será branda demais para o que fizeram. E por aqui, como todos nós sabemos, as sentenças não são cumpridas na totalidade, graças às múltiplas benesses previstas em lei.

Manter crianças e adolescentes a salvo de todos os tipos de violência é um dever da família, da sociedade e do Estado, determinado pela Constituição, em seu artigo 227. Eles têm o direito de viver e de crescer livres de toda forma de crueldade e opressão.

Infelizmente, não há no Brasil penas devidamente rigorosas para quem estupra, tortura e mata meninos e meninas. Tampouco políticas públicas efetivas de combate à violência de que são vítimas. E as covardias se sucedem, como a que tirou a vida de Heitor. Somos um país terrivelmente cruel com crianças e adolescentes, e não há nenhum sinal de que estamos mudando.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. **E-mail:** ***sredat.df@dabr.com.br***

Anistia 1

Se houver anistia, não tenhamos dúvidas de que, no futuro, virão outras tentativas de golpe, confiando que, caso não concretize uma tomada do poder, os criminosos estarão livres de condenação. É um absurdo ver nossos parlamentares correndo atrás de liberdade para aqueles que pisaram na nossa Constituição tentando implantar no Brasil uma ditadura. Esses nossos representantes oportunistas deveriam se preocupar com os milhões de brasileiros que enfrentam a insegurança alimentar, muitas vezes não tendo nada para colocar no prato para matar a fome; deveriam trabalhar para melhorar a qualidade de vida dos milhões de brasileiros que não têm acesso à água tratada ou coleta de esgoto e que vivem à mercê de doenças. Deveriam estar preocupados com a baixa qualidade da saúde pública do país, cientes do sofrimento de todos aqueles que buscam amenizar suas dores nos hospitais públicos. Deveriam se empenhar para melhorar a educação pública, oferecendo melhores condições aos docentes. Deveriam estar lutando por políticas públicas voltadas para educação para diminuir a evasão escolar e o analfabetismo no país. Esses senhores não estão dando à nossa democracia o valor que ela merece. Senhor presidente da Câmara dos Deputados, insista: anistia, não.

» **Jeovah Ferreira**
Taquari

Anistia 2

Que fique bem claro para o senhor Hugo Motta, presidente da Câmara: quem deveria opinar sobre essa pauta da anistia é a população brasileira, não os líderes dos partidos, como os bolsonaristas querem. Essa pressa de colocar em liberdades os baderneiros golpistas é uma afronta direto ao Supremo Tribunal Federal (STF), assim como um tapa na cara dos mais de 200 milhões de brasileiros que não apoiaram a tentativa de golpe liderada por Bolsonaro

» **Evanildo Sales Santos**
Gama

Insegurança

É preocupante, avassaladora e assustadora a escalada da violência e da insegurança no país. Ninguém tem mais sossego. Os marginais ganham todas, e, o pior, ficam impunes. Tragédias constantes por roubos de celulares. Conflitos em bares e restaurantes com tiros, cadeiradas e mortes. Crianças são sequestradas, violentadas e mortas. Feminicídios em todo canto. Roubos de carros, motos e bicicletas. Famílias são destruídas. A polícia faz o quê? Os policiais estão fazendo bico em lojas, supermercados, shoppings. É preciso zelar pela segurança das pessoas nas ruas. Inacreditável. Policiais também praticam truculências estarrecedoras. Alguns sequestram e estupram as vítimas. Somos violentados e humilhados todos os dias. Quando não é violência física, sofremos na alma, no espírito. O medo e o pavor dominam as famílias. Balas perdidas matam crianças. O governo é inoperante. Reuniões, projetos, planos de segurança. Tudo conversa fiada. Com duvidosa e desastrada atuação. O cidadão não suporta mais ser ultrajado. Marginais atacam dentro dos ônibus e nas paradas. A bandidagem infelizmente tomou conta do Brasil. É preciso estancar tanta brutalidade. O quadro é medonho e desesperançoso.

» **Vicente Limongi Netto**
Asa Sul

Preservação

Brasília é Patrimônio da Humanidade? Sim e não! Só é quando é conveniente. Fosse seguido à risca, o atual Estádio Mané Garrincha não existiria. De igual modo, a Feira da Torre. Não só mudou de lugar, como mudou de estilo. Aí, vem depois a reforma das tesourinhas do Plano Piloto e das calçadas da avenida W3 Sul, que tiveram os revestimentos trocados pelo cimentado. Ficou feio! Já outras melhorias, como o veículo leve sobre trilhos (VLT), são barradas.

» **Hermes Cavalcante**
Distrito Federal

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Caso Sarah: o monstro que vivia embaixo da cama agora é digital e se chama rede social.

Abrahão F. do Nascimento — Águas Claras

Manchete do caderno *Cidades* do **Correio** de ontem: "Uma criança não deve ter acesso a telas". Faltou dizer: "E se tiver, não deve morrer".

Lauro A. C. Pinheiro — Asa Sul

Senadora Damares Alves encaminha ofício às redes sociais cobrando providência para assegurar a proteção da integridade física e psicológica de crianças e adolescentes. Agora apoia que as redes sejam responsabilizadas, senhora? Que coisa!

Rosana Oliveira — Brasília

Asilo é para perseguição política. O caso da ex-primeira-dama do Peru é roubo. Está na Constituição. Vergonhoso!

Vander Silva — Juiz de Fora (MG)

Asilo para ex-primeira-dama do Peru: é o Brasil provando ao mundo que é realmente um paraíso para os criminosos mundiais!

Newton S. Santos — Alto Paraíso de Goiás (GO)

Tem assuntos mais urgentes para serem votados. Parlamentares só estão sendo pressionados pelo PL da anistia para anistiar Bolsonaro. Apenas isso!

Adriana Soares — Brasília

CORREIO BRAZILIENSE

*"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"*
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R$ 5,00	R$ 7,00

ASSINATURAS * SEG a DOM
R$ 1.187,88
360 EDIÇÕES
(promocional)

Assine
(61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento **(3342-1000) ou (61)99158.8045 Whatsapp,** para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE–Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press.
Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

Eufrázio

Desafio do desodorante: quando o lucro fala mais alto



» MARIA MELLO
Coordenadora de Digital do Instituto Alana

Em um intervalo de apenas um mês, duas meninas brasileiras perderam a vida, ao que tudo indica, por conta do chamado desafio do desodorante, que circula livremente nas redes sociais incentivando usuários a inalar o produto pelo máximo de tempo possível. Brenda Sophia Melo de Santana, de 11 anos, e Sarah Raíssa Pereira de Castro, de apenas 8, foram vítimas fatais desse conteúdo viral, com a anuência de uma empresa de tecnologia. E, mais uma vez, diante de episódios trágicos como esses, ressurgem discursos que insistem em direcionar toda a responsabilidade às famílias — justamente aquelas que dedicavam a vida para criar suas crianças e, hoje, estão mergulhadas no luto. “Onde estavam os pais?”, “Por que não controlaram o acesso a esses conteúdos?”, perguntam, como se o limite do cuidado fosse o portão das casas.

No entanto, um ponto central — e frequentemente negligenciado — é o papel das plataformas digitais, que transformam conteúdos perigosos em acúmulo de visualizações. Trata-se de um sistema sustentado por algoritmos e modelos de negócio que premiam o engajamento a qualquer custo — mesmo quando ele resulta em tragédias. À medida que as plataformas permanecem praticamente inertes frente à urgência do tema, a emergência de repensar o funcionamento dessas plataformas só aumenta. Precisamos de modelos que respeitem os direitos humanos, que priorizem a vida acima do clique e que se comprometam, de forma concreta, com a construção de uma internet justa, segura e democrática — sobretudo para quem está em fase de desenvolvimento e ainda não dispõe de ferramentas fundamentais para se proteger sozinho.

A percepção pública já manifesta esse apelo: nove entre 10 brasileiros acreditam que as redes sociais fazem menos do que deveriam para proteger crianças on-line, segundo pesquisa do Instituto Alana em parceria com o Datafolha. O sentimento de desamparo em relação às grandes empresas de tecnologia não é exclusivo do Brasil. Em 2021, o caso da menina italiana, de 10 anos, que perdeu a vida após participar de um desafio viral mobilizou as autoridades do país e levou o TikTok a se comprometer com a adoção de medidas para implementar uma verificação de idade mais eficaz. Ainda assim, em 2024, o governo italiano se viu obrigado a aplicar uma multa de 10 milhões de euros à empresa pelas falhas contínuas no controle de conteúdos que são acessados por crianças e adolescentes. Esse é mais um dos episódios que evidenciam como, mesmo diante de tragédias, as ações das plataformas seguem sendo reativas, limitadas — e, muitas vezes, distantes de uma responsabilização concreta pela proteção dos mais novos.

E apesar desses casos se repetirem em todo o mundo, é fundamental salientar que, aqui no Brasil, a exposição aos riscos que circulam no ambiente digital é muito maior por conta da incoerência das plataformas digitais que oferecem menos proteção para crianças e adolescentes da América Latina, África e Ásia — o Sul Global —, enquanto na Europa e nos Estados Unidos, os recursos se mostram mais rigorosos. A exemplo disso, temos que mencionar que, ainda hoje, é possível acessar no YouTube vídeos de criadores de conteúdo brasileiros publicados entre 2010 e 2016 que incentivam desafios perigosos, sendo que alguns deles acumulam alguns milhões de visualizações e continuam sendo monetizados com anúncios de grandes marcas. Ou seja, além de permanecerem disponíveis, esses conteúdos seguem gerando lucro — mesmo quando representam um risco direto para crianças do país.

A proteção de crianças e adolescentes é um compromisso coletivo, como estabelece o artigo 227 da Constituição Federal. Por mais que campanhas educativas e ações de conscientização sejam fundamentais — assim como conteúdos que orientem mães, pais, responsáveis e educadores na mediação do uso das telas —, é preciso frisar que essas iniciativas, sozinhas, não são suficientes. Enquanto vídeos perigosos permanecerem acessíveis e escaparem de uma atuação verdadeiramente comprometida com os direitos das infâncias por parte das redes sociais, o problema persistirá.

Por isso, o debate sobre a regulação das plataformas digitais precisa avançar com urgência no Brasil. Não podemos aceitar que mais vidas sejam perdidas em nome dos interesses comerciais. A proteção dos mais novos não pode ser uma escolha, tampouco se resumir a promessas vazias que não se traduzem em mudanças reais nas políticas internas dessas empresas. Proteger a infância é dever de todos — e isso inclui, sem exceção, as plataformas digitais.



Em prol da sustentabilidade das redes de telecomunicações



» MARCOS FERRARI
Presidente-executivo da Conexis Brasil Digital

» FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES
Diretor de Regulação e Inovação da mesma entidade

O setor de telecomunicações passou por uma enorme transformação neste início de século. A popularização da internet e dos smartphones e, mais recentemente, o desenvolvimento da inteligência artificial (IA) colocou no centro das atenções a complexa infraestrutura de redes que conectam pessoas, máquinas e serviços. Sem esse intrincado aparato de cabos aéreos, terrestres e marinhos, não haveria conectividade.

Para dar conta da crescente demanda por dados, operadoras de telecomunicações investem cotidianamente pesados recursos para ampliar a capacidade de transmissão de suas redes. E aqui está o nó. A crescente demanda por dados vem sobretudo das chamadas big techs, que respondem por mais da metade do tráfego nas redes de telecomunicações. O problema é que elas não participam desses investimentos.

Para mostrar os efeitos nocivos dessa distorção, tomemos como exemplo uma analogia entre os setores de telecomunicações e ferroviário. No setor ferroviário, que é verticalmente integrado, ou seja, controla várias etapas da cadeia produtiva, o proprietário da infraestrutura (as linhas) também é proprietário da superestrutura (o trem). Essa situação confere ao proprietário poucos incentivos para disponibilizar espaço para outros possíveis usuários da ferrovia. Na prática, ele busca transportar toda a carga e, dessa forma, ampliar suas receitas e margens. No intuito de minimizar uma possível prática anticompetitiva, os reguladores desse modal de transporte buscam estabelecer o chamado direito de passagem para viabilizar o uso da infraestrutura por transportadores de carga não verticalmente integrados.

No setor de telecomunicações, temos uma situação diametralmente oposta. Primeiro porque a integração vertical não é significativa, inclusive em decorrência da massiva substituição dos serviços de voz pela comunicação por meio de aplicativos. Segundo porque o direito de passagem já existe, o que é muito bom para a eficiência dos mercados. Nesse setor, não há barreiras ao uso da infraestrutura (as redes) e tampouco as operadoras exercem qualquer tipo de controle sobre o mercado, inclusive porque a prestação desse serviço se dá em regime de concorrência efetiva e potencial.

Aqui, no entanto, ocorre uma falha de mercado completamente inversa àquela que acontece no setor de ferrovias. Nos primórdios dos anos 2000, os usuários eram atomizados ou pulverizados. Na atualidade, quatro usuários respondem por mais de 50% de todo o tráfego de dados nas redes, chegando a quase 80% no caso das redes móveis.

A falha, que contribui para a ineficiência dos mercados, é o uso intensivo dessa infraestrutura sem a devida remuneração, enquanto as operadoras de telecomunicações realizam grandes investimentos em suas redes, buscando a integração e conectividade de todo o país, o que é desejável, e a ampliação de capacidade por causa do tráfego crescente. Pode-se dizer que os usuários industriais das redes, as “big techs”, praticam o denominado “efeito carona” (*free-riding*). O problema do free-riding ocorre quando um agente é responsável pela realização de um investimento que se torna um bem comum.

Em outras palavras, no setor de telecomunicações, há um excessivo direito de passagem. Aliás, as redes são utilizadas como se estivessem em um ambiente marcado pela Tragédia dos Comuns, teoria do ecologista Hardin Garret, publicada em 1968 pela revista *Science*: elas são utilizadas e exploradas sem limites, com todas as consequências que isso traz. Ainda analisando conforme a Tragédia dos Comuns, na atualidade as redes de telecomunicações são abertas para a exploração ilimitada das “big techs”. Como as redes são limitadas, essa exploração industrial poderá erodir a sua capacidade para todos os usuários. No limite, o uso das redes pelos usuários industriais pode limitar o uso para os usuários comuns.

Qual a proposta para resolução desse problema? Como o próprio Hardin Garrett propõe em sua obra, é necessário que as redes de telecomunicações sejam utilizadas pelos usuários industriais de maneira privada, o que, no contexto atual, requer uma arbitragem ou uma mediação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de forma que todos contribuam para os investimentos necessários ao desenvolvimento destas redes.

A política comercial de Trump e o futuro incerto do comércio internacional



» CELSO HENRIQUE CADETE DE FIGUEIREDO
Doutor em direito internacional (USP), mestre em direito econômico (UFPB) e professor do MBA de Relações Governamentais da FGV

A política tarifária voltou ao centro do debate econômico com a proposta do presidente dos Estados Unidos Donald Trump de aplicar “tarifas recíprocas” como instrumento de correção de desequilíbrios comerciais. O que se apresenta como uma medida de justiça comercial é, na verdade, uma ruptura com as regras do sistema multilateral de comércio. Em vez de se basear em práticas desleais reconhecidas, como dumping ou subsídios, Trump propõe tarifas proporcionais ao deficit comercial dos EUA com cada país, desconsiderando os fundamentos econômicos que explicam esses desequilíbrios.

Essa abordagem, além de tecnicamente insustentável, ignora os fundamentos da interdependência econômica global e desconsidera as complexas cadeias de valor em que os EUA estão inseridos. Elas não apenas carecem de base jurídica nos tratados da Organização Mundial do Comércio (OMC), como introduzem um critério de aplicação profundamente equivocado. Em vez de se basearem na tarifa média efetiva aplicada por seus parceiros comerciais — como é de praxe nas avaliações técnicas multilaterais —, essas tarifas se pautam unicamente no deficit comercial bilateral dos EUA com cada país.

A lógica é simplificada: quanto maior o deficit, maior será a tarifa. Em termos práticos, se os Estados Unidos importam US$ 200 bilhões de um país e exportam apenas US$ 100 bilhões, Trump sugere aplicar uma tarifa de 50% sobre as importações, para “equalizar” o volume de comércio. É uma fórmula aritmeticamente direta, mas economicamente absurda, pois desconsidera as causas estruturais dos deficits, como especialização produtiva, consumo doméstico, taxas de câmbio, acordos regionais e inserção em cadeias globais de valor.

Essa estratégia também ignora as regras fundamentais da OMC, como a cláusula de nação mais favorecida (NMF) e o princípio do tratamento nacional. E reduz o comércio internacional a uma relação de soma zero, contrariando os fundamentos básicos da lógica do ganho mútuo que sustenta o sistema multilateral desde Bretton Woods.

Essa abordagem, além de juridicamente questionável, pode provocar efeitos adversos, como inflação, desorganização de cadeias produtivas e escalada retaliatória. Estima-se que as tarifas podem aumentar a inflação americana em até 0,7% ao ano, pressionando os consumidores e as indústrias locais. Países como China, Canadá, União Europeia já se preparam para responder com contramedidas que vão desde a limitação de exportações estratégicas até projetos de lei que preveem a adoção de tarifas por reciprocidade.

O Brasil, por sua vez, aprovou o Projeto de Lei nº 2088/2023 (PL da Reciprocidade Econômica), que visa permitir o aumento do imposto de importação como medida de retaliação quando o país for alvo de tratamento desigual em termos de barreiras tarifárias. A proposta prevê que, sempre que um produto nosso for sobretaxado por um parceiro comercial de maneira incompatível com os padrões internacionais, poderemos aplicar tarifas equivalentes sobre produtos originários daquele país.

O futuro é incerto e perigoso. Ao dobrar a aposta pela guerra tarifária adotada no primeiro mandato (2017-2021) e recrudescida no alvorecer deste segundo mandato, Trump coloca em jogo não apenas o saldo comercial dos EUA, mas o próprio funcionamento do sistema internacional de comércio. As medidas do governo americano marcam uma guinada unilateralista com potencial de corroer os pilares do multilateralismo e da previsibilidade que sustentam o comércio global desde o pós-guerra.

Não há respostas fáceis. O Brasil, até o momento, mesmo com a aprovação do PL da Reciprocidade, adota uma postura de cautela, optando por negociar e eventualmente recorrer ao mecanismo de solução de controvérsias da OMC. Contudo, as incertezas são tantas que o comércio internacional vive, hoje, um verdadeiro "dia de cada vez".

Resta saber se a pressão de grandes empresas — inclusive de aliados políticos de Trump, como Elon Musk, cujas companhias já amargam bilhões de dólares em perdas — será suficiente para reverter ou ao menos moderar essa nova onda protecionista. Enquanto essas questões seguem sem solução, o mundo assiste apreensivo a mais um capítulo da disputa entre interesses nacionais e a governança global. Com consequências imprevisíveis.

Eufrázio

Editora: Ana Paula Macedo
anapaula.df@dabr.com.br
3214-1195 • 3214-1172

Combinação DE ALTO RISCO

Pacientes com câncer de mama que se encaixam na classificação de síndrome metabólica têm desfechos mais desfavoráveis no combate à doença, com probabilidade elevada de recorrência do tumor ou de óbito, diz estudo

» PALOMA OLIVETO

Caracterizada pelo conjunto de condições como excesso de gordura abdominal, taxas elevadas de colesterol e hipertensão, a síndrome metabólica é um conhecido fator de risco de diabetes 2 e doenças cardiovasculares. Um estudo apresentado no Congresso Europeu sobre Obesidade, em Málaga, na Espanha, mostra que o problema também está significativamente associado à recorrência e à mortalidade por câncer de mama.

A pesquisa, publicada no *The Journal of Internal Medicine*, revela que, entre sobreviventes desse tipo de tumor, o risco de retorno da doença é 69% maior quando a paciente tem síndrome metabólica. A chance de morrer caso o câncer de mama retorne foi de 83% na população estudada. Os dados foram obtidos de estudos observacionais e ensaios clínicos que envolveram 42.135 pessoas.

A Associação Norte-Americana do Coração cujas definições e recomendações são adotadas por sociedades médicas em todo o mundo, caracteriza a síndrome metabólica como a presença de pelo menos três condições. São elas: pressão arterial elevada, triglicérides (gorduras no sangue) altos, lipoproteína de alta densidade (HDL) ou colesterol "bom" baixo, glicemia de jejum elevada (açúcar no sangue) e obesidade central ou abdominal (circunferência da cintura superior a 88cm para mulheres e 100cm para homens).

Critérios

No estudo, liderado por Sixten Harborg, do Departamento de Oncologia da Universidade de Aarhus/Hospital Universitário de Aarhus, na Dinamarca, os pesquisadores utilizaram dados de artigos médicos que foram, então, modelados para avaliar a relação entre um perfil metabólico desfavorável e a sobrevida ao câncer de mama. As estimativas combinadas mostraram que sobreviventes desse tipo de tumor que, no momento do diagnóstico, também se encaixavam nos critérios da síndrome, tinham 57% mais risco de algum evento relacionado à doença, sendo 69% no caso de recorrência, e 83% na mortalidade durante o acompanhamento.

"A célula tumoral precisa de muita energia. A principal característica da síndrome metabólica é o excesso de glicose circulante no corpo. Esse excesso de glicose é muito bem aproveitado pelo tumor a seu favor como substrato energético para crescer e multiplicar-se", explica o oncologista João Nunes, especialista em câncer de mama. De acordo com o médico, grandes serviços de oncologia já têm programas com foco em hábitos de vida e alimentação, com foco nessa característica. "A abordagem multiprofissional e multidisciplinar é fundamental para ajudar nesse cenário", destaca.

Os autores do estudo analisaram possíveis diferenças na associação de acordo com a localização geográfica do continente de origem dos estudos incluídos. Eles descobriram que a relação entre desfechos mais desfavoráveis entre sobreviventes de câncer de mama com síndrome metabólica foi consistente em toda a Europa, América do Norte e Ásia.

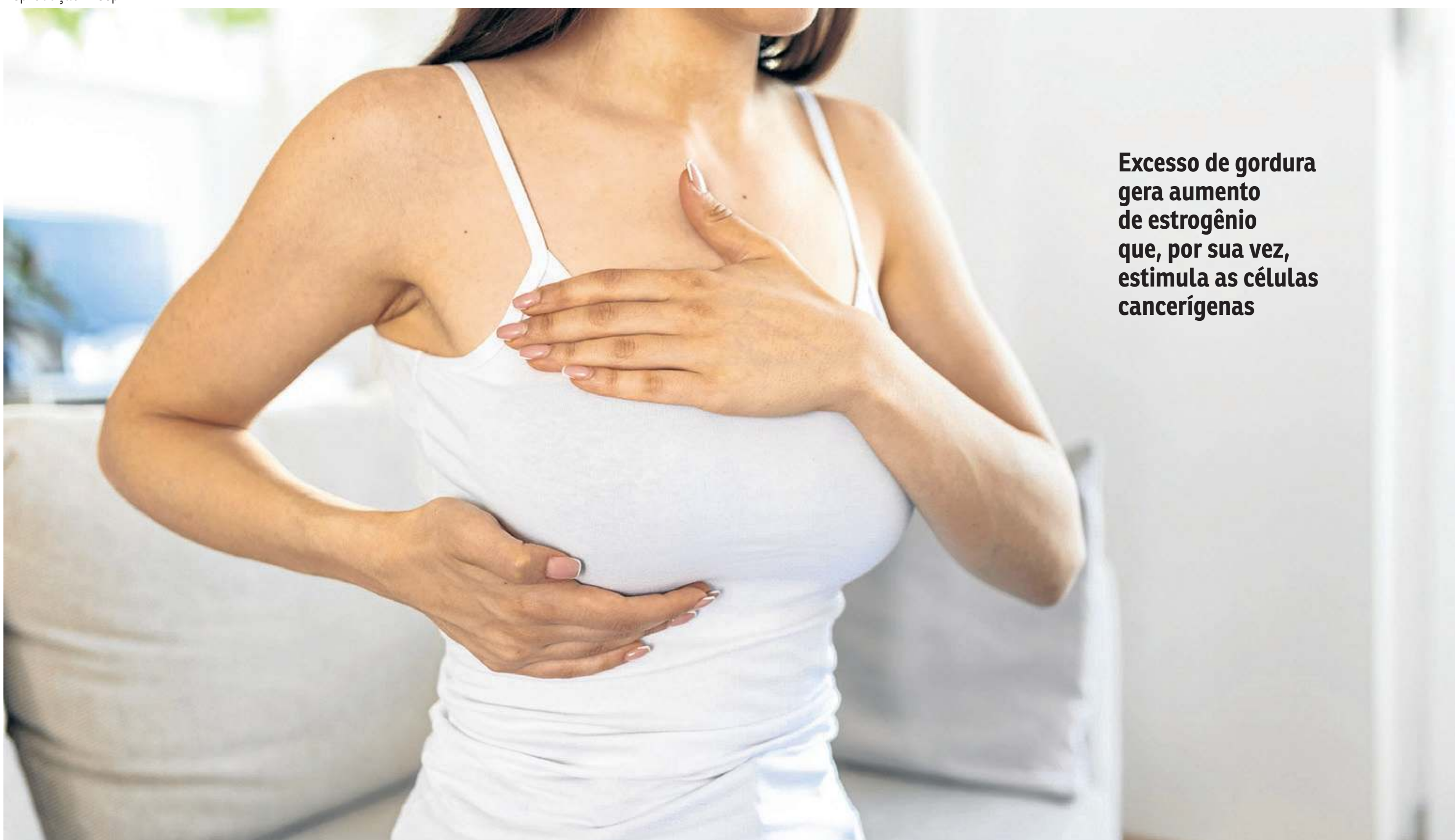
Brasileiros

Para o oncologista Gilberto Amorim, da Oncologia D'Or, embora o estudo não tenha dados brasileiros, os resultados podem ser extrapolados para o país. "Não há uma plausibilidade biológica para achar que a síndrome metabólica nas mulheres e homens portadores de câncer de mama no Brasil tem um comportamento distinto", diz. "A população brasileira está cada vez mais comendo errado, cada vez mais pacientes convivendo com sobrepeso e obesidade, e esses riscos são os mesmos. Ainda que não tenha tido estudos brasileiros, os dados servem para o alerta da população global como um todo", acredita.

Em nota, os autores enfatizam a importância do rastreamento metabólico para os sobreviventes de câncer de mama. "Pesquisas futuras devem se concentrar em avaliar como o controle da gordura no sangue, a reversão do diabetes e a adoção de estilos de vida saudáveis podem diminuir a prevalência da síndrome metabólica nessa população e, em última análise, aumentar a sobrevida dos pacientes de câncer de mama."

Embora o estudo não tenha focado nas causas da associação entre câncer de mama e desfechos mais desfavoráveis para pacientes com síndrome metabólica, os autores do artigo afirmam que o excesso de gordura pode resultar em níveis aumentados de estrogênio circulante que, por sua vez, tem potencial para estimular o crescimento das células cancerígenas da mama. "Além disso, a adiposidade pode induzir alterações no microambiente tumoral que facilitam a metástase, ou a disseminação do câncer", escreveram.

Reprodução Freepik



Excesso de gordura gera aumento de estrogênio que, por sua vez, estimula as células cancerígenas

Três perguntas para

GILBERTO AMORIM, especialista em oncologia mamária da Oncologia D'Or

Por que a síndrome metabólica está associada ao risco maior de recorrência e morte por câncer de mama?

Os mecanismos que explicam essa associação à recorrência e morte por câncer de mama precisam ser melhor estudados, mas a gente já tem bastante ideia de como isso funciona. Há uma série de alterações moleculares que podem acontecer nesses pacientes. Por exemplo, a hiperglicemia não é um apenas aumento da insulina no sangue, acaba que alguns fatores de crescimento também estão aumentados nesses pacientes e algumas alterações moleculares em vias de proliferação e de crescimento de possíveis células tumorais são ativadas devido a esse metabolismo alterado por um longo tempo. Até a hipertensão está associada a alterações moleculares em algumas vias, que são, em última análise, responsáveis por um crescimento celular mais acelerado ou eventualmente resistente a certos tratamentos.

Como o sobrepeso e a obesidade influenciam esse risco?

A obesidade central, que a gente mede simplesmente com uma fita métrica, que se traduz naquela gordura visceral, está relacionada à liberação de alguns hormônios, interleucina e outros fatores de crescimento do tumor. E um aspecto importante é a aromatase, que é uma enzima que faz parte do metabolismo dos hormônios femininos. Ela está aumentada nesses pacientes que convivem com obesidade. A própria dislipidemia — o aumento do triglicerídeo e do colesterol, além da diminuição do HDL, o chamado bom colesterol — acaba se traduzindo em alterações moleculares em vias de sinalização para as células tumorais seguirem se proliferando. Então, em última análise, a gente tem maior proliferação, maior chance de invasão de tecidos e maior chance de metástase. É claro que mecanismos mais específicos precisam ainda ser elucidados.

A triagem da síndrome metabólica em sobreviventes de câncer de mama pode ajudar a reduzir o risco de recorrência do tumor?

De uma certa forma, muitos centros médicos já fazem isso, muitos médicos no dia a dia já têm essa noção, e solicitam os exames de lipídios, glicose em jejum, hemoglobina glicada. Também estão pesando os pacientes e passando a medir a cintura abdominal para conversar sobre esses aspectos, mas é evidente que essa triagem precisa ser ampliada e disseminada. A gente fala muito dos tratamentos, do impacto da cirurgia, da quimioterapia, da rádio, dos comprimidos, da terapia endócrina, do bloqueio dos hormônios, e às vezes, o paciente está lá com obesidade, alterações metabólicas variadas, sedentarismo, e isso fica em segundo plano. Essa triagem de saúde metabólica não é um luxo: em termos de qualidade de vida e de desfechos oncológicos é muito importante. (**PO**)

OMS

Acordo histórico para prevenir pandemias

Depois de mais de 13 reuniões formais e três anos de negociações, a Organização Mundial da Saúde (OMS) chegou a um acordo histórico com 199 países comprometidos com a prevenção de pandemias. O rascunho do documento, que será debatido em maio, na próxima Assembleia Mundial da Saúde, foi aprovado na madrugada de quarta-feira, em Genebra. "As nações do mundo fizeram história", comemorou Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS.

Os Estados Unidos, que participaram de algumas rodadas de negociações, ficaram de fora do projeto, pois o presidente Donald Trump retirou o país da OMS em fevereiro. Para Ghebreyesus, em um momento e cortes de financiamento e conflitos mundiais, o consenso em torno no Acordo sobre a Pandemia "demonstra que o multilateralismo está vivo e bem, e que, em nosso mundo dividido, as nações ainda podem trabalhar juntas para encontrar um ponto em comum e uma resposta compartilhada para ameaças comuns".

As propostas contidas no texto de 32 páginas incluem a transferência de tecnologia para a fabricação de produtos de saúde ligados às pandemias, sobretudo em benefício dos países em desenvolvimento. Esse tema travou as rodadas anteriores, com países onde a indústria farmacêutica é particularmente forte na economia se posicionando contrários ao caráter obrigatório da medida. Porém, por fim chegou-se à unanimidade.

Outro aspecto importante do texto é a criação de um "sistema de acesso e participação nos benefícios dos patógenos" para que as empresas farmacêuticas possam dispor dos dados e comecem a trabalhar rapidamente em produtos para combater as pandemias. O projeto também busca ampliar o acesso a esses insumos, estabelecendo uma rede mundial de cadeia de suprimentos e logística.

AFP



Tedros Ghebreyesus: "As nações do mundo fizeram história"

Soberania

A proposta afirma a soberania dos países para tratar de questões de saúde pública dentro de suas fronteiras e prevê que nada no rascunho do acordo deverá ser interpretado como conferindo à OMS qualquer autoridade para direcionar, ordenar, alterar ou prescrever leis, ou políticas nacionais. Também está fora de questão obrigar os Estados a tomarem medidas específicas, como proibir ou aceitar viajantes, impor mandatos de vacinação, terapias, diagnósticos ou implementar lockdowns.

Ghebreyesus agradeceu particularmente aos integrantes do grupo de trabalho que orientou a negociação do projeto, incluindo o embaixador brasileiro Tovar da Silva Nunes. "Agradeço aos Estados-membros da OMS e suas equipes de negociação por sua visão, comprometimento e trabalho incansável. Aguardamos com expectativa a análise do acordo pela Assembleia Mundial da Saúde e — esperamos — sua adoção."

"A conclusão das negociações (...) representa uma etapa importante em nosso compromisso coletivo de reforçar a segurança sanitária mundial", declarou aos delegados o representante da Tanzânia, em nome de 77 países do grupo regional africano. Ele acrescentou que o processo "abriu um caminho importante para a futura colaboração em nossos esforços para estar melhor preparados diante de possíveis pandemias".

Cooperação

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, também celebrou o compromisso em uma mensagem na rede social X. "Aprendemos a lição da covid. Para vencer uma pandemia, são necessários testes, tratamentos e vacinas. Mas também é preciso solidariedade e cooperação global", escreveu.

Em relação à implementação do acordo, a principal organização do setor farmacêutico destacou que a propriedade intelectual e a segurança jurídica são essenciais para assegurar os investimentos do setor. "Esperamos que, em negociações posteriores, os Estados-membros mantenham as condições que permitem ao setor privado continuar inovando contra os agentes patogênicos suscetíveis de provocar uma pandemia", disse David Reddy, diretor-geral da Federação Internacional da Indústria do Medicamento.

Eufrázio

Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br e
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br

»Entrevista | **PAULA AFONCINA BARROS RAMALHO** | JUÍZA SUBSTITUTA DA 2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO DF

Magistrada ressalta a importância de uma CPI para investigar crimes digitais cometidos contra crianças e adolescentes, como no caso da morte de Sarah Raíssa, de 8 anos. "Há o risco concreto de expor a criança a influências perigosas", diz

"Plataformas precisam ser cobradas com urgência"

» ANA DUBEUX

*A tragédia que levou à morte de Sarah Raíssa Pereira, de 8 anos, chocou a todos e levantou a questão sobre a urgência em monitorar plataformas sociais e seus conteúdos. Em entrevista exclusiva ao **Correio**, a juíza substituta da 2ª Vara da Infância e Juventude do DF, Paula Afoncina Barros Ramalho, destaca a importância do tema e avalia a responsabilidade do Poder Público e da sociedade civil em episódios como o que vitimou a pequena Sarah. "As famílias precisam ser mais bem informadas sobre os riscos envolvidos em deixar crianças e adolescentes com acesso livre e sem qualquer supervisão à internet", acrescenta.*

Mariana Lins/CB/D.A Press



Considerando o trágico caso da morte da menina de 8 anos, Sarah Raíssa Pereira, provavelmente devido ao chamado "desafio do desodorante", uma prática que circula nas redes sociais e consiste em inalar aerossóis pelo maior tempo possível, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) iniciou a coleta de assinaturas para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), com o objetivo de investigar crimes cometidos contra crianças e adolescentes no ambiente digital. Diante desse contexto, a senhora acredita que a proposta da deputada pode contribuir de maneira efetiva para a redução das violências dessa natureza que afetam crianças e adolescentes no Brasil?

A instauração de CPI é uma providência que pode se revelar útil na busca pela adoção de medidas concretas que visem à prevenção e ao combate das diversas formas de violência praticadas contra crianças e adolescentes em ambientes virtuais. Após ouvir autoridades no assunto, colher dados, convocar eventuais responsáveis pelas plataformas e outros envolvidos, a CPI poderá propor encaminhamentos que resultem no aperfeiçoamento das políticas públicas relacionadas à moderação e monitoração das redes, à investigação e punição de responsáveis por conteúdos que envolvem induzimento e/ou instigação de crianças e adolescentes ao suicídio, à automutilação e a outros comportamentos nocivos, servindo, ainda como forma de mobilizar toda a sociedade e Poder Público para o enfretamento do tema.

Se a CPI for criada, acredita que esse movimento poderia exercer pressão para a regulação das plataformas digitais, visando aumentar a proteção de crianças e adolescentes?

Sim. A criação de uma CPI muitas vezes serve como instrumento capaz de mobilizar o Poder Público e a sociedade para temas que demandam ações urgentes, como é o caso do enfretamento da violência contra crianças e adolescentes em ambientes virtuais. A partir dessa mobilização, é possível que sejam apresentadas novas propostas legislativas ou que avancem as que já tramitam no Congresso em relação ao tema da regulação das redes sociais, especificamente no que concerne às ações de moderação de conteúdo e de prevenção de violência à criança e ao adolescente nos ambientes virtuais.

Quais são as políticas públicas atuais ou em discussão voltadas para combater esse tipo de violência contra nossas crianças e adolescentes? A Justiça está coordenando esforços com outras secretarias ou ministérios para enfrentar esse problema de maneira integrada?

O Poder Público tem desenvolvido algumas políticas públicas em eixos de prevenção e educação digital, que surgem como instrumentos relevantíssimos quando se pensa que, o que mais se deseja, é evitar que situações como que a vitimou a criança Sarah ocorram. A título de exemplo, recentemente o governo Federal lançou um documento intitulado "Crianças, adolescentes e Telas: guia sobre usos de Dispositivos de Digitais" (**leia mais na página 14**), que possui importantes recomendações direcionadas às famílias, às escolas, às plataformas de internet, aos influenciadores, etc, acerca de como garantir que haja um uso seguro das redes por esse público. Há, ainda, o Ciberlab, do Ministério da Justiça, que atua em ações de monitoração e prevenções dos chamados "crimes virtuais", e que tem auxiliado na identificação de conteúdos potencialmente criminosos em plataformas como Discord e Telegram. Houve, a partir de relatórios produzidos no âmbito do Ministério da Justiça e reportados à Polícia Civil no DF, instauração de processo que posteriormente resultou na punição de responsável por comunidade no Discord, em que foram identificadas práticas de instigação e incentivo à automutilação de adolescentes e de compartilhamento de pornografia infantil.

E com relação à Justiça?

No que diz respeito ao Poder Judiciário, até mesmo pela própria natureza da função que exerce, a atuação se dá precipuamente no âmbito da apuração e responsabilização de eventuais autores de crime praticados contra as crianças e adolescentes, mediante o devido processo legal. Há, é claro, necessidade de aprimoramento e ampliação das ações, principalmente por meio da integração e atuação em rede, e do desenvolvimento de mecanismos mais efetivos de responsabilização das plataformas. É essencial, ainda, que haja maior divulgação das recomendações de segurança cibernética direcionada ao público infantojuvenil e um trabalho mais intenso de conscientização das famílias e de toda a sociedade acerca do assunto.

Observando o caso de Sarah e, ainda, considerando as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, pensar proteção e participação desses sujeitos na internet é um grande desafio. Como agir nesse sentido?

Esse é, de fato, um tema bastante complexo e delicado. A meu ver, e correndo o risco de parecer a um só tempo simplória e radical, a verdade é que a internet, definitivamente, não é um ambiente que possa ser seguramente acessado por crianças (pessoas menores de 12 anos). Isso porque, para além dos riscos ao desenvolvimento neurológico causados pelo uso excessivo de telas, há o risco concreto de expor a criança a influências perigosas de terceiros que com ela interagem pelas redes sociais e a conteúdos impróprios para a idade, já que é praticamente impossível conseguir um uso 100% supervisionado pelas famílias. Hoje em dia é comum que crianças tenham seus próprios smartphones, tablets com acesso à internet, mas, se bem compreendido o perigo que isso representa, as famílias deveriam seriamente repensar essa prática.

> **É preciso compreender que, por mais que 'os tempos hoje sejam outros' e que o acesso à informação seja mais democratizado, crianças, por sua própria natureza, não podem ser cobradas como pessoas capazes de compreender e dimensionar os riscos a que estão sujeitas ao interagirem com um determinado conteúdo nas redes"**

> **A CPI poderá propor encaminhamentos que resultem no aperfeiçoamento das políticas públicas relacionadas à moderação e monitoração das redes"**

No caso de adolescentes (pessoas com mais de 12 anos e menos de 18 anos de idade), o acesso supervisionado às redes, com uso de instrumentos de controle parental, aliado a intenso diálogo principalmente no âmbito da família e da escola sobre os riscos envolvidos, são caminhos capazes de possibilitar um uso mais seguro por parte desse público. Paralelamente a isso, é urgente que as plataformas sociais sejam rigorosamente cobradas pelo Poder Público e por toda a sociedade civil para desenvolver mecanismos efetivos de verificação etária e para aperfeiçoar suas políticas de moderação de conteúdo, com imediata identificação e remoção de conteúdos nocivos (como esses "desafios" que circulam pelas redes sociais e que colocam a integridade e vida das pessoas em risco).

Como explicar e entender um fato absurdo como a morte da pequena Sarah? Quais os fatores que a senhora identifica para uma ação tão trágica da menina de apenas 8 anos?

Uma tragédia como a que vitimou a criança Sarah é difícil de ser compreendida e explicada, por todo o absurdo que envolve o ocorrido. É preciso, de antemão, compreender que, por mais que "os tempos hoje sejam outros" e que o acesso à informação seja mais democratizado, crianças, por sua própria natureza, não podem ser cobradas como pessoas capazes de compreender e dimensionar os riscos a que estão sujeitas ao interagirem com um determinado conteúdo nas redes. A infância e a adolescência são fases particularmente sensíveis do desenvolvimento humano em que a ânsia de experimentar situações novas e o desejo de pertencer ou de se mostrar capaz/corajoso perante um grupo ou uma plateia de "seguidores" na "vida real" ou nas redes podem levar a resultados catastróficos. De toda forma, tão importante quanto tentar entender, é direcionar o foco, a revolta e a perplexidade para a ação de quem (pessoa "de carne e osso" e também plataformas) produziu, disseminou e possibilitou que um conteúdo como o tal "desafio do desodorante" chegasse até uma criança como Sarah.

De quem é a responsabilidade? Uma família deve ser responsabilizada por não acompanhar as atividades das crianças na internet? Estado também pode ser responsabilizado?

Acredito que o ponto central da responsabilização, em casos como esse, deve ser em quem produziu o conteúdo nocivo e em quem permitiu o conteúdo circular nas redes e se tornar acessível a pessoas que sequer tinham idade para ter perfil em rede social. Quanto às famílias (e falo aqui das famílias em geral, não da família que, lamentavelmente, sofreu a tragédia que é a perda de uma filha) o mais urgente é pensar em ações preventivas de orientação e de segurança digital. As famílias precisam ser mais bem informadas sobre os riscos envolvidos em deixar crianças e adolescentes com acesso livre e sem qualquer supervisão à internet. É preciso incentivar a supervisão, inclusive com o uso de ferramentas digitais de controle parental. A sociedade brasileira tem uma certa predileção em demandar soluções punitivas e já há quem defenda a criança de um crime de "abandono de incapaz" no meio virtual, que puniria o adulto responsável que deixasse a criança "sozinha" na internet.

A rede social que transmitiu o vídeo que a teria feito agir é responsabilizada? A legislação brasileira está adequada para enfrentar situações desse tipo?

No caso do Brasil, o Marco Civil da Internet é a principal lei que trata da responsabilidade de plataformas e provedores de conteúdo. No entanto, nos termos da citada lei, a responsabilidade civil se dá principalmente pela omissão em não retirar determinados conteúdos, depois de notificadas a fazê-lo (arts. 19 e 21 da Lei 12.965/2014). As assim chamadas big techs, por conta do contexto geopolítico atual que lhes é bastante favorável, principalmente nos Estados Unidos, desmontaram boa parte de suas equipes de moderação e parecem contar com a ausência de regulamentação estatal. A legislação brasileira precisa, sim, ser aperfeiçoada, principalmente no que diz respeito à criação de deveres positivos de moderação e de mecanismos de verificação etária por parte dessas plataformas. Nesse sentido, há em tramitação no Congresso Nacional um importante projeto de lei (PL 2.628), que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital e traz importantes avanços nessa matéria.

Eufrázio



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | *severinofrancisco.df@dabr.com.br*

Abóbora de jabuticabeira

Estava folheando jornais antigos e me deparei com um dos tempos da pandemia do coronavírus. Em tempos de confinamento, vários amigos reapareceram misteriosamente. E um deles é Luiz Martins, professor aposentado da UnB e poeta. Ele me dizia que, com a reclusão imposta pelo coronavírus, a gente prestava mais atenção aos objetos, aos acontecimentos e à paisagem da casa.

Luiz mora em um condomínio rural de Sobradinho, estava mirando a janela quando observou um fato interessante: as ramas de abóbora subiram nas árvores de frutas e se aninharam na copa das árvores. Mas, antes de desfiar a trama da história é preciso contextualizá-la com outra de Monteiro Lobato.

Lobato escreveu um conto protagonizado pelo personagem Américo Pisca-Pisca. Pois bem, Américo era opiniúdo, tinha o hábito de botar defeito em tudo e meteu na cabeça a ideia de fazer uma reforma da natureza. Denunciou que a natureza só faz asneiras. E argumentava: ali está uma enorme jabuticabeira sustendo frutas pequeninas e, mais adiante, uma abóbora enorme presa ao caule de uma planta rasteira. Não seria mais lógico que fosse tudo invertido?

E, no ápice da arrogância, começou a especular se a natureza não seria melhor se fosse inteiramente reorganizada por ele. Dessa maneira, as jabuticabas mudariam para as ramas das abóboras e as abóboras, para o alto das jabuticabeiras. No seu entender, nosso personagem provou que tudo estava errado e, modestamente, Pisca-Pisca achava-se o único no mundo apto a fazer uma reforma na natureza. Mais ou menos como Trump se considera o dono do planeta.

Todavia, fatigado de tantos devaneios, Pisca-Pisca resolveu tirar uma soneca embaixo da jabuticabeira. Dormiu e sonhou com a natureza reformada. Mas eis que uma jabuticaba caiu-lhe bem no meio da testa e ele acordou assustado. E fez a reflexão dramática: já pensou se tivesse reformado a natureza e uma abóbora lhe acertasse a cabeça. Seria a primeira vítima do desatinado projeto.

Voltemos ao quintal do Luiz. Ele me enviou uma série de fotos para comprovar a história. As cenas reveladas parecem a reforma ideada por Américo Pisca-Pisca, transformada em realidade. As ramas de abóboras subiram as jabuticabeiras, se entrelaçaram aos galhos, se fundiram na mesma trama vegetal e se acomodaram no alto da fruteira.

E não se apossaram apenas das jabuticabeiras; ascenderam também às goiabeiras e aos mamoeiros. De modo que o quintal-chácara de Luiz virou uma obra de ficção, um verdadeiro Sítio do Picapau Amarelo.

Lá, é possível encontrar abóbora de jabuticabeira, goiabeira de abóbora, aboboreira de mamão, mamoeiro de abóbora, aboboreira de goiaba. É preciso deixar claro que a reforma da natureza de Luiz não foi, em nenhum momento, planejada. Aconteceu à revelia, pois ele não se preocupa com assuntos hortifruti; só pensa em poesia.

O fato é que, de sua despreocupação agrária, vicejaram abóboras do tamanho de jacas em cima das fruteiras. Eu não me arriscaria a tirar uma soneca embaixo das jabuticabeiras do Luiz.

EDUCAÇÃO / Especialistas em comunicação alertam para os riscos do uso não supervisionado da internet por crianças e adolescentes. Sarah Raíssa, 8 anos, morreu provavelmente após inalar desodorante por conta de um desafio on-line

Pais devem mediar acesso a redes

» CARLOS SILVA

O recente caso do "desafio do desodorante" — que levou à morte de Sarah Raíssa, de 8 anos, na quinta-feira da semana passada—, serviu como alerta para famílias, educadores e autoridades. Especialistas em comunicação que participaram, ontem, do seminário *Letramento transmídia, práticas comunicacionais e as realidades brasileiras*, na Universidade de Brasília (UnB), afirmam que, mais do que limitar o uso das redes sociais, é essencial que pais e responsáveis compreendam o que os filhos estão comunicando no ambiente digital.

De acordo com os especialistas, a trágica morte de Raíssa escancarou um problema muito maior do que um vídeo ou uma plataforma. O episódio, na verdade, é apenas a face visível de uma cultura digital que, sem mediação e educação, coloca crianças e adolescentes em risco constante. "A educação sobre mídia não é responsabilidade das crianças. É dos adultos que convivem com elas: pais, professores, cuidadores. Não deixamos nossos filhos sozinhos numa praça à noite — por que deixaríamos nas redes sociais sem orientação?", questionou a professora Bianca Becker, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

> **Não deixamos nossos filhos sozinhos numa praça à noite, por que deixaríamos nas redes sociais sem orientação?"**
>
> ***Bianca Becker,*** *professora*

Essa responsabilidade compartilhada foi reforçada pelos professores Vitor José Braga, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e Tatiana Aneas, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), que destacaram a importância de políticas públicas que deem suporte a essa educação midiática. "Há um discurso forte sobre a importância dela, mas ainda não vemos isso se concretizando nas escolas, e muito menos chegando às famílias", afirmou Tatiana.

O seminário evidenciou que a educação para o uso de redes sociais deve ser pensada como um processo contínuo e levar em consideração diferentes contextos sociais. Tatiana ressaltou que, acima de tudo, é necessário cuidado para não culpabilizar as vítimas, tendo em vista que muitas famílias entregam o celular à criança por falta de alternativas seguras de lazer, enquanto outras o fazem por desconhecimento dos riscos. "É preciso acolher essas famílias e oferecer formação, e não apenas responsabilizá-las", avaliou Carina Flexor, professora do Departamento de Publicidade da UnB.

Big techs e influencers

Os especialistas criticaram a atuação das plataformas digitais, que frequentemente se recusam a fornecer informações à Justiça ou não implementam mecanismos eficazes de proteção. Para Braga, o cenário é de total assimetria de poder, onde empresas bilionárias evitam responsabilidades, enquanto a sociedade responsabiliza os mais vulneráveis — pais, professores e as próprias crianças. "Normalmente, essa resistência ocorre sob a justificativa de que os dados precisam ser protegidos, mas protegidos por quem? Para quem? Com que finalidade?", questionou.

Os influenciadores digitais ocupam uma posição central no atual ecossistema comunicacional, especialmente entre crianças e adolescentes. Com enorme alcance e capacidade de engajamento, esses criadores de conteúdo atuam como referências comportamentais, estéticas e até ideológicas. No entanto, conforme alertaram os professores, nem todos estão cientes da responsabilidade ética que essa função demanda.

"Hoje, temos mais influenciadores do que médicos e advogados no Brasil. É uma profissão consolidada, mas ainda pouco regulamentada", destacou Marina Lopes, da UnB. A ausência de formação específica e códigos de conduta contribui para que muitos desses influenciadores reproduzam ou até incentivem práticas perigosas, como desafios virais, discursos de ódio ou conteúdos com viés desinformativo.

Entretanto, nesse cenário, os influenciadores precisam ser vistos não como vilões ou heróis, mas como agentes comunicacionais que devem ser incluídos nos debates sobre ética digital, educação e regulamentação. "A formação crítica desses atores é fundamental para transformar o ambiente digital em um espaço menos tóxico e mais construtivo", concluiu Carina.

Carlos Vieira/CB/DA Press



Para os especialistas que se reuniram ontem na UnB, a morte de Raíssa revela um problema maior



Acesse a publicação *Crianças, Adolescentes e Telas: Guia sobre Uso de Dispositivos Digitais*

Guia digital

Lançada pelo governo federal em março deste ano, a publicação Crianças, Adolescentes e Telas: Guia sobre Uso de Dispositivos Digitais *oferece recomendações sobre o impacto das telas na saúde mental, segurança on-line e outros temas.*

- Dar preferência a conteúdos audiovisuais educativos e às experiências que possam ocorrer de forma coletiva;
- Pactuar previamente os tempos de tela e cumpri-los;
- Moderar o uso de dispositivos digitais por parte dos adultos em momentos de convivência familiar;
- Evitar usar o acesso aos dispositivos tecnológicos como recurso de barganha (recompensa ou punição);
- Condicionar o uso de dispositivos digitais para entretenimento apenas após o cumprimento de tarefas escolares;
- Ao introduzir novos dispositivos ou aplicativos, começar junto, guiando e mediando seu uso;
- Evitar a presença ou uso de dispositivos digitais em momentos de refeições, inclusive, pelos adultos, e pelo menos uma hora antes de dormir;
- Observar a Classificação Indicativa sinalizada para os aplicativos e jogos digitais;
- Ao autorizar o uso de aplicações, preferir as configurações que impliquem o mínimo possível de coleta de dados da criança ou adolescente;
- Buscar informar-se e obter ajuda profissional, caso haja indícios de uso problemático ou excessivo de dispositivos digitais;
- Orientar que todo conteúdo postado on-line escapa ao controle sobre sua visualização, podendo permanecer no ambiente digital indefinidamente e ser apropriado para outros fins.

Cinco perguntas/

FÁBIO OLIVEIRA GUIMARÃES, COORDENADOR DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DE DADOS DO CEUB

Quais são os primeiros procedimentos adotados pela perícia técnica ao receber um celular possivelmente ligado a um caso de morte envolvendo conteúdo digital?

O primeiro passo é o isolamento do dispositivo: o celular é desligado e armazenado em um invólucro específico, que evita qualquer interferência externa e preserva os dados. Em seguida, a equipe registra todas as informações do aparelho, como o estado físico, a condição da bateria e o modelo. Depois, é feita uma imagem forense — uma cópia bit a bit da memória do dispositivo.

Quais tipos de dados podem ser recuperados? Que informações são úteis em uma investigação como a da morte de Sarah Raíssa?

Mesmo após a exclusão, muitos dados podem ser recuperados. Isso inclui mensagens de texto, registros de chamadas, arquivos de aplicativos, como conversas em redes sociais e serviços de mensagens instantâneas, além de fotos e vídeos apagados. Também podem ser acessados o histórico de navegação, dados de GPS, conexões de Wi-Fi e arquivos internos do sistema. Essas informações ajudam a identificar possíveis envolvidos.

É possível saber quais vídeos foram assistidos, em qual plataforma e por quanto tempo, mesmo com o histórico apagado?

A perícia consegue acessar registros e arquivos de cache que mostram a atividade nos aplicativos. Por meio desses dados, é possível identificar quais vídeos foram visualizados, quanto tempo durou cada visualização e qual plataforma foi utilizada.

A análise técnica permite descobrir se um vídeo foi baixado, recebido por mensagem ou assistido diretamente em redes sociais?

Os peritos conseguem determinar a origem do vídeo, se foi baixado diretamente, recebido via mensagem ou acessado em plataformas como Instagram ou TikTok. Isso é possível por meio da análise dos metadados, do cache e dos registros de rede armazenados no celular.

Como os peritos acessam o conteúdo do celular sem comprometer as provas?

A equipe utiliza ferramentas forenses especializadas, que permitem a extração segura dos dados sem alterá-los. Todo o processo segue protocolos padronizados, justamente para garantir que as informações obtidas sejam válidas juridicamente e mantenham sua integridade.

SGB SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - CPRM — MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Edital de Convocação

Na forma do Estatuto Social e Legislação vigente, convocamos os Senhores Acionistas da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, dia 30 de abril de 2025, às 11 horas, na Sede da Companhia, localizada no Setor Bancário Norte – SBN, Quadra 02, Asa Norte, Bloco H, 5º Andar, Edifício Central Brasília, Brasília – DF, a fim de deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

a) Relatório da Administração Exercício 2024;
b) Tomada das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
c) Destinação sobre o Resultado do Exercício 2024;
d) Remuneração dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e membros do Comitê de Auditoria;
e) Eleição de Dênis de Moura Soares como membro do Conselho de Administração, indicado pelo MME, em recondução;
f) Eleição de Manoel Barretto da Rocha Netto como membro independente do Conselho de Administração, indicado pelo MME, em recondução;
g) Eleição de Luciano da Silva Teixeira, como membro do Conselho de Administração, indicado pelo MME, em substituição à Hemeline Lúcia Camata Soares;
h) Eleição de Isabela Sales Vieira como membro titular do Conselho Fiscal, indicada pelo MME, na vaga aberta pela renúncia de Carlos Eduardo de Carvalho Pachá, ocupada temporariamente pelo suplente Luis Guilherme Parga Cintra; e
i) Eleição de Juliette Queiroz Monsã, indicada pelo MME para ser a suplente no Conselho Fiscal da Conselheira Ana Paula Lima Vieira Bittencourt, em substituição à Renata Rosada da Silva.

O acionista que desejar ser representado na referida Assembleia Geral deverá depositar a procuração com poderes especiais na Sede da Companhia, até às 11 horas do dia 29 de abril de 2025, conforme estabelece o artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os documentos objeto das deliberações da Assembleia Geral estão disponíveis para consulta na Sede da Companhia. Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimento pode ser encaminhada para o endereço de e-mail seger@sgb.gov.br.

Brasília, 16 de abril de 2025
DENIS DE MOURA SOARES
Presidente do Conselho de Administração

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL — MINISTÉRIO DA FAZENDA — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90008/2025 - UASG 170018

Nº Processo: 10265008638202506. Objeto: Aquisição, via Sistema de Registro de Preços, de materiais de consumo do tipo caixas de papelão e filme stretch, para atender às necessidades operacionais das unidades da Receita Federal do Brasil da 1ª Região Fiscal. Total de Itens Licitados: 12. Edital: 17/04/2025 das 09h00 às 17h30. Endereço: Ed. Órgãos Regionais 6º andar S/620 S.a.a., - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/170018-5-90008-2025. Entrega das Propostas: a partir de 17/04/2025 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 05/05/2025 às 09h00 no site www.gov.br/compras. - PAULO ROBERTO FERREIRA DA SILVA - Pregoeiro

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV — MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CNPJ Nº 42.422.253/0001-01
NIRE: 53.5.0000333-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária – Dataprev e Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os acionistas da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência S.A – Dataprev convocados para participar da 9ª Assembleia Geral Ordinária – AGO e da 28ª Assembleia Geral Extraordinária, que serão realizadas no dia 29 de abril de 2025, às 15 horas, no Edifício Dataprev, 10º andar, Brasília-DF, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: I - Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras 2024; II - Destinação do Resultado de 2024 e Proposta do Orçamento de Capital 2025; III - Remuneração dos Dirigentes 2025/2026; e ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: I - Aumento do Capital Social 2025; e II – Ratificação da eleição de membro do Conselho de Administração da Dataprev.

Brasília-DF, 11 de abril de 2025.
ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS
Presidente do Conselho de Administração

Eixo Capital



ARTHUR DE SOUZA (INTERINO)
arthursouza.df@cbnet.com.br

Aniversário de Brasília contará com Cidade da Segurança Pública

Renato Alves/Agência Brasília



Uma grande estrutura das forças de segurança vai garantir os festejos do aniversário da capital do país. A coluna apurou que a Cidade da Segurança Pública será montada novamente, agora na altura do Museu da República — no carnaval, a central atuou nas proximidades da Torre de TV.

Alteração de trânsito

Para facilitar o deslocamento de quem for curtir os eventos, o trânsito da Esplanada dos Ministérios será alterado. A partir das 23h59 de amanhã, até as 2h do dia 22, o Eixo Monumental estará fechado, a partir da alça leste da Rodoviária do Plano Piloto até a via L4.

Itens proibidos

Estão vetados objetos como latas, copos, coolers e isopores; fogos de artifício e similares; artefatos explosivos; armas em geral; animais em geral (exceto cães guia).

Revistas

À coluna, o tenente-coronel Keldison, coordenador de planejamento da Subsecretaria de Operações Integrada da Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), disse que a Polícia Militar fará revistas em todos os pontos de acesso da área dos eventos. "Além disso, assim como foi no carnaval, terá linha de revista na saída Estação Central do metrô", detalhou.

Garantia

Segundo o tenente-coronel, quem optar em ir ao evento de carro, terá como opções os estacionamentos dos anexos dos ministérios, nos setores de Autarquias Norte e Sul, além do espaço nas proximidades do Teatro Nacional, acessando pela plataforma superior da Rodoviária. "Teremos muita segurança e mobilidade durante todos os dias de evento. Todos os tipos de atendimentos serão reforçados e a população vai se sentir segura", garantiu Keldison.

Tour especial

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Para celebrar os 65 anos do Palácio do Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal prepararam uma programação especial, com atividades que destacam o papel da capital e da sede do Legislativo na história política, cultural e democrática do país. A partir de hoje até o dia 21, além da visitação institucional regular no horário das 9h às 17h, haverá um roteiro inédito e estendido para conhecer o Palácio do Congresso Nacional, nos horários de 17h15, 18h15, 19h15 e 20h15, com saída do Salão Nobre. Serão 30 vagas por tour, por ordem de chegada.

Cartões postais

Os visitantes também receberão cartões postais comemorativos dos 65 anos do Palácio do Congresso. Haverá ainda o lançamento do Passaporte Plenarinho, um material interativo voltado para crianças, com desafios, atividades e curiosidades relacionadas à história e às obras de arte do Congresso Nacional. O passaporte será distribuído durante as visitações. Todas as atividades são gratuitas e abertas ao público. A programação completa está disponível no site da Câmara dos Deputados.

Visita a Braga Netto

Damares Alves e Hamilton Mourão, ambos senadores do Republicanos, visitam, hoje, o ex-ministro da Defesa durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), Braga Netto, que está preso há quatro meses. Há possibilidade de o senador Carlos Portinho (PL-RJ), acompanhar a visita. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes limitou a três o número de diárias a Braga Netto.

Luto na CLDF

João Wesley/Agência CLDF



Morreu, na última segunda-feira, aos 78 anos, o ex-deputado distrital e conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do DF (TCDF) Maurílio Silva, que atuou na Câmara Legislativa (CLDF) de 1991 a 1994. Em nota oficial, a Câmara afirmou que o parlamentar teve "destacada atuação" nesse período, exercendo o cargo de presidente da Comissão de Elaboração e Sistematização da Lei Orgânica do DF.

Meio mastro

Também, por meio de nota, o TCDF manifestou profundo pesar pelo falecimento de Maurílio Silva. Segundo a corte, as bandeiras da sede permanecerão hasteadas a meio mastro. "Perdemos hoje um homem que fez história no Distrito Federal. Conselheiro Maurílio Silva teve papel fundamental na construção da Lei Orgânica e na consolidação do Tribunal de Contas como instituição voltada ao interesse público", afirmou o presidente do tribunal, conselheiro Manoel de Andrade.

IDP/Reprodução



IDP



Foi lançado, ontem, o novo Centro de Estudos IDP-UC, uma parceria entre o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e a Universidade de Coimbra (UC). O objetivo é fomentar pesquisas conjuntas, promover o intercâmbio de professores e pesquisadores, além de estimular publicações e eventos colaborativos entre Brasil e Portugal. **Confira imagens do evento no QR code**.

Presenças ilustres

Estiveram presentes na cerimônia, ministro decano do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, o ministro da Justiça e da Segurança Pública (MJSP), Ricardo Lewandowski, e o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.

Parceria sonhada

Gilmar Mendes ressaltou que essa era uma parceria que era muito sonhada. "Estamos, hoje (ontem), podendo celebrar o início do centro de cooperação entre a Universidade de Coimbra, uma das mais tradicionais e antigas do mundo, e o nosso IDP", celebrou. Lewandowski afirmou que o IDP tem avançado, sobretudo, nas parcerias internacionais. "É algo salutar e tira o Brasil do isolacionismo que, por muitos séculos, se encontrava", avaliou. Alckmin disse que a parceria seria, no futebol, como se fosse Pelé e Eusébio. "Espero que o IDP e a Universidade de Coimbra façam mais 'gols' em benefício da ciência e da humanidade", comentou.

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

MOBILIDADE / Tribunal de Contas divulga resultado preliminar de um levantamento de satisfação de usuários feito pela internet. Ônibus cheios é a principal reclamação. Semob diz que ampliar a frota resolveria apenas o problema momentâneo

Pesquisa avalia transporte público

» BRUNA PAUXIS

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) divulgou ontem dados preliminares da Pesquisa de Satisfação e Prioridades dos Usuários do Transporte Público Coletivo por Ônibus do DF. O levantamento via internet foi respondido, até o momento, por aproximadamente mil pessoas e aponta descontentamentos. Por outro lado, a gratuidade das tarifas aos domingos e feriados foi elogiada.

De acordo com o presidente do TCDF, Manoel de Andrade, o objetivo é promover uma análise detalhada sobre a experiência dos usuários que utilizam ônibus na capital e garantir que o repasse de recursos do governo está sendo direcionado de forma eficaz. "A pontualidade, a conformação dos custos de operação, com a entrega aos usuários, saber se esses valores que estão sendo pagos são realmente compatíveis, tudo isso faz parte do escopo dessa auditoria", explicou o conselheiro.

O secretário de Transporte e Mobilidade do DF, Zeno Gonçalves, reconheceu a importância do trabalho do TCDF, mas alertou sobre o que chamou de riscos de pesquisas sem metodologia científica robusta. Ele destacou que enquetes on-line, com participação espontânea, podem distorcer a realidade ao superrepresentar insatisfações pontuais.

A principal crítica das pessoas que responderam é a superlotação dos veículos (67%). Sobre isso, Gonçalves explicou que ampliar a frota resolveria o problema momentâneo, mas haveria ônibus ociosos em outros períodos, comprometendo o equilíbrio financeiro do sistema de transporte. "A Semob realiza pesquisas periódicas com universidades, usando métodos científicos e entrevistas presenciais. Esses dados são mais confiáveis para planejamento do que enquetes on-line, e têm baseado a revisão do Plano Diretor de Transporte Urbano", destacou.

Outros pontos apontados pelos respondentes são o tempo de espera entre os ônibus, mencionado por 58%, e a pontualidade dos veículos, citada por 48% como principal problema.

A coleta começou em 7 de abril e o prazo para respondê-la vai até dia 28. O formulário pode ser acessado por meio do link *https://bit.ly/4ilPRJ4*. De acordo com o TCDF, é garantido anonimato aos participantes.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Coleta de opiniões de usuários vai até 28 de abril, pela internet

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: *cidades.df@dabr.com.br*

Sepultamentos realizados em 16 de abril de 2025

» Campo da Esperança

Ana Darc Narciso, 78 anos
Esley Reis Aranha, 44 anos
Evanete Rodrigues de Almeida, 61 anos
Heleno Sabino da Silva, 68 anos
Izabel Cristina Bruno Ramos, 49 anos
Joaquina Cordeiro da Silva, 92 anos
José Humberto Garcia, 84 anos
Marilene Vaz de Abreu, 81 anos
Mary dos Santos Moraes, 77 anos
Samuel Pinheiro de Queiroz, 61 anos
Taís Ribeiro Bernando, 84 anos

» Taguatinga

Adão Correia Santiago, 42 anos
Antônio Gonçalves de Araújo, 70 anos
Carlos Mendes Cabral, 76 anos
Cyra Marques Vasconcelos, 86 anos
João Mendes da Cruz, 74 anos
José Duda de Sousa, 83 anos
José Lucas Lopes, 81 anos
José Pereira Dias, 81 anos
José Ramos Pereira, 75 anos
Lício Guilherme de Azevedo Cintra, 83 anos
Maria da Piedade Gomes Pedro, 85 anos
Maria do Socorro Praxedes, 75 anos
Maria Eloá Ferreira, menos de 1 ano
Marllon Lélis Loiola, 32 anos
Nelson Romão de Siqueira, 75 anos
Terezinha Rodrigues Leite, 95 anos

» Gama

Fábio Gomes de Sousa, 49 anos
Francisca Mirtes Barbosa, 77 anos
Justino Duarte Teixeira, 89 anos
Luna Vitória Vieira Ramos, menos de 1 ano
Maria Ivanilde dos Santos, 57 anos
Odete Maria dos Santos Ferreira, 76 anos
Pedro Otávio Mendes Faria Wallace, menos de 1 ano
Rafael Moreira Cavalcante, 37 anos

» Planaltina

Ana Teodoro de Lima Souza, 87 anos
Antônio Eleutério da Silva, 81 anos
Divina Maria de Jesus, 98 anos
Iria de Jesus Silva, 75 anos

» Sobradinho

Maria Esmeralda Borges Ferreira, 90 anos

» Jardim Metropolitano

Maria Rosalina Ramos da Luz Araujo, 68 anos
Francisco José de Lima, 56 anos
Augusto Cesar de Magalhães Guedes, 72 anos (cremação)

Eufrázio

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br



“A arquitetura é coisa para ser vivida”
Lucio Costa

Páscoa: comércio aposta nas vendas de última hora e vai abrir no domingo

Uma boa notícia para quem ainda fará compras para a Páscoa de última hora. O comércio varejista não abrirá amanhã, mas funcionará no domingo. A informação é do Sindicato do Comércio Varejista do DF. O presidente da entidade, Sebastião Abritta, aponta que o movimento deve ser significativo em diversas lojas. “É que muitos consumidores não têm tempo para ir às compras nos dias úteis e vão aproveitar o comércio aberto no domingo”, explica.


Guilherme Felix/CB/D.A Press

Menos ovos de chocolate

No comércio do Distrito Federal, as vendas de ovos e barras de chocolate para a Páscoa deste ano devem ter expansão de 2,3% contra 4,5% na mesma data em 2024. A redução no consumo é atribuída ao aumento de preços e dos juros.


Ed Alves CB/DA Press

47 MILHÕES
de ovos de páscoa colocados à venda neste ano em todo país

58 MILHÕES
nesta mesma época em 2024

Série interrompida

Desde 2021, o varejo vinha registrando nacionalmente uma trajetória consistente de recuperação das vendas de Páscoa, impulsionada pela retomada do consumo após os impactos da pandemia. A data, que em 2020 marcou patamar de faturamento equiparável a 2007, passou a apresentar avanços reais nos anos seguintes, refletindo a reabertura da economia e a melhora gradual do mercado de trabalho. Essa série histórica de crescimento deve ser interrompida em 2025, segundo projeções da CNC.

Taco Bell abre primeira loja no DF

O Pátio Brasil Shopping foi escolhido pela rede de franquias Taco Bell para receber a primeira operação da marca no Distrito Federal. A rede californiana, com cardápio inspirado na culinária mexicana, investiu cerca de 1,5 milhão de reais e tem expectativa de faturamento médio de 300 mil reais/mês. A inauguração faz parte do plano de expansão da Taco Bell, que chegou ao Brasil em 2016 e conta com mais de 30 unidades distribuídas entre os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Goiás.

Telmo Ximenes/Divulgação


Mais novidades

“É uma alegria enorme sermos o primeiro shopping da cidade a receber uma marca tão desejada como a Taco Bell. Isso mostra a confiança que grandes franquias têm na nossa capacidade de conectar consumidores. E teremos mais novidades, ainda em abril, com a inauguração da loja Life Vivara”, celebra o superintendente do shopping, Augusto Brandão.

A invenção da Superquadra: livro será reeditado pelo Senac e pelo Iphan

Um dos presentes para Brasília no aniversário de 65 anos será a reedição do livro *A invenção da Superquadra*, obra fundamental para compreender o modo de vida, a arquitetura e o urbanismo que definem a identidade da capital federal. A nova edição faz parte de uma parceria entre a Editora Senac-DF, que faz parte do Sistema Fecomércio e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A publicação teve a sua primeira edição lançada em 2009 e reimpressa em 2010, por ocasião do cinquentenário.



Joana França

Lançamento na Casa de Chá

O lançamento do livro será em 22 de abril, a partir das 17h, na Casa de Chá — espaço projetado por Oscar Niemeyer, na Praça dos Três Poderes. O evento para convidados contará com a presença de autoridades, pesquisadores, especialistas e representantes das instituições envolvidas.

Registros históricos

A publicação é uma das principais referências sobre o Conjunto Urbanístico de Brasília. Baseada na pesquisa dos professores Matheus Gorovitz e Marcílio Mendes Ferreira, da Universidade de Brasília (UnB), a obra reúne mais de 500 páginas com registros documentais e históricos até então pouco acessíveis ao público. Desenhos técnicos e informações sobre os primeiros edifícios residenciais da cidade são apresentados em linguagem acessível, traduzindo os conceitos do relatório original de Lucio Costa para o Plano Piloto.


Joana França

Democratização do espaço urbano

Mais do que um estudo técnico, o livro é um verdadeiro inventário do modo de habitar nas superquadras — espaços concebidos para promover convivência, integração com a natureza e democratização do espaço urbano. A publicação apresenta fotos e informações de mais de 70 edificações, além de textos de Lucio Costa e de outros arquitetos, entrevistas com profissionais que atuaram na construção de Brasília e reflexões sobre os caminhos que a cidade percorreu desde então.

Casa Azul
Felipe Augusto
35 anos
Casa Azul Felipe Augusto

Leão Amigo
da solidariedade
Transforme Vidas com seu Imposto de Renda!

No DF, você pode transformar vidas destinando parte do seu Imposto de Renda para instituições como a Casa Azul Felipe Augusto, por meio do Fundo da Criança e do Adolescente. Pessoas físicas podem doar até 3% na declaração anual, e empresas que declaram pelo lucro real, até 1%. Seu apoio combate a violência, a pobreza e o trabalho infantil, oferecendo dignidade e esperança a quem mais precisa. A Casa Azul, uma das 100 Melhores ONGs do Brasil, atua há 35 anos no DF promovendo mudanças reais. Faça parte dessa transformação.

Faça sua doação até 30 de maio de 2025
Ao preencher a ficha **Doações Diretamente na Declaração do Imposto de Renda e pagar o DARF ou via depósito ou transferência para a conta do Fundo:**
CNPJ 15.558.339/0001-85, Banco BRB (070)
Agência 100, Conta Corrente 100044149-8.

CHAVE PIX: CNPJ: 15.558.339/0001-85
Envie o comprovante de pagamento para o WhatsApp **(61)99819-6160** e vincule sua doação aos projetos da Casa Azul.

Dúvidas? Estamos aqui para ajudar! Entre em contato com a Casa Azul para mais informações (61)99819-6160

Sua contribuição é o primeiro passo para um futuro mais justo. Conheça nosso trabalho e emocione-se com as histórias que estamos criando.
casazulfelipeaugusto.org.br


Escaneie o QR Code para saber mais

Colisão na BR-080 deixa um morto. PCDF indicia condutor de carro que fugiu após atingir e matar motociclista no Noroeste

Vidas perdidas no trânsito

» DARCIANNE DIOGO

Nos últimos dois dias, duas pessoas morreram após acidentes no Distrito Federal. Ontem, um homem identificado como Claudinez Rocha Serra, 31 anos, faleceu depois de bater o carro contra um ônibus e uma carreta, na BR-080, via que liga Brazlândia a Taguatinga. Na manhã de terça-feira, a diarista Maria Núbia dos Santos, 46, perdeu a vida após a moto que conduzia ser atingida por um carro, no Noroeste.

Claudinez conduzia um Siena Fire vermelho tendo como passageiros outros dois homens, de 43 e 22 anos. Segundo o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), tanto Claudinez quanto os ocupantes do Siena ficaram presos às ferragens. O motorista não resistiu aos ferimentos. Um dos passageiros foi transportado ao Hospital Regional da Ceilândia (HRC) com fratura no punho, traumatismo cranioencefálico e dores nas costas. O outro também apresentava traumatismo craniano grave.

Os condutores da carreta e do ônibus não se feriram. Em depoimento, o motorista do coletivo contou à polícia que seguia de Brazlândia com destino à W3 Sul. Segundo ele, na altura do Km 7 da BR-080, o carro conduzido por Claudinez fez a ultrapassagem do ônibus pelo acostamento e, ao retornar para a via, colidiu com a lateral direita do ônibus, girou na pista, bateu novamente contra a lateral esquerda do coletivo e entrou na contramão. Na via contrária, Claudinez bateu contra uma carreta de nove eixos que trafegava em sentido contrário.



Ao **Correio**, o delegado-chefe da 18ª Delegacia de Polícia (Brazlândia), Fernando Cocito, afirmou que um inquérito foi aberto para investigar o acidente.

Arquivo pessoal

Maria Núbia era diarista e estava a caminho do trabalho de moto

Arquivo pessoal

Foragido, Daniel Henrique da Silva responderá por homicídio

Prisão preventiva

A PCDF indiciou por homicídio qualificado o bancário Daniel Henrique da Silva, 41, como o motorista envolvido em uma colisão que resultou na morte de uma motociclista no Noroeste. Ele é morador do bairro e dirigia um GWM Haval e teria deixado o local sem prestar socorro à vítima.

O **Correio** apurou que Maria Núbia residia em Águas Lindas (GO), no Entorno do DF, e seguia para o trabalho de moto. Militares do Corpo de Bombeiros foram acionados e encontraram a mulher com múltiplas fraturas e traumatismo craniano gravíssimo, de acordo com o CBMDF. O óbito foi declarado no local.

O delegado-chefe da 2ª DP (Asa Norte), Paulo Noritika, informou que o acusado foi indiciado por homicídio duplamente qualificado e teve a prisão preventiva decretada pela Justiça, mas se encontra foragido.

Eufrázio



Camiseta oficial, sacola esportiva, número de peito e brindes podem ser buscados até sábado, na Decathlon do Venâncio Shopping, das 10h às 18h. Amanhã, não haverá entrega

Fotos: Carlos Vieira/CB/D.A Press



Pai e filho compartilham o amor pela corrida



Cilene Andrade perdeu 20kg após começar no esporte



Álvaro Vicente veio de São Paulo para participar

Kits podem ser retirados

» DAVI CRUZ

A contagem regressiva para a Maratona Brasília 2025 (**veja matéria na página 20**) começou oficialmente com o início, ontem, da entrega dos kits aos corredores. A três dias da competição, os participantes inscritos podem retirar o material para a corrida até sábado (19/4), na loja Decathlon do Venâncio Shopping, na Asa Sul, das 10h às 18h. Não haverá retirada amanhã, devido ao feriado, nem nos dias de provas.

Para pegar o kit próprio ou o de terceiros, é necessário que o competidor apresente um documento com foto (original, digital ou cópia) e o comprovante de inscrição (impresso ou digital). Os kits são compostos pela camiseta oficial, sacola esportiva, número de peito e brindes.

A Maratona Brasília, apoiada pelo **Correio**, integra o calendário oficial de eventos do aniversário da capital e oferece provas de 3km a 42km, para todos os níveis de corredores. Os participantes podem optar por percursos mais longos: o Desafio BSB 65 Anos (21km no domingo e 42km na segunda-feira) ou o Desafio JK (21km no domingo e na segunda-feira). Aqueles que completarem ambos os percursos receberão uma medalha extra de premiação.

Competidores

Entre os milhares de corredores que participarão da maratona está Álvaro Vicente, de 63 anos, que celebra a saúde e a superação conquistadas por meio do esporte. "Eu comecei na corrida depois de idoso, há quatro anos, com sobrepeso, pressão alta, triglicerídeos estourando. Reverti tudo isso com o esporte. Perdi peso, recuperei a saúde. Hoje, não tomo medicamento para nada. O meu remédio são as corridas", contou ao **Correio**.

Álvaro veio de Ribeirão Preto (SP) para competir pela primeira vez em Brasília. "Já corri duas ultramaratonas de 50km. Agora, venho exclusivamente para correr a maratona da capital. Minha expectativa é bater meu último tempo, quero fazer abaixo de quatro horas", disse Álvaro, que elogiou o clima mais ameno da cidade.



Aponte a câmera do celular e veja mais sobre a entrega dos kits

Outra atleta impactada pelo esporte é Silene Andrade, 56, que encontrou nas corridas um caminho para melhorar a saúde mental. "Eu estava bem mal, no início de depressão. Comecei com um projeto perto de casa, como uma brincadeira. Participei da primeira corrida e me apaixonei. Já me libertei de 20kg. Estou viva outra vez", comemorou Silene.

Ela vai participar da Maratona Brasília pela segunda vez e está com grandes expectativas. "Quero completar a prova, brincar e me divertir. Eu me preparei o ano inteiro com ajuda de um treinador", destacou.

Gerações

Sebastião de Souza, 70, tem energia de sobra para encarar provas de longa distância. A paixão por competir surgiu há 40 anos. "Eu me lembro que tive um problema cardíaco e o médico disse que tinha que correr. Depois disso, nunca mais parei", recorda. O aposentado se preparou bastante para a prova dos 21km, que fará ao lado do filho. "Com certeza, vou chegar entre os primeiros", comentou, entusiasmado.

O fascínio por correr se tornou herança de família. Vinícius de Souza, 45, filho de Sebastião, passou a infância se inspirando no pai. "Desde quando eu era bem novinho, meu pai gostava de fazer essas provas e começou a incentivar toda a família. Eu peguei gosto pela coisa e faço minhas provas também", acrescentou.

Para ele, o desafio será inédito. "Essa vai ser a minha primeira vez na Maratona Brasília. Fiquei um período sem correr, mas, agora, estou de volta e superanimado", ressaltou. Vinícius vai encarar o Desafio JK, com 21km, em dois dias. "Eu me preparei bem, estou com um preparo físico bom. Acho que vou dar trabalho para os outros corredores", relatou, confiante.

Na edição anterior, em 2024, mais de cinco mil atletas participaram. O campeão dos 42km foi Luís Felipe Leite Barboza, 36, de Ceilândia, que completou o percurso em 2h32min03s, seguido pelo queniano Timo Kimutai. Em terceiro lugar, ficou Manoel Alves da Silva, 55. Entre as mulheres, Juliana Pereira da Silva venceu com o tempo de 3h18min03s, seguida por Helen Cristina e Denise Cristiane da Silva.

Serviço

Kits
» Retirada até 19/4, na Decathlon do Venâncio Shopping, Asa Sul, das 10h às 18h. Não haverá entrega na Sexta-Feira Santa.
» Tanto para o kit próprio quanto o de terceiros, é preciso que o competidor apresente documento com foto (original, digital ou cópia) e comprovante de inscrição (impresso ou digital).

Provas
» 20 de abril, largada dos 21km, às 6h.
» 21 de abril, largada dos 42km, às 5h30; largada dos 21km, às 6h; e largada dos 3km (caminhada), 5km e 10km, às 6h30.

Desafios em dois dias
» 21km + 21km ou 21km + 42km.

Local
Esplanada dos Ministérios, em frente ao Museu Nacional.

MARATONA BRASÍLIA 2025

20 e 21 de abril 2025
Esplanada dos Ministérios
Em frente ao Museu Nacional

RETIRADA DO KIT ATLETA

HOJE, 17.04
SÁBADO, 19.04

Decathlon Venâncio Shopping
SCS Qd. 8, Piso térreo (PI), Asa Sul
10h às 18h

INSCRIÇÕES ESGOTADAS!

DESAFIOS
21KM+21KM | 21KM+42KM
Dias 20 e 21.04

PERCURSOS
42KM | 21KM | 10KM | 5KM | 3KM
Dia 21.04

Confira mais informações no perfil oficial do Instagram: @maratona_brasilia

PATROCÍNIO: banco BRB
APOIO: exame Medicina Diagnóstica, DECATHLON, Neoenergia Brasília, POSITIVA gráfica e editora
PROMOÇÃO: Correio Braziliense, Arena Comunicação, Clube FM 105.5, TV Brasília, cb.dooh mídia digital
REALIZAÇÃO: Social Prevencionista
PARCERIA: Secretaria de Esporte e Lazer, GDF

Eufrázio

PÁSCOA / A encenação da *Paixão de Cristo* no Morro da Capelinha, em Planaltina, chega à sua 52ª edição. A expectativa dos organizadores é de que, em 2025, a quantidade de espectadores seja superior à da que compareceu no ano passado

Mais de 100 mil na Via Sacra

» NATHÁLIA QUEIROZ

Um dos eventos mais tradicionais do DF, a encenação da *Paixão de Cristo* no Morro da Capelinha — que se realiza desde 1973 em Planaltina — ocorrerá amanhã e deverá atrair uma multidão. Em 2024, cerca de 100 mil pessoas assistiram ao espetáculo, e a expectativa é de que o público deste ano seja ainda maior. Muitos vão ao local para manifestar sua devoção pagando promessas. Outros comparecem estimulados pelo interesse de conhecer o templo histórico.

A médica Juliana Diniz faz um alerta para os cuidados com a saúde durante o evento, que se realiza durante o dia, com uma sensação térmica elevada e em meio ao cerrado. "É importante que os fiéis se mantenham hidratados, usem protetor solar, levem guarda-chuva e também façam uso de repelente. Caso seja possível, carreguem um lanche leve. Frutas são uma ótima opção", orienta.

Os visitantes deverão estar preparados para o clima. Há previsão de precipitações durante a tarde e à noite, de acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). Mas, com chuva ou sol, o Grupo Via Sacra ao Vivo, criado na região administrativa, manterá a apresentação com uma equipe de 1.400 pessoas. Delas, 1.100 representarão personagens bíblicos.

Sagrado

Durante quatro horas, a partir das 16h, é enceanada a Via Sacra, com os últimos momentos da vida de Jesus Cristo: julgamento, prisão, crucificação, morte e ressurreição. Ela é dividida em 14 estações, distribuídas por 800 metros no Morro da Capelinha, onde os atores se apresentam. Antes disso, às 15h, está prevista uma cerimônia que terá à frente o arcebispo de Brasília, Dom Paulo Cezar Costa: a Celebração da Cruz

Ed Alves/CB/D.A Press



"Acredito que vamos conseguir levar a mensagem do amor de Deus para todos que vierem nos prestigiar", diz Gonçalves, no papel de Cristo

Rafael Gonçalves, 28 anos, interpretará o filho de Deus pelo segundo ano consecutivo. Para ele, que considera uma grande responsabilidade representar o papel, os demais atores se prepararam com empenho. "Acredito que vamos conseguir levar a mensagem do amor de Deus para todos que vierem nos prestigiar", afirma.

Outro componente do elenco, Júnior Ribeiro, 31 — que dará vida a Judas —, destaca, sem dar "spoiler", que o espetáculo passou por mudanças desde a edição anterior. "O Grupo Via Sacra busca evoluir em sintonia com as novas tecnologias. Teremos novidades nos figurinos e cenários, o que deve enriquecer ainda mais a experiência do público", garante.

Ribeiro comenta a forte reação que seu papel costuma despertar na plateia. "Judas é recebido com gritos e vaias. As pessoas se envolvem intensamente com a encenação", conta.

Como Maria de Nazaré, Giliana Ribeiro, 38, ressalta: "Estamos com um olhar mais atento aos detalhes (do espetáculo). Tudo isso faz parte do nosso compromisso em manter viva essa tradição, mas também de evoluir com o tempo, honrando os 52 anos de caminhada (da apresentação) com ainda mais excelência".

Esquema especial de trânsito e segurança

A Paixão de Cristo, em Planaltina, contará com um esquema para garantir o bom funcionamento de mobilidade e de garantia da ordem coordenado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Para a proteção do público, A Polícia Militar dará início à operação às 6h, no Morro da Capelinha, com reforço de batalhões especializados. A Cidade de Segurança — que oferecerá suporte com atendimento médico, policiamento, apoio tático, entre outros serviços — será montada para funcionar durante toda a Sexta-feira Santa.

Das medidas de prevenção previstas contra delitos e crimes, será realizada a revista pessoal dos espectadores na entrada do local do evento. Estará proibido, por exemplo, levar objetos que ofereçam risco de provocar cortes se quebrados, como copos e garrafas de vidro. Além disso, o voo de drones particulares e sem autorização também será negado nas imediações da área de apresentação.

Veículos

O Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF) fará alterações no tráfego para facilitar o acesso ao Morro da Capelinha e evitar congestionamentos. A principal via de acesso, a DF-230, terá sentido único, a partir das 12h de amanhã, no trecho entre as DF 128 e 130.

O órgão pretende limitar o acesso a duas entradas. Por uma só poderão passar pedestres e veículos credenciados. Pela outra, ônibus e demais meios de transportes.

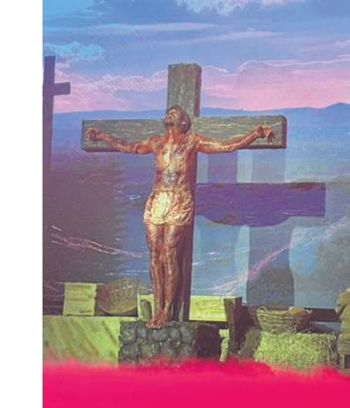
O diretor de Policiamento e Fiscalização do Detran-DF, Glauber Peixoto, reforça o alerta para que o público não deixe para ir à região muito tarde. "É importante que as pessoas cheguem com antecedência, estacionem em locais permitidos e que estejam atentas aos pedestres", destacou.

Saúde

A estrutura de atendimento médico será garantida pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) em parceria com a Secretaria de Saúde. Postos de serviços pré -hospitalares estarão preparados, além de carros de resgate, caminhões de combate a incêndios, entre outros equipamentos de salvamento.

O CBMDF orienta que os espectadores usem roupas leves, protetor solar e se mantenham hidratados. De acordo com o Inmet, há previsão de chuva para a tarde e à noite de amanhã. A temperatura máxima poderá chegar aos 28°C.**(NQ)**

Divulgação/Igreja Batista Capital



Auto de Páscoa da Igreja Batista Capital

» JOSÉ ALBUQUERQUE

A capital federal recebe mais uma edição do *Auto de Páscoa*, musical encenado por fiéis da Igreja Batista Capital. O espetáculo promete emocionar o público com um roteiro inédito, músicas autorais e uma produção realizada por voluntários. As apresentações, no auditório do templo, no Setor de Clubes Sul, terminarão amanhã.

A diretora do espetáculo, Anna Wegermann, diz que os ensaios com os atores voluntários começaram em janeiro. "Nossa maior expectativa para este ano é que as pessoas se conectem com a história de Jesus e com os personagens bíblicos de forma pessoal. Muitas vezes, o Evangelho parece distante. Buscamos mostrar que Jesus era humano e se relacionava com pessoas reais, como nós", declara.

Estrutura

O *Auto de Páscoa* busca proporcionar uma experiência que combina teatro, música, dança e tecnologia para levar o público a uma imersão na história da vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo. Os organizadores ressaltam que o projeto foi preparado para também garantir acessibilidade aos espectadores com alguma necessidade especial.

As apresentações se realizam em duas sessões: uma às 16h, com audiodescrição para pessoas com deficiência visual, e outra às 20h, com intérpretes de Libras para quem tem deficiência auditiva.

YOUSE **Youse Seguradora S.A.**

CNPJ/ME nº 24.856.160/0001-03 - NIRE/DF 53300019002.

Extrato da Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária Realizadas em 28/03/2025

Realizadas em 28/03/2025, às 16h50, na sede social, com a totalidade das ações representativas do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sany de Jesus Mota Silveira; e Secretária: Simara Rodrigues Andrade da Costa. **Deliberação:** Presentes os Diretores da Companhia e o representante dos Auditores Independentes, após o exame das matérias constantes da Ordem do Dia e dos respectivos documentos, as Acionistas presentes autorizaram a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do §1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76 e, deliberaram por: **I - Em AGO: 1** Aprovar, sem restrições ou ressalvas, as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes, bem como relatório do Comitê de Auditoria, as quais foram publicados no jornal "Correio Braziliense" no dia 27/02/2025, tendo sido dispensada a publicação dos anúncios a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, conforme permitido pelo §4º do mesmo artigo. **2** Aprovar, sem restrições ou ressalvas, a proposta da Administração para a destinação do LUCRO LÍQUIDO do exercício social encerrado em 31/12/2024, no valor de **R$ 3.355.314,71** da seguinte forma: **(i)** o valor de **R$ 167.765,74** para a RESERVA LEGAL, conforme o disposto no Estatuto Social da Companhia e no artigo 193 da Lei nº 6.404/76; **(ii)** após a dedução acima, destinar o saldo do resultado no valor de **R$ 3.187.548,97** à conta RESERVA ESPECIAL, conforme o disposto no Estatuto Social da Companhia; e **(iii)** não distribuindo dividendos, tendo em vista o contexto atual. **II - Em AGE: 3** Ratificar, em cumprimento ao disposto na Circular Susep nº 700, de 04 de abril de 2024, as atribuições conferidas aos Diretores da Companhia nos termos das normas instituídas pela SUSEP, a saber: Sra. **Sany de Jesus Mota Silveira**, Diretora Presidente, com as seguintes funções: (a) Diretora responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados, nos termos do art. 22 da Resolução CNSP nº 431/21; e, (b) Diretora responsável pelas relações com a SUSEP, nos termos do art. 54, §1º, da Circular Susep nº 700/2024. Sr. **Marco Antonio Barbosa Pires**, Diretor Financeiro, com as seguintes funções: (a) Diretor responsável técnico, nos termos do art. 21, inciso V, da Resolução CNSP nº 422/2021 e do art. 3º, inciso II, da Resolução CNSP nº 432/2021; (b) Diretor responsável administrativo-financeiro, nos termos do art. 54, §2º, da Circular Susep nº 700/2024; (c) Diretor responsável pela Contabilidade, nos termos do art. 3º, inciso III, da Resolução CNSP nº 432/21; (d) Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Resolução CNSP nº 383/20, nos termos do seu respectivo art. 13; e, (e) Diretor responsável pelo Sistema de Seguros Aberto (Open Insurance), nos termos do art. 31 da Resolução CNSP nº 415/21. Sra. **Leticia de Oliveira Doherty**, Diretora de Riscos e Controles Internos, com as seguintes funções: (a) Diretora responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98, nos termos do art. 12 da Circular SUSEP nº 612/20; (b) Diretora responsável pelos Controles Internos, nos termos do art. 9º, da Resolução CNSP nº 416/21; e, (c) Diretora responsável pela política institucional de conduta, nos termos do art. 12 da Resolução CNSP nº 382/20. **3.1** Tendo em vista a revogação da Resolução CNSP nº 143/05, a Companhia deixa de ter um diretor designado pelo registro das apólices e endossos emitidos, bem como pelos cosseguros aceitos. **4** Aprovar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025 no montante anual global de até **R$ 419.074,58**, as quais foram individualizadas nesta oportunidade, conforme material vinculado à reunião e arquivado na sede da Companhia**.** Considerando que os membros do Comitê de Riscos são remunerados pela Caixa Seguradora S.A., não há valores globais remanescentes para deliberação pela Companhia. **5** Aprovar a alteração do endereço da sede social da Companhia, que passará a ser localizada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 01, Conjunto A, Bloco E, Sala 1001, Parte A, CEP 70701-050. Em razão deste aumento, o artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: **Art. 2º -** A Sociedade tem sede e foro na cidade de Brasília/DF, no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 01, Conjunto A, Bloco E, Sala 1001, Parte A, CEP 70.701-50, podendo criar, manter, encerrar e suprimir agências, filiais, sucursais e escritórios no Brasil, mediante aprovação do Conselho de Administração. **6** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, refletindo as alterações promovidas em virtude do disposto no item5 acima que passará a vigorar com a redação constante do **Anexo I** à presente ata. **7** Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas neste ato. Nada mais. Brasília/DF, 28/03/2025. **Simara Rodrigues Andrade da Costa.** Secretária. **Protocolo JUCIS-DF** nº DFP2500039415 - 07/04/2025. **Registro JUCIS-DF** nº 2751693 em 07/04/2025. por Fabianne Raissa da Fonseca - Secretária-Geral.

CNP Seguros holding | Brasil **CNP Seguros Holding Brasil S.A.**

CNPJ/ME nº 14.045.781/0001-45 - NIRE 53.3.0001362-4

Extrato da Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, Realizadas em 31/03/2025

Realizadas em 31/03/2025, às 14h00, na sede social, com a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. Maximiliano Alejandro Villanueva; e Secretária: Simara Rodrigues Andrade da Costa. **Deliberações:** Constatada a presença dos Diretores da Companhia, do representante do Comitê de Auditoria e dos Auditores Independentes, após o exame das matérias constantes da Ordem do Dia e dos respectivos documentos, os Acionistas presentes autorizaram a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do §1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76 e, deliberaram: **I - Em AGO: 1** Aprovar, sem restrições ou ressalvas, por unanimidade dos presentes, as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório do Comitê de Auditoria, os quais foram publicados no jornal "Correio Braziliense" no dia 27 de fevereiro de 2025, tendo sido dispensada a publicação dos anúncios a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, conforme permitido pelo parágrafo 4º do mesmo artigo. **2** Aprovar, sem restrições ou ressalvas, a proposta da administração para a destinação do resultado do Exercício Social encerrado em 31/12/2024, da seguinte forma: **(i)** do **Lucro Líquido** do exercício social encerrado em 31/12/2024, no valor de **R$ 993.472.464,89** da seguinte forma: **(a)** destinar o valor de **R$ 49.673.623,24**, correspondente à 5% do lucro líquido, para a Reserva Legal, conforme o disposto no Estatuto Social da Companhia e no art. 193 da Lei nº 6.404/76; **(b)** distribuir às Acionistas, a título de **Dividendos**, a importância de **R$ 655.657.055,29**, o que corresponde a **R$ 138,7085604** por ação, representando **69,47%** do lucro líquido ajustado. Considerando que em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º/10/2024 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários no valor de R$ 300.449.881,33, e em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13/01/2025 foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares no valor de R$ 180.437.503,20, **a Companhia efetuará o pagamento do valor remanescente líquido total de R$ 174.769.670,76** às Acionistas em até 30 dias a contar da assinatura integral da presente ata, ficando desde já autorizados os representantes legais da Companhia a tomarem as providências necessárias para a efetivação da operação; **(ii)** após as deduções acima, destinar o saldo do resultado no valor de **R$ 288.141.786,36** à conta **Reserva de Retenção de Lucros. 3** Aprovar, sem restrições ou ressalvas, a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para um mandato que encerrar-se-á com a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do Exercício Social encerrado em 31/12/2027, a saber: **(i)** o Sr. **Thomas Behar**, francês, casado, engenheiro, portador do documento de identidade francês nº 130860401032, residente e domiciliado na Cidade de La Chapelle em Serval, França, com endereço comercial na 4, Promenade Cœur de Ville 92130 Issy-les-Moulineaux, França, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração; **(ii)** a Sra. **Véronique Denise Andreé Weill**, francesa, viúva, administradora de empresas, portadora do passaporte francês nº 15DA41660, residente e domiciliada na Cidade de Paris, França, com endereço comercial na 4, Promenade Cœur de Ville 92130 Issy-les-Moulineaux, França, ao cargo de membro do Conselho de Administração; **(iii)** a Sra. **Sonia Fanny Marie Odile de Demandolx Furtado**, RNE nº V776795-A, CPF/ME nº 235.112.188-02, ao cargo de membro do Conselho de Administração; **(iv)** a Sra. **Marie-Aude Thépaut**, Passaporte Francês nº 18AP32503, ao cargo de membro do Conselho de Administração; **(v)** o Sr. **Eduardo Fabiano Alves da Silva**, RG nº 58.590.063-2 (SSP/IIRGD-SP), CPF/ME nº 099.811.077-94, ao cargo de membro do Conselho de Administração; e **(vi)** o Sr. **Maximiliano Alejandro Villanueva**, RNE nº V720511-0 (CGPI/DIREX/DPF), CPF/ME nº 234.482.558-40, ao cargo de membro do Conselho de Administração. Os membros remanescentes do Conselho de Administração, **(i)** a Sra. **Cristina Kiomi Mori**; **(ii)** a Sra. **Miriam Aparecida Belchior**; **(iii)** o Sr. **Marcos Brasiliano Rosa**; e **(iv)** o Sr. **Juliano Fernandes Bourim**, terão seus mandatos estendidos até a eleição e efetiva posse de seus substitutos ou respectiva recondução, sendo mantidos em seus cargos até posterior deliberação. As Acionistas tomaram conhecimento de que os membros do Conselho de Administração ora eleitos preenchem as condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas atualizações, bem como nas demais disposições legais aplicáveis. Os Conselheiros eleitos declararam, sob as penas da lei, não estarem impedidos para o exercício da atividade mercantil ou terem sido condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, conforme previsto no §1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76 cumulado com seu artigo 162. Ainda, os Conselheiros ora eleitos serão empossados em seus cargos após o cumprimento das formalidades legais. **II - Em AGE: 4** Ratificar a atual composição da Diretoria Executiva da Companhia, cujos membros foram reeleitos em Reunião do Conselho de Administração de 20/02/2024, quais sejam: Sra. Sany de Jesus Mota Silveira (Diretora Presidente), Sr. Marco Antonio Barbosa Pires (Diretor Financeiro), e Sra. Leticia de Oliveira Doherty (Diretora de Riscos e Controles Internos); e ratificar a atual composição do Comitê de Auditoria, cujos demais membros foram eleitos nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 20/11/2023 e 26/04/2024, respectivamente, a saber: Sr. Assizio Aparecido de Oliveira (Presidente do Comitê de Auditoria) e Sr. Joao Antonio Chiappa (membro do Comitê de Auditoria). Considerando o término do mandato do Sr. João Décio Ames como membro do Comitê de Auditoria e, ainda, a vedação de reeleição em razão do cumprimento do prazo máximo de 5 anos de mandato (art. 127 da Resolução CNSP nº 432/2021), a posição permanecerá vaga até a efetiva posse de seu substituto, a ocorrer após o cumprimento dos ritos regulatórios. **5** Aprovar a remuneração global anual **(a)** dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025, no montante de até R$ 2.781.765,87, as quais são individualizadas nesta oportunidade, conforme material vinculado à reunião e arquivado na sede da Companhia; e **(b)** dos membros do Comitê de Auditoria, nos termos do §2º do artigo 24 do Estatuto Social, para o exercício de 2025, no montante de até R$ 452.414,95, as quais são individualizadas nesta oportunidade, conforme material vinculado à reunião e arquivado na sede da Companhia. **6** Aprovar o aumento do Capital Social da Companhia no montante de **R$ 154.000.000,00**, reduzindo a Reserva Legal em R$ 154.000.000,00, sem a emissão de novas ações. Em razão deste aumento, o artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Capítulo II - Do Capital e das Ações. Art. 2º -*** *O capital social da Companhia é de R$ 2.520.000.000,00, representado por 4.726.868 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal.* ***§1º -*** *O aumento do capital decorrente da incorporação de reservas contabilizadas será realizado sem emissão de novas ações.* ***§2º -*** *As ações preferenciais, se emitidas, não terão direito a voto nas Assembleias Gerais de Acionistas, exceto naquelas em que houver deliberação sobre aumento de capital da Companhia, caso em que referidas ações exercerão o direito de voto, juntamente e em igualdade de condições com as ações ordinárias.* ***§3º -*** *As ações preferenciais, se emitidas, serão nominativas e sem valor nominal, não conversíveis, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, além de concorrer em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos.* ***§4º -*** *As ações preferenciais, se emitidas, poderão ser resgatadas pelo preço de emissão no mesmo exercício social em que tenham sido emitidas, mediante deliberação tomada em Assembleia Geral de Acionistas."* **7** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, refletindo as alterações promovidas em virtude do disposto no item 0 acima, que passará a vigorar com a redação constante do **Anexo I** à presente ata. Nada mais. Brasília/DF, 31/03/2025. **Simara Rodrigues Andrade da Costa.** Secretária da Mesa. **Protocolo JUCIS-DF** nº DFN2539640075 - 08/04/2025. **Registro JUCIS-DF** nº 2752304 em 08/04/2025. por Fabianne Raissa da Fonseca - Secretária-Geral.

CAIXA seguradora **Caixa Seguradora S.A.**

CNPJ/ME nº 34.020.354/0001-10 - NIRE 53.3.0000495-1

Extrato da Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária Realizadas em 28 de Março de 2025

Realizadas em 28/03/2025, às 16h30, na sede social, com a presença da única Acionista titular da totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sany de Jesus Mota Silveira; e Secretária: Simara Rodrigues Andrade da Costa. **Deliberações:** Presente a Diretora Presidente da Companhia, o membro do Conselho Fiscal e o representante dos Auditores Independentes, após o exame das matérias constantes da Ordem do Dia e dos respectivos documentos, a Acionista autorizou a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do §1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76 e, deliberou: **I - Em AGO: 1** Aprovar, sem restrições ou ressalvas, as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, acompanhadas dos pareceres dos auditores e dos atuários independentes e do Conselho Fiscal, bem como do relatório do Comitê de Auditoria, os quais foram publicados no jornal "Correio Braziliense" no dia 27/02/2025, tendo sido dispensada a publicação dos anúncios a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, conforme permitido pelo §4º do mesmo artigo. **2** Aprovar, sem restrições ou ressalvas, a proposta da administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, da seguinte forma: **(i)** pagamento e distribuição da parcela de **R$ 23.902.520,65** a título de participação nos lucros aos empregados; **(ii)** do LUCRO LÍQUIDO do exercício social encerrado em 31/12/2024, no valor de **R$ 786.755.232,24** da seguinte forma: **(a) destinar o valor de R$ 39.337.761,61** para a constituição da RESERVA LEGAL, conforme o disposto no Estatuto Social da Companhia e no artigo 193 da Lei nº 6.404/76; **(b) distribuir à única** Acionista, a título de DIVIDENDOS, a importância de **R$ 560.563.102,97**, correspondendo a **R$ 66,2208538** por ação, que corresponde a **75,00%** do lucro líquido ajustado. Considerando que em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/09/2024 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários no valor de R$ 261.960.739,50, e em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13/01/2025 foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares no valor de R$ 152.706.855,12, **a Companhia efetuará o pagamento do valor remanescente líquido total de R$ 145.895.508,35**, à única Acionista em até 30 dias a contar da assinatura integral da ata, ficando desde já autorizados os representantes legais da Companhia a tomarem as providências necessárias para a efetivação da operação. **(iii)** após as deduções acima, destinar o valor de **R$ 186.854.367,66 à conta Reserva de Retenção de Lucros. 3** Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, com a dispensa prevista no artigo 147, §3º, da Lei nº 6.404/76, **para um mandato que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 31/03/2028**, como membros efetivos do Conselho de Administração, **(a)** a reeleição do Sr**. Maximiliano Alejandro Villanueva**, RNE nº V720511-0 (CGPI/DIREX/DPF), CPF/ME nº 234.482.558-40, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração; **(b)** a reeleição do Sr. **Eduardo Fabiano Alves da Silva**, RG nº 58.590.063-2 (SSP/IIRGD-SP), CPF/ME nº 099.811.077-94, ao cargo de membro do Conselho de Administração; e, **(c)** a reeleição da Sra. **Sany de Jesus Mota Silveira**, RG nº 823346 SSP/DF, CPF/ME nº 505.589.191-20, ao cargo de membro do Conselho de Administração. **3.1** A Sra. **Tânia Maria de Oliveria** terá seu mandato estendido até a eleição e efetiva posse de seu substituto ou respectiva recondução, sendo mantida no cargo até posterior deliberação. A **posição atualmente vaga** permanecerá como tal até posterior indicação da Acionista Indireta Caixa Seguridade. **3.2** A Acionista tomou conhecimento de que os membros do Conselho de Administração ora eleitos preenchem as condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas atualizações, bem como nas demais disposições legais aplicáveis. Os Conselheiros declararam, sob as penas da lei, não estarem impedidos para o exercício da atividade mercantil ou terem sido condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, conforme previsto no § 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Ainda, os Conselheiros ora eleitos serão empossados em seus cargos após o cumprimento das formalidades legais, sendo certo que aos mesmos foi dado amplo conhecimento dos preceitos estipulados na referida Resolução CNSP nº 422/21, bem como das demais disposições legais aplicáveis. **4** Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, com a dispensa prevista no artigo 147, §3º, da Lei nº 6.404/76, como membros efetivos do Conselho Fiscal, **(a)** a reeleição do Sr. **José Linaldo Gomes de Aguiar**, brasileiro, viúvo, aposentado, portador da Cédula de Identidade RG nº 375.844 SSP/DF, inscrito no CPF/ME sob o nº 064.032.804-06, residente e domiciliado na Cidade de Brasília, Distrito Federal, com endereço residencial no SHIS QL 6, Conjunto 4, Casa 3, Lago Sul, CEP 71.620-045, ao cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia; e, **(b)** a reeleição do Sr. **Laudimiro Almeida da Silva Filho**, RG nº 2.483.097 SSP/BA, CPF/ME nº 441.974.036-15; e como membros suplentes do Conselho Fiscal **(c)** a reeleição do Sr. **José Maurício D'Isep Costa**, RG nº 669.745 SPTC/ES, CPF/ME so nº 915.613.707-97; **(d)** a reeleição do Sr. **José Ricardo Porto Rodrigues**, RG nº 12.736.947-8 SSP-SP, CPF/ME nº 080.569.988-02; **todos com mandato unificado que encerrar-se-á com a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 31 de março de 2026**. **4.1** Os membros remanescentes do Conselho Fiscal, **(i)** o Sr. **Jailton Zanon da Silveira**, membro titular; e **(ii)** a Sra. **Juliana Grigol Fonsechi**, membro suplente, terão seus mandatos estendidos até a eleição e efetiva posse de seus substitutos ou respectiva recondução, sendo mantidos em seus cargos até posterior deliberação. **4.2** A Acionista tomou conhecimento de que os membros do Conselho Fiscal ora eleitos preenchem as condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas atualizações, bem como nas demais disposições legais aplicáveis. Os Conselheiros declararam, sob as penas da lei, não estarem impedidos para o exercício da atividade mercantil ou terem sido condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, conforme previsto no § 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Ainda, os Conselheiros ora eleitos serão empossados em seus respectivos cargos após o cumprimento das formalidades legais, sendo certo que aos mesmos foi dado amplo conhecimento dos preceitos estipulados na referida Resolução CNSP nº 422/21, bem como das demais disposições legais aplicáveis. **4.3** O Conselho Fiscal fica, portanto, com a seguinte composição: como membro titular, o Sr. **José Linaldo Gomes de Aguiar**, e seu suplente o Sr. **José Maurício D'Isep Costa**, o Sr. **Laudimiro Almeida da Silva Filho**, e seu suplente o Sr. **José Ricardo Porto Rodrigues**, o Sr. **Jailton Zanon da Silveira**, e sua suplente **Juliana Grigol Fonsechi**. **II - Em AGE: 5** Aprovar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025 no montante anual global de até **R$ 7.197.376,52,** dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2025 no montante de até **R$ 307.814,62**, e dos membros do Comitê de Riscos para o exercício social de 2025 no montante de até **R$ 394.555,43**, todas individualizadas nesta oportunidade, conforme material vinculado à reunião e arquivado na sede da Companhia**. 6** Ratificar, em cumprimento ao disposto na Circular Susep nº 700, de 04 de abril de 2024, as atribuições conferidas aos Diretores da Companhia nos termos das normas instituídas pela SUSEP, a saber: Sra. **Sany de Jesus Mota Silveira**, Diretora Presidente, com as seguintes funções: (a) Diretora responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados, nos termos do art. 22 da Resolução CNSP nº 431/21; e, (b) Diretora responsável pelas relações com a SUSEP, nos termos do art. 54, §1º, da Circular Susep nº 700/2024. Sr. **Marco Antonio Barbosa Pires**, Diretor Financeiro, com as seguintes funções: (a) Diretor responsável técnico, nos termos do art. 21, inciso V, da Resolução CNSP nº 422/2021 e do art. 3º, inciso II, da Resolução CNSP nº 432/2021; (b) Diretor responsável administrativo-financeiro, nos termos do art. 54, §2º, da Circular Susep nº 700/2024; (c) Diretor responsável pela Contabilidade, nos termos do art. 3º, inciso III, da Resolução CNSP nº 432/21; (d) Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Resolução CNSP nº 383/20, nos termos do seu respectivo art. 13; e, (e) Diretor responsável pelo Sistema de Seguros Aberto (*Open Insurance*), nos termos do art. 31 da Resolução CNSP nº 415/21. Sra. **Leticia de Oliveira Doherty**, Diretora de Riscos e Controles Internos, com as seguintes funções: (a) Diretora responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98, nos termos do art. 12 da Circular SUSEP nº 612/20; (b) Diretora responsável pelos Controles Internos, nos termos do art. 9º, da Resolução CNSP nº 416/21; e, (c) Diretora responsável pela política institucional de conduta, nos termos do art. 12 da Resolução CNSP nº 382/20. **6.1** Tendo em vista a revogação da Resolução CNSP nº 143/05, a Companhia deixa de ter um diretor designado pelo registro das apólices e endossos emitidos, bem como pelos cosseguros aceitos. **7** Aprovar o aumento do Capital Social da Companhia no montante de **R$ 113.000.000,00**, reduzindo a Reserva Legal em **R$ 39.337.761,61** e a Reserva de Lucros em **R$ 73.662.238,39**, sem a emissão de novas ações. Em razão deste aumento, o artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação**: *"CAPÍTULO II DO CAPITAL E DAS AÇÕES Art. 2º -*** *O capital social é de R$ 1.437.000.000,00, dividido em 8.465.054 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. §1º - A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". §2º - O aumento do capital decorrente da incorporação de reservas contabilizadas será realizado sem emissão de novas ações."* **8** Aprovar a alteração do endereço da sede social da Companhia, que passará a ser localizada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 01, Conjunto A, Bloco E, Salas 801, 901, 1001, 1101, 1201, CEP 70701-050. Em razão desta alteração, o artigo 1º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: ***Art. 1º*** *- A CAIXA SEGURADORA S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelo presente Estatuto Social, por eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. §1º - A Companhia, cujo prazo de duração é indeterminado, tem sede e foro na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 01, Conjunto A, Bloco E, Salas 801, 901, 1001, 1101, 1201, CEP 70701-050, podendo criar, manter ou extinguir Sucursais, Filiais e Inspetorias de Produção e Representações, observadas as formalidades legais e regulamentares. §2º - A Companhia tem por objeto a exploração de operações de seguros, em quaisquer de suas modalidades ou formas, especialmente nos seguros de danos e de pessoas, podendo, ainda, participar do capital social de outras sociedades relacionadas ao seu objeto social.* **9** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, refletindo as alterações promovidas em virtude do disposto nos itens7 acima que passará a vigorar com a redação constante do **Anexo I** à presente ata. **10.** Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas neste ato. Nada mais. Brasília/DF, 28/03/2025. **Simara Rodrigues Andrade da Costa.** Secretária. **Protocolo JUCIS-DF** nº DFP2500040638 - 04/04/2025. **Registro JUCIS-DF** nº 2750721 em 04/04/2025. por Fabianne Raissa da Fonseca - Secretária-Geral.

Eufrázio

Correio Braziliense

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Su... E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Liga dos Campeões

Inter de Milão e Arsenal carimbaram as últimas vagas disponíveis nas semifinais da Liga dos Campeões da Europa. Ontem, a equipe da Itália recebeu o Bayern de Munique, empatou por 2 x 2, e contou com a vitória do jogo de ida (2 x 1) para se classificar e enfrentar o Barcelona. Contra o Real Madrid, fora de casa, os ingleses ganharam, por 2 x 1, aplicaram 5 x 1 no agregado e terão o PSG como rival por um lugar na decisão de Munique.

BRASILEIRÃO

Casos de Bruno Henrique, do Flamengo, e Ênio, do Juventude, reforçam a vigilância do futebol brasileiro para evitar fraudes. País viveu quatro grandes operações contra esquemas em 43 anos

O cerco fechou

DANILO QUEIROZ

O caso Bruno Henrique tem tudo para ser um divisor de águas na história de 43 anos do combate contra a manipulação de resultados no futebol brasileiro. Epicentro das fraudes no mundo da bola, o Brasil ampliou a vigilância dos casos. Indiciado pela Polícia Federal devido a uma possível adulteração na derrota por 2 x 1 para o Santos, em Brasília, no Campeonato Brasileiro de 2023, o atacante do Flamengo não é o único alvo das autoridades. A edição deste ano da Série A começou com Ênio, do Juventude, sob suspeita. Os episódios ampliam o número de situações em xeque no esporte do país.

O futebol nacional convive com grandes escândalos de manipulação, pelo menos, desde o início da década de 1980, quando a Máfia das Loterias chacoalhou as estruturas do esporte de alto rendimento (veja memória abaixo). Em 2005, a Máfia do Apito impactou diretamente no andamento da Série A de 2005, inclusive influenciando na disputa do título entre Corinthians e Internacional — com a remarcação de jogos, o alvinegro superou o Colorado na luta pela taça daquele ano. Com a explosão das bets no cenário do país, as grandes operações de combate entraram em cena. Nos últimos anos, foram pelo menos duas de impacto importante.

Banimentos e outras punições de grande escala entraram em campo. Diego Porfírio, Gabriel Tota, Matheus Gomes, Romário e Ygor Catatau estão banidos da profissão graças aos desdobramentos da Penalidade Máxima. Nomes como Alef Manga e Eduardo Bauermann enfrentaram períodos longe dos gramados. Jogador de Seleção Brasileira, Lucas Paquetá enfrenta investigação na Inglaterra e também pode ser excluído do esporte. Possível parceiro no mesmo episódio do Campeonato Inglês, Luiz Henrique deixou o Botafogo para atuar no futebol russo.

As situações de Bruno Henrique e Ênio evidenciam como o cerco está se fechando. Indiciado pela Polícia Federal, o atacante do Flamengo entrou na mira do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD). O cenário comprometedor aponta punições nas duas esferas. O jogador nega envolvimento e o clube decidiu não afastá-lo devido à "presunção de inocência".

Ênio tem caso parecido ao de BH: tomou cartão amarelo na primeira rodada, contra o Vitória, e o radar da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) constatou volume incomum de apostas em casas esportivas. Em nota publicada nas redes sociais, o jogador negou envolvimento em manipulação para beneficiar apostadores. "Em minha vida pessoal, jamais me envolvi com qualquer indivíduo, grupo de pessoas ou coisas que o valha, que objetivasse algo ilícito, imoral ou desabonador", defendeu-se. Com a investigação em andamento, o clube gaúcho o reintegrou ao elenco. No entanto, o aviso está dado: o alerta de falcatruas no futebol brasileiro está ligado e em alerta.

Gilvan de Souza/Flamengo

Memória — As grandes operações no país

Máfia das Loterias - 1982

A Máfia da Loteria Esportiva foi um esquema criminoso de manipulação de resultados do futebol brasileiro. A quadrilha fraudava placares das partidas em favor de um grupo de apostadores da Loteria Esportiva, principal jogo de azar da época. A revista Placar denunciou o caso.

Máfia do Apito - 2005

Liderado por Edilson Pereira de Carvalho (banido após às investigações), alguns árbitros atuaram no sentido de direcionar resultados de partidas de futebol. Quando o esquema foi descoberto, o STJD refez 11 partidas. Ninguém foi condenado. A revista Veja trouxe a trama à tona.

Operação Penalidade Máxima - 2023

Deflagrada em fevereiro de 2023, a operação revelou um esquema de manipulação envolvendo jogadores e apostadores. Os envolvidos compravam atletas e miravam lucro em sites de apostas esportivas. Ao todo, 22 profissionais foram penalizados pelo STJD, com cinco banimentos do esporte.

Operação Spot-fixing - 2024

Volume incomum de aposta em um cartão amarelo de Bruno Henrique contra o Santos, no Brasileirão de 2023, acenderam o alerta de manipulação. Familiares do atleta estão envolvidos. Na conclusão da apuração, a Polícia Federal indiciou o atacante por fraude em competição esportiva.

FEMININO

Real Brasília perde para o Bahia e se distancia do G-8

MEL KAROLINE*

O Real Brasília foi superado pela equipe do Bahia, por 2 x 0, ontem, no Estádio Alberto Oliveira, em Feira de Santana (BA). A equipe candanga teve uma atuação abaixo do esperado e não voltará à capital federal com os três pontos na mala. Com a derrota, as Leoas do Planalto se afastaram da oitava colocação no Brasileirão Feminino. O próximo compromisso no torneio será contra o Juventude, no domingo de Páscoa, às 15h, no Defelê.

O confronto entre as equipes começou equilibrado. Aos nove minutos iniciais, o Bahia teve a primeira chance do jogo. Na cobrança de falta da meia uruguaia Angela, Tchula subiu e cabeceou, encontrando a capitã Aila, que mandou por cima da meta adversária. Até os 28 minutos, o duelo não proporcionou muitas emoções.

As Leoas do Planalto pouco trabalharam a bola no campo de ataque e as donas da casa souberam se armar bem para controlar a partida. Na reta final da primeira etapa, na bola parada, o Real levou perigo. Após a cobrança do escanteio, Renata Rosa e Luciana subiram sem marcação, raspando a trave direita. Os minutos finais foram de pressão baiana e a goleira Tainá segurou o 0 x 0.

Na volta para o segundo tempo, o Bahia manteve o domínio. Com sete minutos, a mexida do técnico Felipe Freitas trouxe resultado. O passe de Ellen encontrou a atacante Wendy que, no chute rasteiro, mandou para o fundo da rede. Foram necessários mais sete minutos para o time baiano ampliar. Após a cobrança da falta na lateral da grande área, Angel fez 2 x 0. Com apenas duas finalizações, o time candango não teve forças para reverter o cenário.

*** Estagiária sob a supervisão de Marcos Paulo Lima**

Giovani Leonel/Real Brasília



Time candango não parou o ímpeto das baianas e perdeu por 2 x 0

NO NILTON SANTOS

Botafogo e São Paulo fizeram um jogo bastante movimentado, ontem, no Nilton Santos. Com golaços, atuação niveladas e intervenções do VAR, cariocas e paulistas ficaram no empate, por 2 x 2, pela quarta rodada. Ferreirinha e André Silva marcaram para os tricolores. Savarino e Igor Jesus igualaram.

NO MAIÃO

O Mirassol escreveu um capítulo histórico, ao conquistar a primeira vitória na Série A. Com atuação segura, ofensiva e envolvente diante do Grêmio, o time paulista venceu por 4 x 1 e empolgou a torcida, que embalou o segundo tempo com gritos de "olé". Daniel Borges e Reinaldo, duas vezes cada, marcaram. Braithwaite descontou.

NA ILHA DO RETIRO

O Red Bull Bragantino mostrou, mais uma vez, que quer brigar por coisas grandes nesta temporada. Ontem, o time paulista foi até à Ilha do Retiro para encarar o Sport, e com gol ainda no primeiro tempo, superou o time da casa, por 1 x 0, chegando aos sete pontos. O Juninho Capixaba colocou a única bola na rede da partida.

NA NEO QUÍMICA

O Corinthians perdeu a segunda partida seguida pelo Campeonato Brasileiro, ao sofrer o revés de 2 x 0 para o Fluminense, ontem, em plena Neo Química Arena. Os cariocas priorizaram a defesa e conseguiram ser mais eficientes quando visitaram o ataque do time corintiano. Renê, com um golaço, e Árias, de pênalti, marcaram.

NO BEIRA-RIO

Dois dos postulantes ao título do Brasileirão, Internacional e Palmeiras fizeram bom jogo, ontem, no Beira-Rio, onde quem sorriu no final foi o time paulista, que emendou a quinta vitória seguida na temporada, a terceira no Brasileirão. O atacante uruguaio Facundo Torres definiu o triunfo com gol na segunda etapa.

NO MINEIRÃO

Depois de dois jogos sem vencer no Campeonato Brasileiro, o Cruzeiro volta a campo para se reabilitar. Hoje, às 21h30, recebe o Bahia no Mineirão, em Belo Horizonte, em duelo que finaliza a quarta rodada. Os adversários seguem invictos, mas ainda não venceram. Sportv e Premiere transmitem o compromisso ao vivo.

Eufrázio

ESPORTES



Carrasco do Brasil na Copa, Schürrle virou "maratoneiro" e pode inspirá-lo a bater meta

Do 7 x 1 para as corridas

MARCOS PAULO LIMA

Há uma intersecção entre os 6 mil inscritos nas sete provas da Maratona Brasília 2025, em 20 e 21 de abril, na celebração dos 65 anos da capital, e o autor do sexto e do sétimo gols da Alemanha no 7 x 1 — a pior derrota da história da Seleção Brasileira — nas semifinais da Copa do Mundo de 2014: o amor quase incondicional pelas corridas de rua.

Aos 34 anos, o atacante aposentado André Horst Schürrle é uma inspiração para atletas e sedentários. O jogador campeão mundial com passagem por-Mainz, Bayer Leverkusen, Chelsea, Wolfsburg, Borussia Dortmund, Fulhtam, Spartak Moscou e seleção alemã do sub-19 ao profissional segue uma tendência entre ex-jogadores de futebol. Pendurou as chuteiras, calçou o tênis e participa de maratonas, sejam elas meias (21 Km) ou tradicionais (42 Km).

O desafio mais recente de um dos carrascos do Brasil naquele 8 de julho de 2014, em Belo Horizonte, foi a Maratona de Berlim. Ele não teve fôlego para a prova inteira. Consciente da capacidade física, cumpriu metade do percurso. "Com base no meu treinamento e para me motivar, estabeleci um tempo de 1 hora e 30 minutos. Seria muito, muito rápido, mas vou tentar chegar a 1 hora e 30 minutos e depois ver o que acontece no fim", avisou em entrevista à imprensa alemã um dos famosos da tradicional prova da capital alemã.

Schürrle correu, completou o trajeto, tirou onda com a medalha e justificou a guinada do futebol para o atletismo. "Correr 10, 20 ou até 30 Km não é algo que você costuma fazer como jogador de futebol. É por isso que é algo completamente novo, e é também por isso que eu faço. Vejo como um desafio voltar a ser mais ou menos amador e trabalhar nisso", brincou o astro.

Instagram/@andreschuerrle



Orgulho de Schürrle: trocou os campos pelas ruas e ganhou medalha tão importante como o tetra na Copa de 14

Christophe SIMON/AFP



O carrasco fez dois gols contra o Brasil na semifinal da Copa de 2014

As participações em corridas de rua começaram a ficar pequenas para Schürrle. Depois de disputar as maratonas de Berlim, Barcelona e da Toscana no ano passado, "Gostaria de correr 100 Km um dia, ou seja, uma ultramaratona. Depois, há algumas montanhas altas e difíceis que quero escalar. Esses são os próximos desafios que gostaria de encarar. Mas, acima de tudo, correr 100 km seria realmente algo especial", reforçou.

Protagonista da Holanda na vitória por 3 x 0 contra o Brasil na decisão do terceiro lugar, em Brasília, Arjen Robben é outro inscansável corredor de rua. Há dois anos, o jogador com passagem por PSV, Chelsea, Real Madrid e Bayern de Munique disputou a Maratona de Roterdã com o tempo de 3h13min40s, baixando o tempo da participação anterior.

"Estou totalmente destruído, mas consegui. Não sou mais um atleta profissional, mas posso dizer a vocês que, se você termina uma maratona em menos de três horas, você é um atleta top. É quase como ganhar um título no futebol", comparou à época.

Robben também curte a vibe de filósofo. "Para um corredor como eu, uma distância dessas é muito longa. Mas eu amo esportes e amo um desafio. Erben Wennemars (ex-patinador de velocidade) sempre disse: 'Uma vez atleta, sempre atleta'. Não sou mais um atleta de primeira linha. Estou muito feliz", comentou em entrevista ao portal NOS.

Outros craques como o brasiliense Kaká, Diego, ex-Flamengo, o meia Pavel Neved, o goleiro Edwin van der Sar e o técnico do Paris Saint-Germain, Luis Enrique, caçam inscrições para desafiar o corpo e a mente. "Correr uma maratona é um dos poucos esportes em que um atleta amador tem o privilégio de estar no mesmo 'campo' com profissionais de elite. Tive a honra de correr a prova em que Eliud Kipchoge quebrou o recorde mundial", gabou-se Kaká, referindo-se ao tempo de 2h1min39s do queniano em Berlim.

» Mais Maratona na página 17

Retirada do Kit Atleta

Quando: Hoje (17/4) e sábado (19/4)

Horário: 10h às 18h

Local: Decathlon Venâncio Shopping | SCS Quadra 8, Piso térreo (PI), Asa Sul

Importante!

» Para retirar o seu kit ou o de terceiros, é necessário apresentar um documento com foto (original, digital ou cópia) e o comprovante de inscrição (impresso ou digital);

» Não haverá retirada de kits no dia 18/4 (sexta-feira) devido ao feriado da Semana Santa, nem no local da Arena do evento.

VÔLEI DE PRAIA

Campeãs olímpicas estreiam com vitória na capital da sorte

ARTHUR RIBEIRO*

Brasília virou sinônimo de sorte para o vôlei de praia brasileiro e na largada para a etapa do DF do Circuito Mundial de 2025 não foi diferente. O Brasil começou com o pé direito no primeiro dia da chave principal, ontem, no Parque da Cidade. Lideradas pelas campeãs olímpicas Ana Patrícia e Duda, as duplas verde-amarelas dominaram as partidas pela fase de grupos e ofuscaram as eliminações dos times compatriotas na fase qualificatória.

Os compromissos do dia começaram logo cedo com as chaves classificatórias, que definiram as oito duplas que completaram o chaveamento principal no masculino e no feminino. Dos oito conjuntos brasileiros em ação, apenas Pedro/Renato e Verena/Kyce conseguiram vaga entre os homens e as mulheres, respectivamente.

Quando chegou a hora da chave principal, o talento verde-amarelo se sobressaiu. Jogando com o apoio da torcida candanga, a primeira vitória foi de Thamela/Victoria, que superaram as canadenses Bélanger/Monkhouse por 2 sets a 1. Depois, foi vez de Taiana Lima/Talita e Carol Solberg/Rebecca também vencerem, ambas por 2 x 0, contra as estadunidenses Toni/DeBerg e as espanholas Carro/Paula, respectivamente. As únicas derrotas foram de Andressa/Tainá e Verena/Kyce.

Volleyball World/Divulgação



Ana Patrícia e Duda celebram o triunfo contra as lituanas no Parque

O destaque foram as campeãs olímpicas em Paris-2024. Ana Patrícia e Duda venceram as lituanas Paulikiene e Raupelyte por 2 sets a 0 (21/18 e 21/18). Não é a primeira vez que o quadradinho é um local de bons resultados para as medalhistas de ouro. Em 2024, elas foram campeãs da etapa do DF do Circuito Mundial.

"Ano passado foi muito desafiador. Quando a gente vive um ano olímpico a pressão é ainda maior. Eu tive dengue, depois a Ana Patrícia teve covid e lesão nas costas, mas Brasília trouxe sorte para a gente e aqui foi nosso único ouro no mundial. Jogar no Brasil é isso, energia a mais, e estamos em uma crescente para poder fazer uma boa etapa aqui", contou Duda ao **Correio**.

Com a vitória, elas lideram a chave C, ao lado das francesas Placette e Richard. O novo formato da competição, com 24 duplas divididas em grupos de quatro, classifica o líder de cada divisão para a fase de 12, enquanto os segundos e terceiros colocados disputam a fase de 18, uma espécie de repescagem. As duplas vencedoras da fase de 18 enfrentam as que foram direto para a fase de 12. Quem levar a melhor, além dos dois melhores perdedores, avançam às quartas de final. A etapa de Brasília segue até domingo. A entrada é grátis. Os Ingressos são retirados no App Sympla.

SALTOS ORNAMENTAIS

Troféu Brasil fecha o segundo dia com título para a capital

GABRIEL BOTELHO*

Os dois primeiros dias de competições no Troféu Brasil de Saltos Ornamentais foram encerrados com o selo da capital do país. Nas tardes de terça e de ontem, no Centro Olímpico da Universidade de Brasília (UnB), dois atletas do DF sagraram-se campeões nas disputas do trampolim 1m. No masculino, Luís Felipe Moura foi ouro. No feminino, Luana Lira. Com notas dignas de índices A, ambos garantiram acesso ao Mundial de Singapura, em julho.

Primeiro a colocar a medalha no peito, Luís Felipe foi a cereja do bolo em um pódio 100% candango. O atleta de 22 anos, natural do Gama venceu a prova após registrar pontuação de 388.30 na última terça-feira. Com isso, superou os 365.81 exigidos pela World Aquatics, principal entidade do esporte, para confirmar a classificação ao torneio internacional. Ele havia somado índices para estar nos certames de 3m individual e 3m sincronizado.

"É excelente poder começar o ano dessa maneira. É muito bom, pois se trata de um novo ciclo. Mostra que estamos no caminho certo. Estou bem feliz quanto a isso, pois sei que vou poder representar o nosso país em um torneio desse calibre. Vamos para cima", avaliou o atleta.

Abelardo Mendes Jr / Saltos Brasil



Luís Felipe conquistou a medalha de ouro no trampolim de 1m na UnB

Rafael Fogaça e Rafael Max, com 337.50 e 335.35, respectivamente, foram segundo e terceiro colocados. Os também brasilienses são os outros representantes do Instituto Pro-Brasil (DF). A dupla responsável por completar as três primeiras posições também confirmou presença na competição internacional no país asiático, assim como no Campeonato Pan-Americano Júnior de Medellín, na Colômbia, em maio deste ano.

Luana Lira viveu sucesso semelhante ao do colega. Outro atleta do Instituto Pro-Brasil/DF, venceu no 1m feminino. Ela acumulou 263,45 pontos. O montante é superior aos 260,42 pedidos pela World Athletics. A melhor nota garantida por ela nas cinco tentativas de salto foi um 61,50. Anna Santos, outra atleta do mesmo instituto, foi prata. Em terceiro, ficou Maria Faoro, da Associação Desportiva Time Rio 21.

Em Singapura, Luana estará nas corridas por medalha no Trampolim 3m Individual e Sincronizado. Além dos quatro atletas, outros dois garantiram o índice A para o Mundial: Rafael Borges e Anna Lúcia dos Santos.

***Estagiários sob a supervisão de Marcos Paulo Lima**

PLACAR

ONTEM

Série B
Paysandu 0 x 2 Chapecoense
Avaí 1 x 0 Operário-PR

Brasileirão Sub-20
Santos 1 x 2 Fluminense
Vasco 0 x 1 Athletico-PR
Internacional 0 x 3 Bahia
Cruzeiro 0 x 1 Flamengo
Fortaleza 2 x 0 Atlético-GO
Botafogo 0 x 0 São Paulo
Juventude 1 x 0 Grêmio
América-MG 0 x 0 Bragantino
Cuiabá 2 x 2 Palmeiras

Série B Sub-20
Sport 0 x 0 Goiás
S. Corrêa 2 x 1 Botafogo-SP
Vitória 3 x 1 Ceará
Criciúma 1 x 1 Coritiba
Operário-PR 1 x 1 Ponte Preta
Ituano 5 x 0 Brusque
Chapecoense 0 x 2 Avaí
Vila Nova 2 x 1 CRB

HOJE

Série B
19h Goiás x Vila Nova
20h Criciúma x Athletic
20h CRB x Volta Redonda
20h Botafogo-SP x Remo
20h Ferroviária x Atlético-GO
21h35 América-MG x Amazonas

Liga Europa
16h Lazio x Bodo/Glimt
16h Eintracht Frankfurt x Tottenham
16h Athletic Bilbao x Rangers
16h Manchester United x Lyon

Liga Conferência
13h45 Jagiellonia x Betis
13h45 Fiorentina x Celje
16h Rapid Viena x Djurgaarden
16h Chelsea x Légia Varsóvia

Campeonato Saudita
12h40 Al-Ettifaq x Al-Riyadh
12h50 Al-Hilal x Al-Khaleej
12h50 Al-Shabab x Al-Okhdood
15h Al-Fateh x Al-Ittihad

Amapaense
20h Portuguesa x Independente

Basquete
NBB
19h30 Bauru x Vasco
19h30 Basquete Cearense x Unifacisa
19h30 Paulistano x Brasília

OLHO NA TELA

Série A
Cruzeiro x Bahia
21h30 SporTV e Première

Série B
Goiás x Vila Nova
19h ESPN/Disney+
América-MG x Amazonas
21h35 ESPN4/Disney+ e RedeTV!

Basquete
NBB
Bauru x Vasco
19h15 SporTV 3
LBF
Sampaio x Araraquara
19h30 ESPN2/Disney+

Destaque do dia

Matheus Maranhão/Brasília



NBB

A atmosfera já é de playoffs, mas o Brasília, do armador Gemadinha (foto) tem mais dois compromissos na temporada regular do Novo Basquete Brasil (NBB). O time candango visita o Paulistano, hoje, às 19h30, no Ginásio Antônio Prado Jr, valendo a chance de garantir a quarta colocação e mando de quadra para uma possível disputa de quartas de final no mata-mata. YouTube e Basquetepass transmitem. O time candango tem três derrotas seguidas.

Eufrázio

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua míngua em Sagitário. A superioridade de um ser humano sobre seus semelhantes e diferentes não se mede pela sua inteligência, mas pelo serviço que presta ao mundo, pelo legado de serenidade e de compreensão mútua que deixar atrás de si depois que falecer. Aqueles que tentam estabelecer a superioridade do ser humano medindo a inteligência e promovendo que uns devam dominar e outros serem dominados são regurgitações da história materialista da civilização, daqueles que um dia quiseram que a medicina fosse praticada como eugenia, como se estivéssemos ainda em Esparta, que descartava os recém nascidos que não tinham aptidões para se adaptar ao status quo. Superior é o ser humano que serve aos inferiores, e inferior é aquele ser humano que pretende ser servido por todos.

ÁRIES
21/03 a 20/04

Procure inovar seu repertório de atitudes diante do que acontece, porque a partir de agora tudo será diferente de qualquer experiência que você teve no passado. O passado não pode ajudar você em absolutamente nada.

TOURO
21/04 a 20/05

A inspiração vem quando a gente menos espera e nos acorda no meio da madrugada como se já estivéssemos prontos para começar a vigília. Procure registrar meticulosamente seus pensamentos para não os perder de vista.

GÊMEOS
21/05 a 20/06

O surgimento das pessoas certas não se dá por mera boa sorte, mas porque a vida tem seus planos, desconhecidos para nós, que andamos sempre encerrados no calabouço de nossos desejos, mas evidentes mesmo assim.

CÂNCER
21/06 a 21/07

Amar o trabalho que você faz não é algo que seja uma atitude cotidiana, porque em geral a rotina esmaga essa intensidade toda. Porém, de vez em quando, como agora, é possível voltar a vislumbrar esse envolvimento.

LEÃO
22/07 a 22/08

O futuro maravilhoso que se descortina em sua imaginação pode parecer uma fantasia, e provavelmente ainda tenha um pouco dessa toxina envolvida, mas no seu âmago, há algo que precisa ser preservado e nutrido.

VIRGEM
23/08 a 22/09

O desgaste que o medo provoca é resultado de nos isolarmos e convencermos de que temos de lidar com essa toxina individualmente, quando na verdade o medo que sentimos é o convite para sairmos desse calabouço.

LIBRA
23/09 a 22/10

No meio de todas as confusões alguma luz começa a se vislumbrar e essa consiste em que, apesar do medo e das inquietações, as pessoas estão mais dispostas a estabelecer alianças e colaborarem umas com as outras.

ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Mesmo que você não consiga aproveitar direito todas as potencialidades que se apresentam nesta parte do caminho, ainda assim se esforce para as identificar e registrar, para futuramente voltar a elas.

SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Faça valer seus anseios e até suas fantasias também, porque mesmo que seja sabido que as fantasias nunca levam a algum lugar positivo, isso não pode ser sabido senão através da prática e da experimentação.

CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Difícil manter a concentração no que está em andamento enquanto a alma vagueia por mundos conhecidos e desconhecidos, alguns evocados através de memórias, e outros pela imaginação, que não conhece limites.

AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Entender o que acontece não será fruto de raciocínios árduos, mas de inspiração, a qual não tem hora para acontecer, se apresenta quando você estiver com intelecto, emoção e corpo físico mais ou menos alinhados.

PEIXES
20/02 a 20/03

A construção do destino sempre começa com a imaginação, com um sonho bem delineado que, quando sonhado, parece inalcançável. Agora é quando sua alma começa a delinear um futuro desejável e alcançável. Sonhe.

CRUZADAS

Países que, junto com os EUA, formam a NAFTA
Veículo puxado por cavalos
Conversa informal (gíria)
Encarregado da fazenda
Bebida com a polpa da fruta
Cores da bandeira espanhola
Lição; ensinamento
Água sólida
Picar a (?): ir embora (pop.)
Liga metálica de cobre e zinco
Antônimo de "mau"
Fungo de alimentos
Não, em inglês
"Kiss of (?)", canção de Sade
Compressa usada em curativos
Contágio; praga
Peixe amazônico de grande porte
Substância da morfina
Ação
Espaço de discussão
Golpista; enganador
Vê novamente
(?) Marino, pequeno país dentro da Itália
Rodrigo Maia, político
Cabeça, em inglês
Incógnita matemática
Ars, em latim
Braço, em inglês
Despencar; tombar
Instruções que acompanham o produto
Aquele que anda durante o sono
100, em algarismos romanos
Anísio Teixeira, educador brasileiro

BANCO 3/arm — not. 4/arte — head — lite.

15

© Ediouro Publicações — Licenciado ao **Correio Braziliense** para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

	D			G		A		
C	O	N	V	E	N	C	E	U
M	A	N	A	N	C	I	A	L
	Ç		C	E		DO		T
	Ã		I	RO	U		P	I
C	O	I	N		A	C	E	M
	D		A	F	I	A	D	A
C	E	U		R		M	A	TO
	S		R	A	M	A	L	
C	A	P	I	N	A	R		M
	N	O		Q	U	I	B	E
DE	G	R	A	U		M	O	R
	U		B	I	CA		J	O
P	E	R	C	A	L	Ç	O	S

SUDOKU DE ONTEM

4	6	2	5	8	9	1	7	3
5	3	8	7	2	1	4	6	9
7	1	9	3	4	6	8	5	2
9	5	4	8	3	7	2	1	6
3	2	7	6	1	5	9	4	8
6	8	1	2	9	4	7	3	5
1	9	3	4	5	2	6	8	7
8	4	6	9	7	3	5	2	1
2	7	5	1	6	8	3	9	4

#FaçaCoquetel
Assine e receba no conforto da sua casa!
www.assinecoquetel.com.br
Acesse nosso site!
@coquetel /editoraCoquetel
COQUETEL

ARTES VISUAIS

Pedro Garcia



Brasília: 65 apresenta uma gravura para cada ano de vida da capital

Brasília recriada

» MARIA LUÍSA VAZ*

Em comemoração ao aniversário da capital, o artista plástico e publicitário Pedro Garcia apresenta exposição no Museu Nacional da República. *Brasília: 65* reúne 65 gravuras, uma para cada ano de existência da cidade modernista. Com abertura no sábado, às 11h, ela ficará em cartaz por um mês para visitação.

O projeto de ilustrar a cidade surgiu em 2020, quando o aniversário de 60 anos da capital não pôde ser comemorado por causa da pandemia, o que inspirou o artista a representar monumentos icônicos e lugares afetivos da cidade em gravuras. "Eu desenhei os lugares que me traziam lembranças afetivas da vida que eu vivi aqui. Eu nasci em Brasília quando Brasília tinha poucos anos de vida. Então, eu costumo dizer que a minha história é muito misturada com a história de Brasília, eu vi muitos desses monumentos serem construídos", destaca o artista.

Brasiliense nascido em 1967, Pedro Garcia atua há mais de três décadas na publicidade, direção de arte, design e artes visuais. Algumas de suas obras integram o acervo do Museu de Arte de Brasília (MAB) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

As gravuras foram feitas inicialmente como uma homenagem pessoal à cidade, em que o artista publicou uma arte por dia em seu Instagram, até a repercussão cresceu mais do que ele esperava: "Foi tanta gente querendo que eu resolvi imprimir séries limitadas de 60 exemplares de cada uma delas, numeradas e assinadas e colocar à venda. E aí comecei a doar uma cesta básica a cada gravura vendida", conta Garcia. Ele adiciona que o projeto social ainda continua, e que já foram doadas mais de mil cestas básicas.

Em 2024, foi lançado o livro *Brasília*, reunindo 60 das gravuras sobre a cidade. Em comemoração ao 65º aniversário, cinco novas artes foram criadas especialmente para a exposição, que não chegou ao fim. Pedro Garcia pretende continuar atualizando-a, "porque, para mim, viver em Brasília é muito inspirador, e a cada dia eu enxergo alguma coisa de um jeito diferente", ressalta.

O processo de produção das artes integra fotografia, desenho manual e finalização digital. Elas são produzidas em papel 100% algodão com impressão fine art certificada. As obras, todas numeradas e assinadas, estarão à venda na exposição, oferecendo ao público a possibilidade de levar para casa um fragmento artístico da cidade.

"O que mais me chama atenção na história de Brasília é que foi um lugar que na sua concepção reuniu grandes mestres da arquitetura, da arte moderna, do design, que participaram com esse olhar criativo e artístico. Então eu queria fazer uma coisa bem simples, minimalista e elegante, que eu acho que tem a ver com a concepção de Brasília, com as linhas da arquitetura da cidade", finaliza Garcia.

***Estagiária sob a supervisão de Severino Francisco**

EXPOSIÇÃO BRASÍLIA: 65

Do dia 19 de abril, às 11h até 19 de maio de 2025, no Museu Nacional da República (Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF). Entrada gratuita.

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

Vivo a amizade com ternura e com espanto
Neste mundo bruto amigo é acalanto

As horas de fala e escuta ao abrigo dos amigos
Nos transmuta para longe do perigo

Me invade um sentimento intenso, santo, profundo
De ter como quem partilhar o imenso mundo

Maria Maia

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

1	3	2			9			
				7				
5		6		1				
			2			4		6
	4		7				8	9
			4					7
2	5			4			7	1
8		1						
7	9					3		

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

O DUB EXPERIMENTAL DE...

COMPOSITOR FAZ SHOW NO CLUBE DO CHORO PARA MOSTRAR O LADO PSICODÉLICO DO REGGAE



Lucas Souza/Divulgação

» NAHIMA MACIEL

Renato Matos sempre foi encantado pelo dub. "Escuto muito mais dub do que letra de reggae. A sensação é psicótica. É uma forma de ouvir diferente. As células todas se afloram", explica o poeta e compositor, que sobe ao palco do Clube do Choro hoje para um show com a banda Experimental Dub em uma celebração com direito a poesia e clássicos. Além do show, que tem repertório formado por músicas inéditas e outras bem conhecidas do público, Renato aproveita também para fazer o terceiro lançamento do livro *A rima é a mira*, publicado no início do ano.

A ideia do show é dar um espaço grande para a música instrumental e para os versos das poesias. "As músicas são releituras de músicas antigas e novas. Dub é uma forma, uma estética renovada do reggae. Sempre tem uma base, reduz a letra e usa mais o lado instrumental da música, colocando efeitos de delay e de eco", explica. É um estilo que Renato conheceu nos anos 1980, quando morou na França e nos Estados Unidos.

Nas letras e nas poesias, ele mergulha em temas ecológicos, políticos e amorosos. No repertório, não vai faltar espaço para canções mais conhecidas, como *Um telefone é muito pouco*, *Sussunga*, *Povo rico* e *Ferro*. "Mas tudo com nova leitura", avisa.

ERÓTICAERÓBICA

Não sei de literatura
Música ou pintura
O êxtase cósmica me leva
Aos trópicos intrínsecos
De um prazer exótico
O verbo é o meu princípio
A verba teu precipício
Vamos fazer um padede
Ou mesmo um baião-de-dois
Mixar o verbo com a verba
E não deixar a arte pra depois.

DESKLINKADO

Céu aberto
Desolado
Sou Brasil
Em Brasília
Me auto invado.



"E tudo ensaiado, mas nada se repete, a gente está sempre recriando. Eu toco reggae, que é jamaicano, mas meu reggae é cheio de bossa nova e toco música brasiliense". O compositor conheceu a Experimental Dub em 2024, durante uma apresentação no Eixão. Ele ficou admirado e, mais tarde, uma amiga em comum apresentou o quarteto formado por Bruno Portella (trombone e sintetizador), Raoni Barros (contrabaixo), Raiff Barchini (bateria), Dudulino (DJ). "E começamos a tocar juntos. É uma banda muito sincera em relação ao que está tocando, não são músicos de encomenda", conta.

Tocar com Renato Matos era um sonho para os músicos da Experimental Dub, que já tinham o reggae como norte e fizeram do dub um estilo próprio. "A banda surgiu em abril do ano passado e a gente toca reggae, mas surgiu meio da curiosidade de se fazer um dub ao vivo. O dub é um gênero dentro do reggae que seria um reggae meio psicodélico", diz Bruno Portella. "E a ideia de tocar com o Renato era um sonho distante que chegou meio rápido. É o cara que trouxe o reggae para cá, né?"

O show, Bruno garante, vai ser uma celebração. A intenção é resgatar grandes sucessos e músicas mais antigas, mais conhecidas, com roupagem mais moderna e atual, na linguagem do dub, além de apresentar coisas inéditas guardadas nas gavetas de Renato Matos há mais de 50 anos. E como a ocasião é especial, a banda convidou um time para reforçar o som, que contará ainda com Jorge Bittar (teclado), Julia Carvalho (back vocal) e Shyra Ribeiro (back vocal). 'A gente quer fazer esse apanhado multiartístico do Renato. Vai ter um momento também de recitar poesia dentro do show, mostrar um pouco das artes visuais, com alguns quadros e algumas obras. E será uma celebração dessa trajetória artística e uma abertura do aniversário da cidade. Renato é um ícone da arte independente de Brasília", avisa Bruno.

> **As músicas são releituras de músicas antigas e novas. Dub é uma forma, uma estética renovada do reggae.**
>
> ***Renato Matos***

Matos lembra que não dissocia o trabalho poético do musical. "Minha música são meus poemas com música acompanhando. É meu discurso com base musical", diz. No livro, ele incluiu todo tipo de poesia, incluindo os haikaiss, mas nada foi escrito com a intenção de virar um livro. "Não escrevo um livro, na verdade, junto minhas criatividades que vou guardando, deixo num baú e daí sai um livro. Sento para organizar o livro porque escrevo todo dia. Já tenho outro na trilha", garante.

RENATO MATOS E EXPERIMENTAL DUB
Hoje, às 20h, no Clube do Choro. Ingressos: R$ 40, na Bilheteria Digital

Eufrázio



Editora
Ana Maria Campos
anacampos.df@dabr.com.br
Tel. 3214-1344

Multiplicação de armas: advogados podem ganhar direito ao porte

Maria Eduarda Lavocat

A Comissão de Segurança Pública (CSP) aprovou, na última terça-feira, o Projeto de Lei nº 2.734, de 2021, que propõe alterar o Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/1994) e o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) com o objetivo de conceder aos advogados o direito de portar arma de fogo para defesa pessoal. De autoria do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que preside o colegiado, o texto recebeu parecer favorável do relator, senador Alessandro Vieira (MDB-SE) — que é policial civil de carreira — e agora segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Segundo Flávio Bolsonaro, advogados frequentemente se tornam alvos de ameaças e violência em razão de sua atuação em disputas jurídicas sensíveis, envolvendo questões como liberdade, família e patrimônio. Ele cita dados da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que apontam que, entre 2016 e 2019, 80 advogados foram assassinados no país. Nesses casos, argumenta o parlamentar, o porte de arma de fogo poderia oferecer aos profissionais uma chance real de defesa e até de preservação da própria vida.

"A previsão do porte de arma de fogo para advogados, além de assegurar um eficiente meio para a proteção pessoal desses profissionais, equipara-os aos membros do Judiciário e do Ministério Público, categorias que já possuem essa prerrogativa", declarou Alessandro Vieira à Agência Senado.

A proposta estabelece que o porte será válido em todo o território nacional e que os advogados terão direito à aquisição, registro e porte de arma em condições equivalentes às concedidas a magistrados e membros do Ministério Público. Para isso, o projeto exige que o interessado comprove sua inscrição ativa na Ordem dos Advogados do Brasil, apresente comprovante de residência, atestada capacidade técnica e aptidão psicológica e não possua condenação criminal por infração penal dolosa.

Além disso, o projeto determina que o porte de arma terá validade máxima conforme previsto na regulamentação vigente, devendo ser renovado periodicamente. Também veda o porte ostensivo e prevê a perda automática do direito caso o advogado seja excluído dos quadros da OAB ou utilize a arma sob efeito de álcool ou drogas, ou ainda para cometer infrações penais. O texto inclui, ainda, mecanismos de controle e troca de informações entre a OAB, a Polícia Federal e os sistemas de registro de armas (Sistema Nacional de Armas, e Sistema de Gerenciamento Militar de Armas).

À imprensa, o presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti, afirmou que: "A OAB não é a favor da proliferação de armas no Brasil. Defendemos a isonomia entre magistratura, membros do Ministério Público e advocacia. Enquanto um tiver esse direito, o outro também deve ter, com os mesmos requisitos". Procuradas pelo **Correio** a Associação dos juízes federais (Ajufe) e a Associação dos Delegados da PF (ADPF) não quiseram dar declarações.

Na tramitação do projeto na Comissão de Segurança Pública do Senado, foram apresentadas emendas, incluindo uma do senador Fabiano Contarato (PT-ES) — delegado da Polícia Civil — , que exige a comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica, e outra do senador Sérgio Moro (União-PR), que condiciona o porte ao cumprimento de requisitos legais e proíbe o ingresso armado em locais como fóruns, escolas, igrejas e presídios.

O relator apresentou um substitutivo que unifica o PL 2.734/2021 com o PL 2.530/2024, de autoria do senador Cleitinho (Republicanos-MG), que trata do mesmo tema de forma mais objetiva. A versão final do texto incorpora a redação mais enxuta da proposta de Cleitinho, aliada à técnica legislativa do projeto de Flávio Bolsonaro. Agora a matéria segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será analisada em caráter terminativo.



1.436.588 Número de advogados no Brasil segundo a OAB

Decisões judiciais

Em paralelo, o tema foi objeto de discussão judicial. Em julho de 2023, a Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) manteve decisão que negou o porte de arma a um advogado que alegava exercer profissão de risco e ter sido alvo de ameaças de morte. A Polícia Federal indeferiu o pedido, decisão confirmada pela 5ª Vara Federal de Ribeirão Preto/SP e, posteriormente, pelo TRF3. O advogado alegava ter direito semelhante ao de juízes e promotores e afirmou ser caçador, atirador e colecionador (CAC).

A relatora do caso, desembargadora federal Mônica Nobre, destacou que a necessidade de porte de arma deve ser comprovada objetivamente, conforme exige a Lei nº 10.826/2003. A única prova apresentada — uma declaração de um policial militar da reserva relatando ameaças — foi considerada insuficiente para demonstrar risco concreto. Dessa forma, o TRF3 entendeu que a decisão administrativa da PF foi legítima e fundamentada, mantendo a negativa ao porte.

Eufrázio

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Divulgação/STM



Em memória de Sobral Pinto

Uma parceria entre o Superior Tribunal Militar (STM) e a Escola Superior da Advocacia-Geral da União (Esagu) possibilitará a organização de obra jurídica sobre a atuação do advogado Sobral Pinto naquela Corte. A publicação contará com trechos originais de defesas feitas pelo advogado, no início do século passado, no STM, seguidos de comentários de renomados juristas brasileiros. A realização do projeto será possível a partir do acervo arquivístico mantido pela Diretoria de Informação, Documentação e Conhecimento (Didoc) do STM, que conserva e cataloga documentos históricos do Tribunal desde o século 19. É possível que haja registros desde a criação do Tribunal de Segurança Nacional, em 1936, Corte que originou o STM, em 1946. O TSN foi criado para julgar os adversários do Getúlio Vargas e dos militares que o sustentavam. Sobral Pinto atuou muito. E depois, durante a ditadura militar de 1964.

OAB-RJ lança serviço de telemedicina para advogados em todo o estado

A seccional da OAB no Rio de Janeiro será a primeira a oferecer telemedicina para advogados de todo o estado, em parceria com a Caixa de Assistência da Advocacia do Rio de Janeiro (Caarj) e a plataforma Clude Saúde. A iniciativa, com início previsto ainda em abril, inclui consultas ilimitadas com clínico geral 24h, apoio psicológico, descontos em exames e medicamentos, além de programas de bem-estar. A ação responde a uma pesquisa da OAB que revelou que 30% da advocacia brasileira não possui plano de saúde.

Mais processos, mais agilidade



Reprodução/Agência Brasil

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou, em 2024, 513.887 processos, trabalho 57% maior que em cinco anos. No ano passado, a quantidade de processos que chegou ao TST cresceu 19%. Só em 2024, ingressaram no Tribunal 510.587 novos casos. Com isso, cada ministro ou ministra analisou, em média, 21.787 processos. Os dados fazem parte do Relatório de Gestão Integrado do TST, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat).

Segundo núcleo da trama golpista na pauta do STF



Divulgação/STF/Felipe Sampaio

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) marcou duas sessões para 22 e 23 de abril em que será julgado o recebimento da denúncia da trama golpista ajuizada pela Procuradoria-Geral da República contra o núcleo dois. Os acusados são o delegado da Polícia Federal Fernando de Sousa Oliveira, ex-secretário-executivo de Segurança Pública do DF; Filipe Garcia Martins Pereira, ex-assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República; Marcelo Costa Câmara (coronel da reserva do Exército e ex-assessor da Presidência da República); Marília Ferreira de Alencar (delegada da PF e ex-subsecretária de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do DF); Mário Fernandes (general da reserva do Exército) e Silvinei Vasques (ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal). Os delegados Fernando Oliveira e Marília Alencar integraram a equipe de Anderson Torres, que integra o núcleo crucial da suposta conspiração, tanto na Secretaria de Segurança Pública do DF quanto no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Busca indiscriminada é ilegal, aponta STJ



Emerson Leal/STJ

Na linha da garantia dos direitos dos investigados, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou provas obtidas pela Polícia de São Paulo por considerar ilícita a entrada indiscriminada de agentes em várias residências próximas ao local de uma abordagem. Estavam em busca de provas do envolvimento dos suspeitos em tráfico. Para os ministros, a prática configurou uma varredura ilegal em busca de drogas. Durante a diligência, encontraram provas dentro de um imóvel. Segundo o relator, ministro Rogerio Schietti (foto), o artigo 243, inciso I, do CPP exige que o mandado de busca domiciliar especifique, "o mais precisamente possível", o imóvel onde a diligência será realizada e o nome do proprietário ou morador.

Caminho certo sobre pejotização





Fotos: Divulgação

Advogadas trabalhistas consultadas pelo caderno *Direito&Justiça* avaliam que a decisão do ministro Gilmar Mendes, do STF, de suspender a tramitação de todos os processos sobre "pejotização" até deliberação sobre o tema com repercussão geral foi positiva. A advogada Josiane Mariano, do Costa Tavares Paes Advogados, avaliou que o STF definirá pontos importantes sobre o tema, como a validade ou não da contratação da prestação de serviços autônomos (ou por meio de pessoa jurídica) e a definição do ônus da prova. "Além disso, avaliará a competência da Justiça do Trabalho ou da Justiça Comum para a declaração da nulidade do contrato de prestação de serviços firmado com pessoa física e/ou jurídica, ainda que estejam presentes alguns dos requisitos do contrato de trabalho, conforme artigos 2º e 3º da CLT". A advogada Rafaela Sionek, sócia da área trabalhista do BBL Advogados, acredita que a decisão é relevante por buscar maior segurança jurídica e redução de litígios sobre o tema. A advogada Valéria Wessel, sócia da área trabalhista do escritório Simões Pires, por sua vez, diz que a decisão do STF de reconhecer a repercussão geral no Tema 1389 "é crucial na jurisprudência trabalhista".

Nova presidência na Comissão de Garantia do Direito de Defesa



Divulgação

A advogada mineira Virginia Afonso de Oliveira Morais da Rocha foi designada para presidir a Comissão de Garantia do Direito de Defesa no mandato de 2025 a 2028. A comissão tem como principal missão zelar pelo respeito ao devido processo legal, assegurando os direitos dos advogados e das partes envolvidas. Pode ser acionada sempre que houver violação dessas garantias. Criada sob a liderança do eterno presidente da OAB, Marcos Vinícius Coelho Fortato, a comissão conta, ainda, com o jurista Márcio Thomaz Bastos como membro honorário vitalício.



"O descumprimento sistemático da orientação do Supremo Tribunal Federal pela Justiça do Trabalho tem contribuído para um cenário de grande insegurança jurídica, resultando na multiplicação de demandas que chegam ao STF, transformando-o, na prática, em instância revisora de decisões trabalhistas"

Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), *ao suspender todos os processos sobre "pejotização", até a definição sobre esses casos em repercussão geral*

ENTREVISTA — LUÍSA MILITÃO — a mais jovem juíza federal do país

"Nesse momento tive a certeza que ser juíza era o meu propósito"

Maria Eduarda Lavocat

Luísa Militão é a juíza federal mais jovem a tomar posse no Brasil. Nascida e criada em Inhapim, cidade localizada na região leste de Minas Gerais, ela conta sempre ter tido facilidade nos estudos. Aos 16 anos, deixou sua cidade natal para cursar o ensino médio no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa, conhecido como Cap-Colônia.

Concluído o ensino médio, decidiu permanecer em Viçosa e ingressou no curso de direito da Universidade Federal de Viçosa (UFV), sendo aprovada aos 17 anos. Durante a graduação, já tinha clareza de que seu caminho seria a magistratura.

Após se formar, aos 21 anos, ela iniciou a preparação para concursos públicos. Foi aprovada para o cargo de promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia e também para a Defensoria Pública de Minas Gerais, até conquistar a tão almejada aprovação no Tribunal Regional Federal da 1ª Região e tomar posse aos 25 anos.

Para conhecer mais sobre a trajetória inspiradora da jovem juíza, o Direito & Justiça *realizou uma entrevista exclusiva com a magistrada. Confira a seguir.*


Samuel Figueira

Quando você decidiu cursar direito? Por que tomou essa decisão?

A decisão de cursar direito foi tomada ainda na infância. Tenho uma prima que foi aprovada no concurso da Procuradoria-Geral Federal, e mesmo sendo criança na época, eu lembro o quanto isso foi comemorado pela família. Desde então, tive certeza de que queria seguir essa carreira. Além disso, tenho alguns tios-avôs que são da área jurídica e me influenciaram também.

Como foi seu período acadêmico?

Minha época de faculdade foi extremamente feliz e marcante. A partir do segundo ano, tive plena certeza de que havia feito as escolhas certas. Sempre fui uma aluna muito aplicada e responsável, me dedicava intensamente aos estudos. Esse comprometimento fez com que minha experiência universitária fosse profundamente gratificante. Além do desempenho em sala de aula, participei ativamente de iniciativas extracurriculares. Fiz parte da empresa júnior, desenvolvi projetos de pesquisa com financiamento do CNPq e realizei estágios, inclusive, na Justiça Federal.

O que te motivou a seguir a carreira na magistratura? Houve algum momento decisivo que te fez ter certeza de que queria ser juíza?

Sempre tive o desejo de me tornar magistrada. Após a graduação, por medo de não conseguir aprovação para juíza, optei por prestar concursos de outras carreiras jurídicas com conteúdo semelhante — como Ministério Público e Defensoria Pública — e fui aprovada em ambos. No entanto, quando fui reprovada na sentença criminal do TRF-1, senti um grande vazio. Mesmo já aprovada no MP da Bahia, percebi que, se não retomasse os estudos com foco na magistratura, nunca realizaria meu verdadeiro sonho. Foi nesse momento que tive a certeza de que ser juíza era, de fato, o meu propósito.

Como foi o processo do concurso e o que você destacaria como mais desafiador nessa jornada?

A minha trajetória nos concursos foi leve — e eu reconheço que tive muitos privilégios. Eu não precisava me dedicar intensamente ao trabalho; advogava o mínimo necessário apenas para cumprir os três anos de prática jurídica exigidos. Tinha uma estrutura familiar que me oferecia apoio financeiro e emocional. Eu estudava das 8h às 18h, sem precisar me preocupar com outras demandas. O mais desafiador, dentro da minha realidade, foi lidar com a incerteza sobre conseguir ou não a aprovação. Convivi constantemente com a dúvida e conciliar esse sentimento de incerteza com atitudes concretas rumo ao meu objetivo foi, para mim, o maior desafio. Para driblar esse desafio realizei muita terapia, meditação e reprogramação mental.

Como estão sendo seus primeiros dias à frente deste cargo?

Os primeiros dias no cargo têm sido muito gratificantes. É claro que existem diversos desafios, o curso de formação está sendo bastante intenso, mas acredito, com convicção, que fiz a escolha certa. Agora, na etapa prática, tive a oportunidade de proferir sentenças, tomar decisões e conduzir audiências, e eu gostei muito de fazer tudo isso. Foi nesse momento que tive a certeza: ser magistrada é realmente a minha vocação, e sei que serei muito feliz nessa carreira.

Ser a juíza mais jovem do Brasil traz mais pressão ou responsabilidade? O que isso representa para você ?

Minha idade acaba trazendo visibilidade e, com ela, certa pressão, mas procuro não me apegar a isso. Prefiro focar na minha capacidade e nos valores que me formam. Apesar de alguns duvidarem de uma magistrada de 25 anos, tenho plena consciência da responsabilidade do cargo e conduzo meu trabalho com humildade, serenidade e compromisso. Acredito que a competência não está na idade, mas no preparo, nos valores e na dedicação — e, nesses aspectos, me sinto segura e pronta para cumprir minha missão com firmeza. A maturidade sempre foi uma das minhas características mais marcantes, e recebi muitos elogios por isso ao longo da vida. Até hoje, sou reconhecida pela minha firmeza e senso de responsabilidade. Acredito que tudo isso contribui para que, apesar da minha idade, eu exerça a magistratura com responsabilidade e comprometimento.

Como juíza jovem, você acredita que consegue trazer uma nova visão ou abordagem à magistratura?

Acredito que é, sim, vantajoso termos mentes mais jovens e arejadas na magistratura. No entanto, as pessoas mais experientes também são indispensáveis, pois acumulam não apenas conhecimento técnico e de carreira, mas também vivência e sabedoria de vida. Por isso, é fundamental que a magistratura seja diversificada. Além disso, é importante lembrar que, muitas vezes, pessoas mais velhas também são capazes de trazer ideias novas, iniciativas criativas e abordagens inovadoras.

Qual legado você espera construir ao longo da sua carreira?

O legado que espero construir ao longo da minha carreira é o de ser reconhecida como uma magistrada responsável, técnica, comprometida, educada e sensível — uma profissional verdadeiramente voltada para a efetivação dos direitos humanos. Quero exercer meu papel com profundo respeito às partes, aos advogados e a todos os servidores da Justiça. E, acima de tudo, desejo ser lembrada como uma magistrada serena, que possui a tranquilidade e a firmeza necessárias para o ato de decidir.

Eufrázio



Visão do Direito



Ricardo Calcini
Professor, advogado, parecerista, consultor trabalhista e sócio do Calcini Advogados

Como estabelecer medidas preventivas aos riscos psicossociais?

Dados recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelam que aproximadamente 15% dos trabalhadores em todo o mundo sofrem com transtornos mentais. O impacto disso, claro, é alarmante: anualmente, cerca de 12 bilhões de dias de trabalho são perdidos devido à depressão e à ansiedade, gerando um prejuízo próximo a US$ 1 trilhão para a economia global.

Diante desse cenário, as alterações na Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), publicadas em agosto de 2024 e com vigência a partir de maio de 2025, representam um avanço significativo ao incluir os riscos psicossociais no Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO).

Em termos práticos, isso significa que a NR-1 passa a reconhecer que fatores como assédio moral, pressão excessiva e más condições de trabalho podem ser tão prejudiciais quanto os riscos físicos tradicionais, trazendo sérios problemas de saúde mental para os trabalhadores, como estresse crônico, síndrome de burnout e ansiedade.

Com a nova redação da norma, as companhias passam a ser obrigadas a mapear e analisar os fatores psicossociais presentes em seus ambientes de trabalho. Ou seja, será necessário estabelecer medidas preventivas.

Ainda não há regras exatas sobre como isso será implantado, mas algumas possibilidades incluem: programas de conscientização sobre saúde mental, estruturação de canais de escuta e apoio, e a disponibilização de suporte psicológico dentro das empresas.

Ao capacitar gestores e colaboradores para identificar e lidar com situações de risco psicossocial — como assédio e sobrecarga de trabalho —, as empresas criam um ambiente mais preparado para prevenir e enfrentar esses problemas. Além disso, medidas como a revisão da carga horária, o ajuste de metas e a criação de ambientes mais saudáveis são fundamentais para reduzir os fatores de estresse.

Vale lembrar que não basta agir apenas quando os problemas surgem. O monitoramento contínuo, com revisões periódicas, pode ajudar a garantir que as ações adotadas tragam bons resultados para o bem-estar mental dos colaboradores, além de permitir ajustes sempre que necessário.

Tudo isso não se trata apenas de uma questão de conformidade legal, mas também de uma estratégia essencial para empresas que desejam garantir o bem-estar dos trabalhadores e, por consequência, a produtividade no ambiente de trabalho.

A mudança na NR-1 é um passo importante, mas seu sucesso dependerá da seriedade com que empregadores e gestores encararem essa nova responsabilidade. Afinal, prevenir ainda é o melhor remédio — para os trabalhadores e para os negócios.

Visão do Direito



Paulo Palhares
Advogado e cientista político, especialista em direito processual civil e mestre em direito da propriedade intelectual e concorrência

A complicada relação entre inteligência artificial e propriedade intelectual

O surgimento do DeepSeek, modelo de inteligência artificial chinês baseado em código aberto, lança um ataque frontal ao atual modelo de propriedade intelectual e desafia as estruturas regulatórias existentes. Se, por um lado, a IA aberta pode impulsionar a inovação e democratizar o acesso à tecnologia, por outro, também escancara as fragilidades dos sistemas jurídicos e econômicos que dependem da proteção da propriedade intelectual para manter seu equilíbrio. Vivemos um momento definidor, não apenas para a regulamentação da propriedade intelectual, mas para o próprio modelo de IA que prevalecerá.

A relação entre inteligência artificial e direitos autorais é complexa e paradoxal. Empresas como OpenAI e Meta (ex-Facebook) enfrentam processos judiciais movidos por jornais, escritores e outros titulares de direitos autorais, que reivindicam compensações pelo uso de seus conteúdos no treinamento de modelos de IA. A contradição fica evidente quando essas mesmas empresas defendem a flexibilização da propriedade intelectual para alimentar suas IAs, enquanto protegem rigidamente seus próprios códigos-fonte e modelos de negócio.

A legislação vigente ainda não está preparada para lidar com a IA generativa. No Brasil, a Lei de Direitos Autorais protege expressamente "criações do espírito humano", o que exclui, ao menos por ora, obras geradas exclusivamente por IA da proteção legal. Mas e quando há uma colaboração entre humano e máquina? Quem detém os direitos? Além disso, o uso massivo de dados protegidos para treinar essas IAs deveria ser considerado uma violação de direitos autorais?

Enquanto a IA levanta novos desafios jurídicos, ela também se tornou uma ferramenta essencial no combate à pirataria digital. Algoritmos avançados possibilitam o monitoramento e a detecção de plágio, o rastreamento de distribuidores ilegais e a identificação de padrões de comportamento criminoso no ambiente digital. Órgãos como a Ancine e a Anatel já utilizam tecnologias sofisticadas para monitorar e combater a pirataria on-line. Em uma ação recente, a Anatel desligou remotamente mais de dois milhões de dispositivos que violavam direitos autorais, demonstrando a eficácia dessas estratégias no enfrentamento da contrafação.

A pirataria digital continua sendo um dos maiores desafios para a proteção dos direitos autorais. No Brasil, medidas como a adesão à Convenção de Budapeste buscam fortalecer o combate aos crimes cibernéticos, harmonizando as legislações dos países-membros. Além disso, iniciativas interministeriais, envolvendo o Ministério do Trabalho e a Receita Federal, tentam não apenas coibir a pirataria, mas também reinserir trabalhadores da indústria da contrafação no mercado formal.

Entretanto, o jogo de gato e rato entre reguladores e infratores persiste. Falsificações cada vez mais sofisticadas dificultam a identificação de conteúdos ilegais, e novas estratégias surgem a cada dia para burlar as restrições impostas pelas autoridades. Nesse cenário, a inteligência artificial se apresenta como um ator central — tanto como ferramenta de proteção quanto como potencial ameaça ao atual modelo de direitos autorais.

O avanço da IA impõe a necessidade de adaptação das normas jurídicas. O DeepSeek pode ser um divisor de águas nesse debate, forçando uma reavaliação das políticas de propriedade intelectual. Se a tendência das IAs de código aberto se consolidar, podemos testemunhar uma transformação profunda nos modelos de negócio nos quais forem aplicadas. Por outro lado, se o modelo de IAs baseado em código fechado prevalecer, certamente haverá mudanças nas regras que hoje regulam a proteção de ativos intelectuais.

Além das discussões sobre direitos autorais e regulamentação, há também a questão econômica. Se modelos de IA forem treinados com conteúdos protegidos sem a devida compensação financeira aos criadores, a sustentabilidade das indústrias criativas pode ser comprometida. O risco de desvalorização do trabalho autoral é real e deve ser considerado na formulação de novas políticas públicas.

Diante desse cenário, o debate precisa avançar para garantir um equilíbrio entre liberdade, inovação e proteção da propriedade intelectual. Modelos mais transparentes e políticas de remuneração para titulares de direitos podem ser alternativas viáveis. Assim como o avanço tecnológico nunca foi contido, a regulamentação da IA precisa acompanhar sua evolução, garantindo que a criatividade humana continue sendo valorizada e respeitada.

A questão que se coloca é: em que medida o direito conseguirá acompanhar essa revolução tecnológica?

Visão do Direito



Guilherme Veiga
Doutorando pelo Ceub/DF. Mestre em direito. Especialista em direito constitucional internacional pela Universitá di Pisa, Itália. Advogado com atuação no STF e STJ

STJ fixa prazo para cobrança de royalties de cultivares

Você já ouviu falar em "cultivares"? Embora o termo pareça técnico, ele tem impacto direto no que chega à sua mesa todos os dias. Cultivares são variedades vegetais desenvolvidas por melhoristas — pesquisadores ou empresas — que investem tempo e recursos para criar plantas mais produtivas, resistentes a pragas ou adaptadas a diferentes climas. Exemplos comuns incluem novos tipos de soja, milho e arroz. Para proteger esse esforço, a Lei nº 9.456/1997 garante aos criadores dessas variedades o direito exclusivo de explorá-las comercialmente por um período determinado.

Na prática, isso significa que um agricultor que deseja plantar determinada cultivar precisa de autorização formal, por meio de contrato de licenciamento. Em troca, paga royalties — valores cobrados pelo uso da tecnologia embutida naquela semente. Mas o que acontece quando esse pagamento não é feito? Qual o prazo que o criador da cultivar tem para cobrar judicialmente o valor devido?

Essa foi a discussão enfrentada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Recurso Especial nº 1.837.219/SP, julgado pela Terceira Turma sob relatoria do ministro Ricardo Villas Bôas Cueva. O caso envolvia a cobrança de royalties atrasados, sem que a Lei de Cultivares especificasse um prazo para essa cobrança. Coube, então, ao STJ decidir qual regra aplicar.

De um lado, argumentava-se que, na ausência de prazo na lei específica, deveria ser aplicado o prazo geral de 10 anos, previsto no artigo 205 do Código Civil. De outro, sustentava-se a aplicação do artigo 206, § 5º, I, que fixa em cinco anos o prazo para cobrar dívidas líquidas, ou seja, aquelas cujo valor está definido em contrato.

O STJ acolheu a segunda tese: o prazo de prescrição para cobrar royalties pelo uso de cultivares licenciadas é de cinco anos, contados a partir do momento em que o titular do direito tiver ciência da inadimplência. O fundamento foi que os contratos de licenciamento geralmente estipulam com clareza os valores e as formas de pagamento dos royalties, caracterizando uma dívida líquida nos termos da lei civil.

A decisão é relevante porque oferece segurança jurídica para empresas, cooperativas e produtores envolvidos no licenciamento de sementes. Além disso, serve de alerta: quem tem royalties a receber deve agir dentro do prazo, sob pena de ver seu direito extinto pela prescrição.

O julgamento também reforça a importância de contratos bem redigidos, com cláusulas claras sobre os valores a serem pagos, periodicidade, forma de cobrança e consequências do inadimplemento. E demonstra como o Judiciário vem atuando para integrar leis especiais, como a de proteção de cultivares, às normas gerais do Código Civil.

Em um setor estratégico como o agronegócio, em que a inovação genética e a proteção da propriedade intelectual são motores de crescimento, decisões como essa contribuem para garantir previsibilidade e equilíbrio nas relações entre obtentores e agricultores. O entendimento firmado pelo STJ valoriza os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, sem desconsiderar os limites legais para o exercício do direito à cobrança.

Visão do Direito



Beatriz Esteves
Advogada criminalista no escritório Avelar Advogados

Absolvição de Daniel Alves e o sentimento de injustiça nas redes

Daniel Alves foi absolvido pelo Tribunal de Justiça da Catalunha da condenação de quatro anos e seis meses por suposto estupro contra uma mulher em uma boate em Barcelona, no ano de 2022. De acordo com o Tribunal, não existem provas suficientes para a condenação do jogador. Na Espanha, a ministra da Igualdade, Ana Redondo, afirmou que jamais questionarão o Judiciário, mas lamentou que a decisão possa transmitir uma mensagem equivocada às mulheres vítimas de agressão sexual no país.

No Brasil, não parece haver a mesma preocupação com o respeito às decisões judiciais. A decisão foi duramente criticada nas redes sociais. Comentários como "homens protegendo homens", "o dinheiro compra tudo", "o cara mudou a versão várias vezes e a falta de credibilidade está na versão da mulher" dominaram as publicações sobre a notícia.

O problema das redes sociais é que elas transformam temas extremamente complexos em frases de efeito, que no fim representam apenas um cansaço generalizado com as injustiças — sejam elas decorrentes de uma punição excessiva, sejam da ausência de qualquer punição.

O caso da cabeleireira com dois filhos que pichou a estátua do Supremo Tribunal Federal com batom e permaneceu presa por mais de um ano, preventivamente, é um exemplo claro do sentimento de injustiça gerado por uma punição excessiva. Não faltaram comentários — inclusive, por parte da esquerda — sobre a desproporcionalidade da medida e a falta de individualização da conduta.

Por sua vez, a notícia da absolvição de Daniel Alves gerou o sentimento de injustiça motivado pela ausência de punição. O caminho mais fácil parece ser esbravejar esse sentimento pelas redes sociais — ainda que a maioria das pessoas sequer tenha lido uma página da decisão criticada.

Entre os poucos que se debruçaram minimamente sobre o tema antes de comentar, destaca-se a análise feita pelo professor Aury Lopes Jr. em sua conta no Instagram, na qual foram apontados aspectos técnicos importantes que levaram à absolvição do jogador.

Em primeiro lugar, a decisão do Tribunal da Catalunha foi proferida por um colegiado composto por três mulheres e um homem. Assim, é difícil sustentar que Daniel Alves foi absolvido por estar sendo protegido por homens. Em segundo lugar, ele não foi absolvido em troca de dinheiro. A multa de 1 milhão de euros (cerca de 5,4 milhões de reais à época) foi paga como condição para a concessão da liberdade provisória enquanto aguardava o julgamento.

Daniel ficou preso por 1 ano e 2 meses e, caso tivesse sido condenado, ainda teria de cumprir o restante da pena de 4 anos e 6 meses. Nenhum valor foi pago em razão da recente absolvição.

Quanto às mudanças nas versões ao longo do processo, é verdade que Daniel Alves alterou seu depoimento. Inicialmente, afirmou que não conhecia a vítima. Posteriormente, admitiu que se envolveu com a jovem de forma consensual.

Essa mudança causa uma péssima impressão sobre o investigado — o que pode ter ocorrido por medo ou até por falta de aconselhamento jurídico adequado no início do caso —, mas não representa, necessariamente, uma confissão de culpa.

No caso, o Tribunal também identificou mudanças e incongruências no depoimento da vítima. Embora ela tenha negado a prática de sexo oral, foi encontrado DNA do acusado em sua boca, o que indica a ocorrência de felação. Além disso, foram apontadas inconsistências quanto à dinâmica da relação sexual e ao momento em que teria ocorrido a suposta violência, como o ato de jogá-la no chão.

Na decisão, o Tribunal faz uma importante distinção entre credibilidade e confiabilidade: "credibilidad responde a una creencia subjetiva, que no se puede contrastar, asociado a quien presta la declaración; la fiabilidad, en cambio, afecta a la declaración misma".

O objetivo da decisão não é diminuir ou descredibilizar a palavra da vítima, mas sim, destacar a necessidade de elementos de corroboração que confirmem aquilo que está sendo alegado.

Não se discute que a palavra da vítima possui especial relevância e valor probatório, especialmente em crimes que envolvem violência sexual — entendimento consolidado também na jurisprudência brasileira.

Contudo, é necessário que a palavra da vítima esteja em consonância com os demais elementos de prova, sob pena de se confundir indevidamente credibilidade — crença subjetiva — com confiabilidade — correspondência entre o depoimento e a realidade.

A palavra da vítima, isolada no contexto probatório, não pode fundamentar uma condenação. Havendo dúvida razoável sobre a ocorrência dos fatos, aplica-se o princípio do in dubio pro reo.

Não se sabe se Daniel Alves cometeu ou não algum crime. O que o Tribunal concluiu foi que não há provas suficientes para condená-lo. E aqui voltamos aos sentimentos de injustiça.

O que é mais injusto: não punir um culpado ou punir um inocente? Para a massa das redes sociais, talvez seja a primeira opção. Mas enquanto vigorar o princípio da presunção de inocência, eu escolho a segunda.



Visão do Direito



Juliana Marteli
Sócia do Loeser e Hadad Advogados e especialista em contencioso estratégico

Mudanças no Código Civil podem impactar os contratos digitais

O projeto de lei que altera o Código Civil, em tramitação no Senado, pode trazer mudanças significativas para as relações contratuais, especialmente no ambiente digital. Entre as principais inovações, está a inclusão do artigo 422-A, que estabelece que "os princípios da confiança, da probidade e da boa-fé são de ordem pública e sua violação gera o inadimplemento contratual". A proposta prevê que o descumprimento desses princípios poderá levar à resolução ou rescisão dos contratos, algo que não está expressamente previsto na legislação atual.

Para a advogada Juliana Marteli, sócia do Loeser e Hadad Advogados e especialista em contencioso estratégico, a mudança reforça a segurança jurídica em um momento em que os contratos digitais ganham cada vez mais espaço. "A proposta consolida entendimentos já adotados pela jurisprudência, como o do STJ, que reconhece a violação da boa-fé como causa para a resolução contratual. No ambiente digital, isso ganha ainda mais relevância, pois muitas relações são automatizadas e desequilibradas", explica.

Impacto nos contratos eletrônicos

Os contratos digitais, celebrados por meio de plataformas de e-commerce e outros serviços on-line, representam hoje uma parcela significativa das transações comerciais. De acordo com o Enunciado 173 do Conselho da Justiça Federal, a formação desses contratos se completa com a recepção da aceitação pelo proponente. No entanto, a falta de transparência em cláusulas complexas ou a má-fé na execução desses acordos ainda gera muitas disputas judiciais.

Com a nova redação, empresas que operam nesse ambiente terão que garantir maior clareza nos termos contratuais, adotando linguagem acessível (plain language) e design intuitivo. "A elevação desses princípios a normas de ordem pública significa que as plataformas digitais terão responsabilidade direta por falhas que prejudiquem o consumidor, seja por informações insuficientes, erro no design, seja falta de transparência", afirma Marteli.

STJ sinalizou nessa direção

O Superior Tribunal de Justiça já vinha adotando esse entendimento em suas decisões. Em 2022 (REsp 1944616), a ministra Nancy Andrighi destacou que "o descumprimento de deveres laterais, decorrentes da boa-fé, pode levar à resolução do contrato se comprometer o interesse do credor".

Para a especialista, a mudança no Código Civil vai além de uma simples atualização: "É um avanço na proteção das relações contratuais em ambiente digital, especialmente para partes hipossuficientes, como consumidores. Ao mesmo tempo, impõe um padrão mais rigoroso de conduta para as empresas, que precisarão revisar seus processos para evitar riscos legais".

Por fim, a especialista destaca que o projeto de lei ainda está em trâmite no Congresso, mas "se aprovado, deverá influenciar diretamente a forma como os contratos são elaborados, celebrados e executados no Brasil, especialmente no crescente mercado digital".

Visão do Direito



Jacqueline Valadares
Delegada de polícia, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp)



Mário Leite de Barros Filho
Delegado de polícia, assessor jurídico institucional do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp)

Polícia Civil de SP: pilar da segurança pública e patrimônio bandeirante

A Polícia Civil paulista celebrou recentemente 183 anos de história e protagonismo como um dos pilares da Segurança Pública bandeirante. A instituição tem como marco de seu nascimento a data de 3 de abril de 1842, quando o conselheiro Rodrigo Antônio Monteiro de Barros tomou posse como o primeiro chefe de Polícia da então Província de São Paulo.

Outro momento decisivo dessa trajetória ocorreu em 1905, com a criação da Polícia Civil de Carreira, pelas mãos do então presidente do Estado (como se denominava à época o cargo de governador), Jorge Tibiriçá. A iniciativa teve como objetivo fortalecer a segurança da população e garantir uma atuação mais técnica e profissionalizada dos agentes da lei.

Ao completar 183 anos em 2025, com toda sua relevância histórica e social, a Polícia Civil paulista volta a estar em pauta em um momento de extrema importância. O Governo do Estado de São Paulo se prepara para encaminhar à Assembleia Legislativa (Alesp) o projeto que regulamenta, no âmbito estadual, a Lei Federal nº 14.735, de 23 de novembro de 2023, que instituiu a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis.

A proposta visa estabelecer a nova Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de São Paulo, com a definição de direitos, deveres e prerrogativas dos agentes civis, além de assegurar, em tese, melhores condições de trabalho aos profissionais lotados na instituição, em seus diversos setores e funções.

Embora possa parecer uma medida voltada, exclusivamente, aos integrantes dessa força de segurança, seus impactos se estendem a toda a sociedade. Isso porque uma polícia valorizada e bem estruturada resulta na prestação de um serviço mais eficiente, o que beneficia diretamente a população, que clama — não de hoje — por acolhimento e defende o combate à criminalidade.

Além disso, a criação de uma Lei Orgânica moderna e justa pode influenciar a legislação de outros estados, dado que a Polícia Civil bandeirante é, frequentemente, adotada como referência nacional. Dessa forma, a medida não apenas fortalece a instituição paulista, mas também contribui para o aperfeiçoamento da Polícia Judiciária em todo o Brasil.

É importante considerar, por outro lado, as preocupações quanto à possibilidade de restrição de direitos e prerrogativas dos policiais civis — o que poderia comprometer a atuação da instituição, especialmente no que se refere à investigação criminal. Limitações nesse campo podem enfraquecer a capacidade da Polícia no combate ao crime e na garantia da proteção aos cidadãos.

Diante desse cenário, é fundamental reconhecer que a Polícia Civil não pertence apenas aos seus integrantes, mas à sociedade paulista como um todo. A instituição é, portanto, um patrimônio do estado de São Paulo e um elemento essencial para a manutenção da ordem e da Justiça.

A criação de uma Lei Orgânica compatível com as tradições e os desafios da Polícia Civil paulista representa uma conquista não apenas para seus servidores. Trata-se de uma medida fundamental para a sociedade. A iniciativa tende a valorizar os profissionais da segurança pública, ao mesmo tempo em que constitui um importante legado para o futuro da Segurança Pública em solo bandeirante.

Visão do Direito



Luiz Augusto Rutiz
Advogado criminalista

Existe vida fora dos extremos: como manter a coerência no caso do dia 8/1

A mídia tem dado grande destaque à sessão do STF que recebeu a denúncia oferecida contra o ex-presidente. Diante do que assistimos nos últimos dias, tenho a impressão de que vivemos em um looping no qual as maiores vítimas são o devido processo legal e a coerência.

Antes de entrar na dinâmica desse looping, preciso ser honesto com o leitor acerca de duas premissas. Primeiro, como cidadão, acredito que Bolsonaro tentou dar um golpe de Estado. Acredito que existem várias evidências nesse sentido e que ele só não conseguiu por circunstâncias alheias à sua vontade (felizmente). Segundo, como advogado, acredito que o processo no qual ele é acusado é marcado por uma série de nulidades que restringem o exercício constitucional de seu direito de defesa. Por incrível que pareça, é possível que esses dois aspectos coexistam. Certamente, eles coexistiram na Operação Lava- Jato.

Parafraseando um dos colegas que falou no STF, é terraplanismo argumentativo dizer que a Operação Lava-Jato não revelou dados concretos de uma corrupção endêmica no funcionamento da República. Do mesmo modo, ficou comprovado que vários dos métodos empregados pelos grandes atores da investigação eram ilegais. E aqui entra o looping.

Durante anos, quem criticava os métodos ilegais empregados na Lava-Jato era taxado de conivente com a corrupção. Agora, quem critica os excessos cometidos pelo STF é taxado de conivente com a extrema-direita.

Defender o devido processo legal é a melhor forma de garantir que os culpados sejam punidos pelos crimes que cometeram. Isso porque a Lava-Jato provou que, quando os ventos políticos mudam, o desrespeito às regras do jogo — ignorado durante anos — passa a servir de justificativa para um desmonte generalizado das conclusões jurídicas, em uma tentativa de reescrever a história.

Quem tem medo de que isso aconteça no caso do ex-presidente deveria ser o maior defensor de que, aos acusados de envolvimento nos atos do dia 8/1, sejam conferidas todas as garantias constitucionais. Do contrário, quando o vento mudar, pode-se querer reescrever a história novamente.

Se o devido processo legal está ferido, a coerência agoniza ao seu lado.

Quem criticava a Operação Lava-Jato deveria fazer o mesmo em relação a uma série de procedimentos adotados pelo STF ao tratar dos atos antidemocráticos, pois diversos aspectos aproximam a atuação dos julgadores de cada caso.

Em ambos, vimos uma atuação acusatória por parte de quem deveria julgar, bem como uma ampla concentração de diversos fatos em um único juiz. Além disso, as dificuldades de acesso às provas, que eram conhecidas em Curitiba, também marcam a condução no STF.

Então, por que não se ouvem as mesmas críticas, com o mesmo volume, e com a mesma veemência, vindas dos mesmos personagens? Porque, agora, ficamos assustados com o que vimos no dia 8/1 e com o que descobrimos ao longo da investigação. Eu sei que eu fiquei.

A questão é que, nessa hora, é preciso lembrar do que diz o ministro Marco Aurélio: “Existe um preço a ser pago por viver em um Estado Democrático de Direito, que é o respeito ao devido processo legal. Ou seja, não se pode flexibilizar as regras da vida democrática a pretexto de garantir a continuidade democrática. Discordar disso é ignorar dois pontos fundamentais.”

Pau que bate em Chico bate em Francisco. Hoje, quem tem seu direito limitado é o inimigo; amanhã, pode ser o amigo. Está aí a Lava-Jato para provar esse argumento.

Além disso, o direito é um sistema. Flexibilizações de garantias legais para determinado grupo nunca se limitam a ele. Elas se expandem, atingem situações não previstas, e o que era excepcional torna-se regra.

Quem viu Lula sendo conduzido coercitivamente por Moro de forma ilegal não imagina a quantidade de juízes Brasil afora que se inspiraram no exemplo do atual senador.

Por tudo isso, acredito que o caminho seguro para a construção de uma sociedade mais democrática passa pelo pedágio obrigatório do respeito ao devido processo legal. Isso pode implicar retrocessos no caso contra Bolsonaro? Claro que sim.

Se esse for o caso, paciência: esse é um preço que estou disposto a pagar para viver em uma democracia.



Flávio Molinari
Sócio da área tributária do Collavini Borges Molinari

Consultório jurídico

Quais são os impactos do tarifaço na fragilização dos regimes jurídicos multilaterais?

O tarifaço promovido por grandes economias representa mais do que uma inflexão política: trata-se de uma ameaça direta ao sistema multilateral de comércio estruturado pelo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Desde 1947, esse sistema consagrou princípios como a previsibilidade tarifária, a transparência e o tratamento equitativo entre os membros. A imposição unilateral de tarifas, sem base nas exceções previstas no acordo, fragiliza esses pilares e compromete a segurança jurídica do comércio internacional.

No campo do direito do comércio internacional, as tarifas exercem papel central, como instrumentos de intervenção estatal, com potencial para redirecionar fluxos comerciais, afetar cadeias produtivas e reconfigurar estratégias de inserção internacional. Quando utilizadas fora dos parâmetros multilaterais, deixam de ser mecanismos legítimos de política econômica para se transformarem em barreiras geopolíticas. Essa distorção afeta diretamente o Brasil, cuja pauta exportadora é fortemente concentrada em produtos primários e depende do acesso estável e previsível a mercados externos, especialmente os das grandes economias.

Além disso, o Brasil, como membro da OMC e signatário do GATT, vê-se duplamente impactado: por um lado, como exportador sujeito à elevação de tarifas sobre bens estratégicos, como aço, alumínio e commodities agrícolas; por outro, como país em desenvolvimento que aposta no fortalecimento do sistema multilateral para garantir espaço de voz e proteção jurídica nas disputas internacionais.

No entanto, a fragilização do multilateralismo também pode abrir espaço para oportunidades de curto prazo: em um cenário de rearranjos estratégicos, o Brasil pode buscar acordos bilaterais seletivos que ampliem o acesso a mercados específicos ou reforcem alianças econômicas regionais. O desafio está em transformar essas oportunidades em ganhos sustentáveis, sem comprometer o compromisso de longo prazo com uma ordem internacional baseada em regras.



Visão do Direito



Souza Prudente
Desembargador federal aposentado. Mestre e doutor em direito ambiental e pós-doutor em direitos humanos

Direito fundamental à saúde dos povos indígenas do Brasil

A saúde, como garantia fundamental assegurada em nossa Carta Magna, é direito de todos e dever do Estado, sendo garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos, bem como ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (artigo 196 da Constituição Federal).

Nesse mesmo sentido, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas afirma que "os povos indígenas têm direito a suas próprias medicinas tradicionais e a manter suas práticas de saúde, bem como a desfrutar do mais alto nível possível de saúde, e os Estados devem tomar as medidas necessárias para atingir progressivamente a plena realização deste direito" (artigo 24).

Com efeito, mostra-se totalmente inadmissível a protelação administrativa em operacionalizar o acesso dos referidos indígenas ao Sistema Único de Saúde – SUS, considerando-se a essencialidade do bem jurídico pretendido. Impõe-se, na espécie, a intervenção do Poder Judiciário Republicano para assegurar o direito à saúde e à vida das comunidades indígenas, que se encontram constitucionalmente tuteladas (CF, arts. 5º, XXXV, e 231, caput e § 3º), não havendo que se falar em afronta ao princípio da separação de Poderes.

Por outro lado, a simples existência de política pública especial voltada à atenção à saúde da população indígena não exime o Poder Público de efetivamente proporcionar o exercício do direito constitucional à saúde integral, gratuita e incondicional das comunidades indígenas no Brasil, bem como em todo o planeta.

Ademais, cumpre destacar que, na inteligência jurisprudencial do egrégio Supremo Tribunal Federal, "a cláusula da reserva do possível — que não pode ser invocada, pelo Poder Público, com o propósito de fraudar, de frustrar e de inviabilizar a implementação de políticas públicas definidas na própria Constituição — encontra insuperável limitação na garantia constitucional do mínimo existencial, que representa, no contexto de nosso ordenamento positivo, emanação direta do postulado da essencial dignidade da pessoa humana.

A noção de 'mínimo existencial', que resulta, por implicitude, de determinados preceitos constitucionais (CF, art. 1º, III, e art. 3º, III), compreende um complexo de prerrogativas cuja concretização revela-se capaz de garantir condições adequadas de existência digna, em ordem a assegurar à pessoa o acesso efetivo ao direito geral de liberdade e, também, a prestações positivas originárias do Estado, viabilizadoras da plena fruição de direitos sociais básicos, tais como o direito à educação, o direito à proteção integral da criança e do adolescente, o direito à saúde, o direito à assistência social, o direito à moradia, o direito à alimentação e o direito à segurança." (ARE 639337 AgR, Relator: min. Celso de Mello, Segunda Turma, julgado em 23/08/2011, DJe-177 Divulg 14-09-2011 Public 15-09-2011 Ement Vol-02587-01 PP-00125).

Em tempos de epidemia global do coronavírus, todos os seres vivos (por óbvio, também as comunidades indígenas do Brasil e do planeta Terra) têm direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, com a preservação de seus ecossistemas, essenciais à sadia qualidade de vida. O Poder Público (inclusive, o Poder Judiciário) e a coletividade devem defendê-los e preservá-los para as presentes e futuras gerações (CF, art. 225, caput), no combate constante ao ecocídio socioambiental, transfronteiriço e intergeracional.

Nesse propósito, busca-se, sobretudo, a implantação e o fortalecimento do Estado de direito ambiental, assim proclamado na Declaração Mundial da União Interamericana para a Conservação da Natureza (IUCN), na conclusão do Congresso Mundial de Direito Ambiental, realizado na cidade do Rio de Janeiro (Brasil), entre os dias 26 e 29 de abril de 2016, do qual resultaram princípios gerais e emergentes para promover e alcançar a justiça ambiental, merecendo destaque, entre outros, o seguinte:

Princípio 8 — Equidade intergeracional: "A geração atual deve garantir que a saúde, a diversidade, as funções ecológicas e a beleza estética do meio ambiente sejam mantidas ou restauradas, de modo a fornecer acesso equitativo aos seus benefícios para cada geração sucessiva".



Andressa Romero
Especialista em direito patrimonial e sucessório

Consultório jurídico

Por que vale a pena fazer um planejamento sucessório e proteger seus bens em vida? Qual é o primeiro passo?

Muitas podem ser as respostas para essa pergunta; porém, a resposta certa — ou ideal — depende da prioridade da família que pensa em um planejamento sucessório. Se a maior preocupação for o bem-estar da família e a prevenção de conflitos futuros, o planejamento sucessório é uma decisão sábia. Transmitir o patrimônio de forma organizada, conforme a vontade dos pais e atendendo aos anseios dos filhos, pode evitar inventários longos e onerosos, além de preservar a sagrada paz familiar.

Se a prioridade for a manutenção do legado construído ao longo de anos de trabalho, o planejamento sucessório é o ponto de partida para viabilizar não apenas a sucessão do patrimônio, mas também a formação de verdadeiros sucessores. Porém, se a economia tributária for o foco principal, o planejamento — mais do que nunca — é uma necessidade, visto que as mudanças na tributação, trazidas pela reforma tributária (ainda que parcialmente pendentes de regulamentação), tornarão a sucessão mais dispendiosa.

E se a família reunir, de forma simultânea, todas as prioridades mencionadas? Nesse caso, o planejamento sucessório deixa de ser apenas uma escolha estratégica — torna-se uma urgência inevitável.

A transformação pela qual passa o país não esperará, tampouco perdoará aqueles que ainda não encaram o planejamento sucessório como um investimento para o bem-estar e o futuro financeiro da família.

Primeiro, é preciso estabelecer prioridades, entender as relações interfamiliares e, claro, buscar a orientação de um profissional especializado em planejamento sucessório, a fim de traçar um plano seguro e eficaz que atenda às necessidades de cada família em particular.

DIÁRIOS ASSOCIADOS D.A | **Diretora de Redação:** Ana Dubeux; **Edição:** Ana Maria Campos; **Repórter**: Maria Eduarda Lavocat; **Diagramação:** Arthur Filho; **Arte e Ilustrações:** Kleber Sales

Eufrázio

CORREIO BRAZILIENSE

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 17 de abril de 2025

Para anunciar ▸ 3342-1000

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA | 2 IMÓVEIS ALUGUEL | 3 VEÍCULOS | 4 CASA & SERVIÇOS | 5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES | 6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1 IMÓVEIS COMPRA E VENDA

1.1 Apart Hotel
1.2 Apartamentos
1.3 Casas
1.4 Lojas e Salas
1.5 Lotes, Áreas e Galpões
1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

INVEST FLAT VENDE
BIARRITZ FLAT apto 1qto com 66m², 16 andar. 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

VISION HPLUS 37m² 12 andar nascente vista definitiva de toda esplanada dos Ministérios, todo mobiliado, vaga de garagem. Sem interferência de Corretor R$560.000,00. Tr: Whatsapp (61) 98175-1946

INVEST FLAT VENDE
BIARRITZ FLAT apto 1qto com 66m², 16 andar. 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

VISION HPLUS 37m² 12 andar nascente vista definitiva de toda esplanada dos Ministérios, todo mobiliado, vaga de garagem. Sem interferência de Corretor R$560.000,00. Tr: Whatsapp (61) 98175-1946

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

MEU IMÓVEL IMOB
LUGARCERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS



VENHA FAZER O melhor Negócio ! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços c/ relatos, fazemos inventários,, despachante, departamento jurídico. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado há 25 anos. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br :

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
R DAS PITANGUEIRAS Apto 2 qtos 53m2 1 su çite 1 vaga 99418-8477 cj21694

SORAYA CORRETORA
LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

TRATO FEITO IMÓV
R DAS PITANGUEIRAS Apto 2 qtos 53m2 1 su çite 1 vaga 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV
R DAS PITANGUEIRAS Apto 2 qtos 53m2 1 su çite 1 vaga 99418-8477 cj21694

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

ASA NORTE

QUITINETES

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

MIRANDA CORRETOR Area Comercial A.Norte 25 Anos Experiência. 98121-2023 c8827

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui:lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
106 NORTE 154m2 3qts 3 banheiros, 1 vaga. área nobre de Bsb 98313-0206 cj5179

SR. IMÓVEIS CJ 9417

SGAN 708 Bloco P 3qts (sendo 01 suíte), vazado,4 andar,reformadíssimo, 135m2. Aceito 2qts no Noroeste. 99109-6160 3042-9200 cj9417 Sr. Imóveis

SR. IMÓVEIS CJ 9417

COMPRO PAGO à vista 102 / 416 3qts nascente vazado para cliente. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

1.2 ASA NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
110 NORTE Luxuoso Res. Caravelas 4qts 238m2 Alto padrão, canto c/ 3 vagas 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA SUL

1 QUARTO



INVEST FLAT VENDE
PARK SUL excelente apto 1 qto 50m2 . Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

3 QUARTOS

315 SQS Vdo Apto 03 qtos, suíte, gar andar alto. ›timo Preço! Tr: 61 99983-1953 Creci 3149

SR. IMÓVEIS CJ 9417

COMPRO PAGO à vista 102/ 416 3qts nascente vazado para cliente. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

COMPRO URGENTE
PARA CLIENTES 2, 3 4qts Asa Sul/Asa Norte 61 99842-6366 c3594

4 OU MAIS QUARTOS

****PARTICULAR****
312 SQS, 04 qtos, 04 suítes, reformado, mobiliado, área 450m², 2gar. Tr: 61 99985-8313

****PARTICULAR****
312 SQS, 04 qtos, 04 suítes, reformado, mobiliado, área 450m², 2gar. Tr: 61 99985-8313

1.2 CRUZEIRO

CRUZEIRO

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PLANO EMPREEND.
QD 1201 Bairro novo 63m2, 3qts 1 suite 2 banhs Reformado c/ elevador 3032-7700 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
QD 1201 Bairro novo 63m2, 3qts 1 suite 2 banhs Reformado c/ elevador 3032-7700 98313-0206 cj5179

GUARÁ

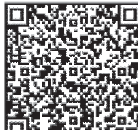
2 QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
AE 02 SRIA Guará II Resid Via Boulevard vdo Apto de canto 56,24m2 ár útil cj5211 3322-3443

J RIBEIRO VENDE
AE 02 Dolce Vitta cobertura linear, 152m2 CJ 5211. Tr: 3322-3443

J RIBEIRO VENDE
AE 02 SRIA Guará II Resid Via Boulevard vdo Apto de canto 56,24m2 ár útil cj5211 3322-3443

ADELSON IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

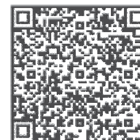


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 GUARÁ

3 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

LAGO NORTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
CA 08 apto 3qtos 228m² cond fechado 98311-5595 c/19540

NOROESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

4 OU MAIS QUARTOS

PARTICULAR
SQNW 108 4qts 4 suites 3 garagens c/ lazer completo . Falar direto c/ proprietário. (61) 98345-4243 Somente pelo whatssapp

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 SAMAMBAIA

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SANTA MARIA

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 400 Res Porto Pilar Apto Garden 2 qtos, 1 vaga, 72m2 área de lazer. 99562-4472 cj25698

MEU IMÓVEL IMOB
QD 400 Res Porto Pilar Apto Garden 2 qtos, 1 vaga, 72m2 área de lazer. 99562-4472 cj25698

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qtos 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

COMPRO URGENTE
PARA CLIENTES 2, 3 4qts Sudoeste/Noroeste 61 99842-6366 c3594

4 OU MAIS QUARTOS

SQSW 103 4qts 2stes gar 159m2 útil cob.colet Tr.99981-9390 c4371

1.2 TAGUATINGA

TAGUATINGA

2 QUARTOS

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

VALPARAÍSO

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
PARQUE ESPLANADA apto 2qtos sala banh coz planejda c/elevador Tr: 3033-3865 cj21229

INVEST FLAT VENDE
PARQUE ESPLANADA apto 2qtos sala banh coz planejda c/elevador Tr: 3033-3865 cj21229

INVEST FLAT VENDE
PARQUE ESPLANADA apto 2qtos sala banh coz planejda c/elevador Tr: 3033-3865 cj21229

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395

OS MELHORES IMOVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU INVESTIR EM GOIÂNIA?

TENHO AS MELHORES OPÇÕES PRA VOCÊ!



(62) 98280-1111

1.3 ÁGUAS CLARAS

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

3 QUARTOS

QD 02 Casa 445m² em Brasília/DF, (direitos), Terreno 800m², trecho 1, Q. 2, Conj. 9, SHPV. Inicial R$ 600.000,00 (Parcelável) deonizialeiloes.com.br 0800-707-9272

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

1.3 CEILÂNDIA

CEILÂNDIA

4 OU MAIS QUARTOS

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA
VENHA FAZER O melhor Negócio ! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços c/ relatos, fazemos inventários,, despachante, departamento jurídico. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado há 25 anos. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br :

1.3 GUARÁ

GUARÁ

3 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QE 26 3 qtos laje lote 200m2, 180m2 construída R$ 850.000. Ac financ 99985-7115 c1533

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QE 38 sobradão 4qtos 2 stes 300m2 ar construída arms 2gar. Ac financ 99985-7115 c1533

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

1.3 LAGO SUL

LAGO SUL

4 OU MAIS QUARTOS

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA
VENHA FAZER O melhor Negócio ! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços c/ relatos, fazemos inventários,, despachante, departamento jurídico. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado há 25 anos. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br :

1.3 NÚCLEO BANDEIRANTE

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suite 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 05 SHA, 3 qtos, 2 suítes, lote 340m2, casa 280m2, reformada 4 vgs 995624472 cj25698

MEU IMÓVEL IMOB
QD 05 SHA, 3 qtos, 2 suítes, lote 340m2, casa 280m2, reformada 4 vgs 995624472 cj25698

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

QD 18 Belíssima 4stes moderna lazer completo 98199-6100 c12388

1.3 SOBRADINHO

SOBRADINHO

2 QUARTOS

PEDRO JÚNIOR
ESCRITÓRIOIMOBILIÁRIO. Os melhores imóveis estão aqui! lugarcerto.com.br

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

PEDRO JR C1278 VENDE
QD 02 casa 120m2 3 qtos, 1 suíte, 2 vagas 98481-4268/ 3591-1306

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

1.3 TAGUATINGA

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA
VENHA FAZER O melhor Negócio ! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços c/ relatos, fazemos inventários,, despachante, departamento jurídico. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado há 25 anos. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br :

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

MEU IMÓVEL IMOB
R 03 Casa 4 qtos laje suíte closet piscina lote 805m2. Contato: 99562-4472 cj25698

MEU IMÓVEL IMOB
R 05 Recanto Mineiro casa 5 qtos 3 suítes 5 vagas 450m2 , piscina Tr: 99562-4472 cj25698

MEU IMÓVEL IMOB
R 03 Casa 4 qtos laje suíte closet piscina lote 805m2. Contato: 99562-4472 cj25698

1.4 ASA SUL

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA SUL

SR. IMÓVEIS CJ 9417
CLS 310 Vendo Excelente loja com 105 metros c/ 03 pisos alugadas por R$ 5.670,00 inquilino com mais de 10 anos . › tima oportunidade. Ligue e confira: 99109-6160 3042-9200 cj9417 Sr. Imóveis

SR. IMÓVEIS CJ 9417
CLS 414 Vendo Excelente loja alugada, c/ térreo subsolo sobreloja 250m2, reformada . Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

GUARÁ

ADELSON IMÓVEIS
AE 02 prédio comerc/ resid 2lj + 2ap lt 200m2 R$1.050.000, ac cs Guará Tr.99857115 c1533

LEILÃO DE IMÓVEL

REGIDO PELA LEI 9.514/97 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
(CREDORA FIDUCIÁRIA: ECAP ENGENHARIA LTDA)

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na Junta Comercial do DF sob o nº 33, devidamente autorizado, torna público que realizará no dia **24/04/2025** às 11:00h, pelo lance mínimo de R$ 435.986,67 (quatrocentos e trinta e cinco mil novecentos e oitenta e seis reais e sessenta e sete centavos) calculado na forma do art. 27, §1º da Lei 9.514/97, ou, em não havendo licitante, dia **25/04/2025** às 11:00h, pelo lance mínimo de R$ 334.215,77 (trezentos e trinta e quatro mil duzentos e quinze reais e setenta e sete centavos) calculado na forma do art. 27, §§ 2º e 3º da Lei 9.514/97, Leilão Público Extrajudicial do(a) **Unidade Autônoma nº 25 do Conjunto 03, Condomínio Residencial Le Jardin 1, Lote nº 01, Quadra C-2, Setor Habitacional Tororó, Brasília-DF, com área de terreno de 400,45 m2**, com matrícula no 2º CRI do DF sob o nº 162.021, oriundo(a) de consolidação de propriedade em favor de ECAP ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 05.945.467/0001-28, por força de Escritura Pública de Compra e Venda com Alienação Fiduciária em Garantia, celebrado entre a Credora Fiduciária e CLÁUDIO ALVES DE AMURIM, portador(a) da CNH nº03973969730 Detran/DF e CPF nº 356.441.228-08 e sua mulher VERÔNICA GOMES TIRAPELLI, portador(a) da CNH nº 07234352738 Detran/DF e CPF nº 316.761.168-50, tendo sido o(a)(s) devedor(a)(es) fiduciante(s) devidamente constituído(a)(s) em mora. A venda será feita à vista, a quem maior lance oferecer, respeitados os valores mínimos acima descritos, acrescidos de 5% (cinco por cento) de comissão do Leiloeiro. Os débitos de IPTU/TLP e Taxas Condominiais cujos vencimentos ocorram até o dia 25/04/2025 correrão por conta da Credora Fiduciária. O imóvel encontra-se sem qualquer construção. Caberá ao arrematante o pagamento dos emolumentos cartoriais e impostos (ITBI) decorrentes da lavratura e do registro da Escritura Pública de Compra e Venda. **O leilão será realizado de forma exclusivamente eletrônica através do portal WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR.** Fica(m) o(a)(s) devedor(a)(es) fiduciante(s), por este edital, desde já intimado(a)(s) das referidas datas.

Capital Leilões®
Leilões Judiciais e Extrajudiciais

Edital completo, Fotos e Certidão de Ônus do imóvel disponíveis no site **WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR** ou pelos tels. (61) 3552-4847 e (61) 9968-6566.

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO
Leiloeiro Público Oficial

PESTANA® LEILÕES

LEILÃO ONLINE | CASA EM TAGUATINGA/DF
Participe em pestanaleiloes.com.br

bradesco

Liliamar Pestana Gomes, Leiloeira Oficial, JUCISRS 168/00, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada por Banco Bradesco S/A., inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá, na forma da Lei 9.514/97, nas datas de **06/05/25 (1º leilão) e 08/05/25 (2º leilão)**, ambas às **9h**, o leilão do seguinte imóvel: **LOTE 13 - Taguatinga/DF.** Bairro Taguatinga do Norte (in loco). Quadra CSD 04 (Lote 02). Casa. Áreas: construída 782,00m² (in loco) e terreno 210,00m². Matrícula 123.981 do 3º RI da Comarca de Águas Claras/DF. Obs.: Denominação de bairro e benfeitorias pendentes de averbação no RI. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual divergência de denominação de bairro, logradouro e área construída que vierem a ser apuradas no local com as lançadas em cadastro imobiliário e averbadas no RI, correrão por conta do comprador. Ocupado. (AF). **Lance mínimo: 1º Leilão R$ 2.296.730,81. 2º Leilão R$ 2.310.817,25** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **COND. DE PGTO.:** à vista, mais comissão de 5% à Leiloeira. **DA PARTICIPAÇÃO ON-LINE:** mediante cadastro prévio no site da Leiloeira. **OBS.:** O Fiduciante possui direito de preferência de compra, nos termos da lei.

Consulte cond. de Venda e Pagamento: banco.bradesco/leiloes e pestanaleiloes.com.br | **51 3535.1000**

LEILÃO DE IMÓVEL

REGIDO PELA LEI 9.514/97 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
(CREDORA FIDUCIÁRIA: ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A)

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na JUCIS-DF sob o nº 33, devidamente autorizado, realizará no dia **24/04/2025** às 11h00, pelo lance mínimo de R$ 289.900,00 (duzentos e oitenta e nove mil e novecentos reais), calculado na forma do art. 27, §1º da Lei 9.514/97, ou, em não havendo licitante, dia **25/04/2025** às 11h00, pelo lance mínimo de R$ 337.977,67 (trezentos e trinta e sete mil novecentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos), calculado na forma do art. 27, §§ 2º e 3º da Lei 9.514/97, Leilão Público Extrajudicial do imóvel caracterizado pelo(a) **Apto nº 202 e Vaga de Garagem nº 178, Bloco 'C", Lotes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 20, 21 e 22, Conjunto 07, Quadra 301, Centro Urbano, Samambaia-DF, com área privativa de 70,96 m2, com matrícula no 3º CRI do DF sob o nº 281.146**, oriundo de consolidação de propriedade em favor de ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A (ZM SCD), inscrita no CNPJ sob o 49.947.715/0001-45, por força de Cédula de Crédito Bancário (CCB) com Alienação Fiduciária em Garantia, nos termos da Lei 9.514/97, celebrado entre a Credora Fiduciária acima descrita e VANUZA SANTOS DO NASCIMENTO, portador(a) do RG nº 37.785 MTE/DF e CPF nº 703.822.541-39, tendo como devedor(a)(es) solidário(a)(s) DIEGO HENRIQUE DA SILVA COELHO, portador(a) do RG nº 3.660.779 SESP-DF e CPF nº 042.925.151-31, tendo sido o(a) devedor(a) fiduciante e o(a) devedor(a)(es) solidário(a)(s) devidamente constituído(a)(s) em mora. A venda será feita à vista, a quem maior lance oferecer, respeitados os valores mínimos acima descritos, acrescidos de 5% (cinco por cento) de comissão do Leiloeiro. Os débitos de IPTU/TLP e Taxas Condominiais, se for o caso, cujos vencimentos ocorram até o dia 25/04/2025 correrão por conta da Credora Fiduciária. O imóvel encontra-se ocupado, correndo por conta do(a) arrematante todas as providências necessárias para sua desocupação, assim como todas as despesas com pagamento de emolumentos cartoriais e impostos (ITBI) decorrentes da lavratura e do registro da escritura pública de compra e venda. **O Leilão será realizado de forma exclusivamente eletrônica através do portal WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR**. Fica(m) o(a)(s) devedor(a)(es) fiduciante(s) e devedores solidários, por este edital, desde já intimado(a)(s) das referidas datas.

Capital Leilões®
Leilões Judiciais e Extrajudiciais

Edital completo, Fotos e Certidão de Ônus disponíveis no site **WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR** ou pelos tels. (61) 3552-4847 e (61) 9968-6566.

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO
Leiloeiro Público Oficial

LEILÃO DE IMÓVEL

REGIDO PELA LEI 9.514/97 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
(CREDORA FIDUCIÁRIA: ECAP ENGENHARIA LTDA)

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na Junta Comercial do DF sob o nº 33, devidamente autorizado, torna público que realizará no dia **24/04/2025** às 11:00h, pelo lance mínimo de R$ 455.276,12 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil duzentos e setenta e seis reais e doze centavos) calculado na forma do art. 27, §1º da Lei 9.514/97, ou, em não havendo licitante, dia **25/04/2025** às 11:00h, pelo lance mínimo de R$ 228.069,75 (duzentos e vinte e oito mil sessenta e nove reais e setenta e cinco centavos)calculado na forma do art. 27, §§ 2º e 3º da Lei 9.514/97, Leilão Público Extrajudicial do(a) **Unidade Autônoma nº 13 do Conjunto 02, Condomínio Residencial Le Jardin 1, Lote nº 01, Quadra C-2, Setor Habitacional Tororó, Brasília-DF, com área de terreno de 401,65 m2**, com matrícula no 2º CRI do DF sob o nº 161.984, oriundo(a) de consolidação de propriedade em favor de ECAP ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 05.945.467/0001-28, por força de Escritura Pública de Compra e Venda com Alienação Fiduciária em Garantia, celebrado entre a Credora Fiduciária e MARCELA ALENCAR ARAÚJO DE CARVALHO, portador(a) do passaporte nº FL273197 expedido pela SR/DPF/DF e CPF nº 028.963.011-86, tendo sido o(a)(s) devedor(a)(es) fiduciante(s) devidamente constituído(a)(s) em mora. A venda será feita à vista, a quem maior lance oferecer, respeitados os valores mínimos acima descritos, acrescidos de 5% (cinco por cento) de comissão do Leiloeiro. Os débitos de IPTU/TLP e Taxas Condominiais cujos vencimentos ocorram até o dia 25/04/2025 correrão por conta da Credora Fiduciária. O imóvel encontra-se sem qualquer construção. Caberá ao arrematante o pagamento dos emolumentos cartoriais e impostos (ITBI) decorrentes da lavratura e do registro da Escritura Pública de Compra e Venda. **O leilão será realizado de forma exclusivamente eletrônica através do portal WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR.** Fica(m) o(a)(s) devedor(a)(es) fiduciante(s), por este edital, desde já intimado(a)(s) das referidas datas.

Capital Leilões®
Leilões Judiciais e Extrajudiciais

Edital completo, Fotos e Certidão de Ônus do imóvel disponíveis no site **WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR** ou pelos tels. (61) 3552-4847 e (61) 9968-6566.

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO
Leiloeiro Público Oficial

Trabalho& formação profissional

Veja o suplemento **TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL** veiculado todos os domingos no jornal **CORREIO BRAZILIENSE** e fique por dentro das melhores oportunidades de emprego, estágios, cursos, datas e dicas sobre concursos públicos e matérias sobre comportamento profissional.





Aponte a câmera do seu celular no QR Code para entrar em contato conosco

@classificadoscb

@classificadoscb

Obs: As vagas de emprego estão disponíveis no caderno Trabalho & Formação Profissional excepcionalmente aos domingos

SALAS

ASA NORTE

INVEST FLAT VENDE
ED FUSION WORK e Live - Sala 37m² 10 andar. Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

GAMA

PEDRO JR C 12778 VENDE
COND ALTO da Boa Vista excel lote 504m2. Preço ocasião. 98481-4268

PEDRO JR C1278 VENDE
COND ALTO da Boa Vista lt 504m2 R$ 400.000,00. Tr: 98481-4268/ 3591-1306

PEDRO JR C1278 VENDE
COND ALTO da Boa Vista lt 504m2 R$ 400.000,00. Tr: 98481-4268/ 3591-1306

GUARÁ

SR. IMÓVEIS CJ 9417

QI 08 Excelente Lote comercial, 400m2. Podendo construir 3 vezes. Aceito 100% em imóveis 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

SAMAMBAIA

PLANO EMPREEND.
SAMAMBAIA SUL lote quitado c/ área 275m2 regularizado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

VALPARAÍSO

BR 040/GO 16 MIL M²
VALPARAÍSO-GO 300m frente p/ BR 040/GO km 8, próx. Sup. Vivendas, sentido Luziânia BUILT TO SUIT. Próprio para CD, mercado, atacado ou logística. Tr: 61 9.9868-1355 wpp

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

RITA LANDIM VENDE
PADRE BERNARDO GO linda chác. 14.000 m2. 3552-4358 c/12179

SANTO ANTÔNIO do Descoberto-GO - Oportunidade 50hc. muita água99981-9390 cj4371

OUTROS ESTADOS

VALE DO PARANÃ - GO
ÚLTIMA FRONTEIRA Agrícola do Estado de Goiás. Distante 270Km de Bsb 2.800 Ha, 1.500 Ha formado, bastante água, 40 divisões de pasto, boa sede, 2 currais ót preço 61 99978-1485

2 IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel
2.2 Apartamentos
2.3 Casas
2.4 Lojas e Salas
2.5 Lotes, Áreas e Galpões
2.6 Quartos e Pensões
2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

SR. IMÓVEIS CJ 9417

RUA 37 SUL Lt 16 Residencial Rivoli 2qts sendo 1 suite, garagem, lazer completo, 7 andar, 60m2. Bem localizado, ao lado da Estação do Metrô, aluguel R$ 2.300,00 condominio R$ 570,00 IPTU 06 parcelas de R$ 160,00. Marque sua visita. Santiago 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS CJ 9417

RUA 37 SUL Lt 16 Residencial Rivoli 2qts sendo 1 suite, garagem, lazer completo, 7 andar, 60m2. Bem localizado, ao lado da Estação do Metrô, aluguel R$ 2.300,00 condominio R$ 570,00 IPTU 06 parcelas de R$ 160,00. Marque sua visita. Santiago 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

ASA NORTE

3 QUARTOS

CLN 408 Bl D 3qts c/ armários cozinha e copa c/arms 2wc reformado R$ 2.400,00 Tr. 99157-7766 c9495

STN SOF Norte Qd 02 Bl B lt 13 ap 101 al ap 3q ref a.emb sl cz wc $ 1.500 991577766 c9495

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

CRUZEIRO

1 QUARTO

TRATO FEITO IMÓV
QD 10 Alugo casa 1 qto sala grande, quintal, sozinha no lote, próx a tudo 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV
QD 10 Alugo casa 1 qto sala grande, quintal, sozinha no lote, próx a tudo 99418-8477 cj21694

GUARÁ

3 QUARTOS

QE 26 Proprietário aluga casa mobiliada no Guará 2, com 3qtos. Contrato á partir de 1 ano. Valor R$ 4.300. Tr: 61 99317-2882

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su çite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS CJ 9417

SCLRN 712 Prédio de frente para W3 com subsolos, térreo, 1 e 2 andarares, com 220 metros. Reformadíssimo. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

PARA CADA MOMENTO DA VIDA EXISTE UM LUGAR CERTO

Acesse e encontre o seu.



+ de 200 mil ofertas

LUGARCERTO.COM.BR

O portal de imóveis para quem quer comprar ou alugar.

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.

lugarcerto .com.br

CORREIO BRAZILIENSE
Você à frente de tudo

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis
3.2 Caminhonetes e Utilitários
3.3 Caminhões
3.4 Motos
3.5 Outros Veículos
3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

VOLKS

GOL 06/07 4pts inteiro vendo ou troca Tr: (61) 99969-9595/99909-7931

GOL 06/07 4pts inteiro vendo ou troca Tr: (61) 99969-9595/99909-7931

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

TOYOTA

COROLLACROSS XRE 23/24 novo 40.000km . ‡nica dona 99981-9390

HILLUX SRX 21/22 Nova 60.000 km ‡nico dono 99981-9390

HILLUX SRX 21/22 Nova 60.000 km ‡nico dono 99981-9390

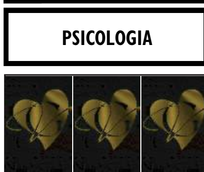
4

CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma
4.2 Moda, Vestuário e Beleza
4.3 Saúde
4.2 Comemorações, e Eventos
4.5 Serviços Profissionais
4.6 Som e Imagem
4.7 Diversos

4.3 SAÚDE

PSICOLOGIA



GERONTO VIDAS Há 20 anos atuando na área! Atendimento especializado no idoso com equipe completa, formada por médico, enfermeiro, fisioterapeuta, psicólogo, fonoaudiólogo e nutricionista. Valorizamos a sua história e prezamos pela sua saúde. Atendemos em consultório e em sua residência. Informações: (61) 3543--7471/ (61) 99927-0028

4.5 SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

DETETIVE ALESSANDRA
A Nº 1 Em fotos, filmagens, flagrantes. Sigilo e discrição total. Whatsapp / Gps / Monitoro 24h. Todas as áreas 61 99810-6976

DETETIVE ALESSANDRA
A Nº 1 Em fotos, filmagens, flagrantes. Sigilo e discrição total. Whatsapp / Gps / Monitoro 24h. Todas as áreas 61 99810-6976

LEILÃO de CASA NO CRUZEIRO (DF)
Quadra 03, Tipo "A", Bloco "B", Casa 21

matrícula 50.816 - Base Legal: Lei 9.514/1997

1o.leilão: 28/abril/2025 - Lance mínimo R$ 1.185.760,00
2o. leilão: 29/abril/2025 - Lance mínimo R$ 879.000,00

Leilões exclusivamente on-line. através do Site
www.paulotolentino.com.br
Fica intimado Sr.Luiz Carlos do Nascimento, CPF 153.077.941-34

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE – COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DOS LEILÕES
1º Público Leilão: 28/04/2025, às 10h30 | 2º Público Leilão: 30/04/2025, às 10h30

Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, mat. JUCESP 715, autorizada por **SPE ALPHAVILLE BRASÍLIA ETAPA II EMP. IMOB. LTDA.**, CNPJ nº 14.869.701/0001-76, **VENDERÁ** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, pelos art. 26 e 27 da Lei 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: Lote nº 08, da Quadra I**, à Alameda Suíça, do loteamento **Alphaville Residencial 2 e 3**, Cidade Ocidental/GO. **Área Total: 453,35m².** Mat. nº 3.715 do CRI de Cidade Ocidental/GO. Insc. Munic. nº 977093. Consolidação da Propriedade em 18/03/2025. **Valores: 1º Leilão: R$ 787.816,91. 2º Leilão: R$ 931.221,00**. **Ônus do Arrematante: i)** Pagto à vista do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** Custas/impostos/taxas para lavratura/registro da escritura; **iii)** Quitação dos débitos de IPTU e Condomínio vencidos antes/após os leilões; **iv)** Observar as restrições urbanísticas/construtivas; **v)** Custas/despesas para regularização de eventual benfeitoria/construção; **vi)** Custas/despesas com eventual desocupação. Venda *ad corpus,* imóvel entregue no estado em que se encontra. O interessado deve tomar conhecimento do **Edital de Leilão e Regras para Participação**, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, não podendo alegar desconhecimento. Fica o Devedor Fiduciante **EDUARDO CHERULLI FILHO** – CPF nº 004.309.241-19, comunicado dos leilões, também pelo presente edital, uma vez que se encontra em local desconhecido, para exercício da preferência. Informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485, Fones (19) 3794-2044/ (19) 3295-9777. End: Av. Rotary, 187, Jd. Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

SECRETARIA EXECUTIVA — MINISTÉRIO DE **MINAS E ENERGIA** — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90259/2025 MME – UASG 320004

NUP: 48340.000594/2025-91. Pregão Eletrônico nº **90259/2025.** Objeto: Contratação de serviços de forma contínua, de Assistente Técnico Administrativo (apoio) - nível superior e Encarregado-Geral, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados nas dependências do Ministério de Minas e Energia (MME), em Brasília-DF, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Total de itens licitados: 1. **Edital: 17/04/2025** das 9h às 12 h e das 14h às 17h, **Abertura das Propostas: 06/05/2025, às 10h00**. **Local:** www.gov.br/compras.

Maria José Soares Menon
Pregoeira/Agente de Contratação

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Infomática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

AMOR DE VOLTA EM 6 HORAS
ABA faz pacto de riqueza, cura impotência sexual , ejaculação precose, frieza sexual, afasta rivais,fornece números da sorte para jogos de loteria. Garantido em contrato. Atendemos também aos feriados. Falar c/ a Prof Jana (61) 9.9149-8430

TARÔLOGA TATIANE, joga-se cartas búzios, tarô, faz e desfaz qualquer tipo de trabalho, especialista em amarração amorosa 61 983792894

5.7 TURISMO E LAZER

SERVIÇOS

TEMPORADA

LADY GAGA-COPA Apto 2qtos mobil (2 camas de casal), 5 dias, R$ 800,00 cada. Entr. 30.04 saída 05.05 Tr. (61)99159-1059 Claudio

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES

AVISO DE SUSPENSÃO
Credenciamento n. 2/2025

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas visando à prestação conjunta de serviços de telefonia a partir de terminais móveis, nas modalidades SMP e STFC, na forma de um Plano Corporativo, envolvendo serviços de atendimento ao usuário.
A CÂMARA DOS DEPUTADOS faz público que adiou a abertura do credenciamento em epígrafe para data a ser posteriormente fixada.

Celso Barros Correia Neto
Diretor-Geral

EDITAL DE SELEÇÃO PARA AUDITORIA EXTERNA

O **Sindicato Nacional dos(as) Servidores(as) Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE)**, **CNPJ nº 03.658.820/0001-63**, cumprindo deliberação da 194ª Plenária Nacional, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberta seleção de empresa de auditoria externa, com perícia financeira, contábil, patrimonial e contratual para investigar possível responsabilidade, autoria e se houve culpabilidade no prejuízo sofrido pela entidade, na realização do **34º CONSINASEFE** e na reforma da casa do sindicato, localizada na Quadra 703, Bloco I, casa 3, Asa Sul, Brasília-DF.
A proposta deverá ser entregue até às **18 horas do dia 16 de maio de 2025 na sede do SINASEFE**, localizada no Setor Comercial Sul, Quadra 2, Bloco C, Entrada 22, Salas 109 e 110, Edifício Serra Dourada, Brasília-DF. Também poderá ser enviada por correspondência ou Sedex, desde que entregue na sede do SINASEFE até a referida data ou enviado por e-mail: **conselhofiscal@sinasefe.org.br.**

Veja o edital completo: **https://sinasefe.org.br/site/edital2025**

5.7 ACOMPANHANTE

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

PATRÍCIA ORGÁSMIICA
FAÇO ORAL até o fim, gemo gostoso!!! (61) 98539-7146

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS
AS 20 TODAS lindas bemestarmassagens.com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego
6.2 Procura por Emprego
6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AJUDANTE de serviços gerais p/morar. Casal. . Tratar: 99976-4334

6.1 NIVEL BÁSICO

AJUDANTE GERAL Salário + benefícios. (61) 99000-1621 ou colunas brasildf@ gmail.com

CONTRATA-SE
AUXILIAR DE COZINHA e Serviços Gerais. Asa Sul. CV para: jijocacamarao@gmail.com

CASEIRO MORAR no Lago Sul c/referências. Tr: (61) 98363-8808

CONFERENTE Material c/exp. constr civil 99000-1621 colunasbrasildf @gmail.com

MASSAGISTA p/ trabalhar com público masculino, ótimos ganhos. Asa Norte 61. 98205-1063

MASSAGISTA PRECISA-SE
COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

ÓTIMOS GANHOS!!
MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

MECÂNICO INDUSTRIAL c/exp. (61) 99000-1621 colunasbrasildf@gmail.com

TRABALHADOR RURAL Que saiba tirar leite Tr: 61 99342-3576

NÍVEL MÉDIO

ASSISTENTE Adm Comercial c/ exper. em venda, ambos sexos Clínica odontológica Enviar CV para : rhodontologiasamambaia@gmail.com

ATENDENTE para Lanchonete- Gama. CV p/: (61)99192-2425 Zap

AUXILIARADMINISTRATIVO nivel médio/ superior com CNH. Enviar CV p/: viadfrentacar@gmail.com

AUXILIAR ADMINISTRATIVO Salário inicial: R$ 1.600,00 2 a Sáb 9h às 17h Enviar CV p/ Whatsapp 99968-7615

AUXILIAR DE SAÚDE Bucal (ASB) c/ experiência e Registro CRO p/ Gama CV: vagagamarh @gmail.com

PET SHOP PRECISA
BANHISTA PROFISSIONAL c/ exper. pontual e gostar de animais, 44 hs semanais, R$1.800 + VL Transporte e 2 folgas/mês. Currículo p/ Zap 61 99606-6235.

6.1 NÍVEL MÉDIO

CONCEITUADO RESTAURANTE NA ASA SUL CONTRATA
CHEF DE COZINHA necessário experiência na área. Enviar currículo p/ buscaderh@gmail.com

EMPRESA PRECISA PARA A FUNÇÃO
DEPTO DE PESSOAL, com bons conhecimentos em legislação trabalhista, INSS, FGTS, transmissão de informações/ eventos para o e-social, rescisões de contrato. Enviar currículo com pretensão salarial para o e-mail: administrativo@coperbras.com.br

CCAA TAGUATINGA
INSTRUTOR DE IDIOMAS Contrata CV : taguatinga@ccaa.com.br ou QNA 43 casa 02 Tag Norte

PRECISA-SE
MASSAGISTA com ou sem experiência. Tratar: Kely (61) 99371-7655

MOTORISTA DE CAMINHÃO c/exp compr p/ viagens (61) 99000-1621 ou colunasbrasil df@gmail.com

OPERADOR DE EMPILHADEIRA Exp Mat Const, Ferragens. (61) 99000-1621 ou colunas brasildf@gmail.com

CONTRATAMOS
ORÇAMENTISTA COM EXPERIÊNCIA comprovada em licitações, pregão eletrônico e orçamentos na área de engenharia civil/instalações. CV c/ pretensão salarial p/ E-mail: avantebrasil44@gmail.com

PRECISA-SE
PIZZAIOLO/ CHAPEIRO e ATENDENTE na Vila Planalto. Enviar currículo no e-mail: vaga.navilaplanalto@gmail.com

VENDEDOR INTERNO
COM EXPERIÊNCIA elétrica//hidráulica. Enviar currículo p/ eletricamaya@gmail.com

MOTORISTA DE CAMINHÃO c/exp compr p/ viagens (61) 99000-1621 ou colunasbrasil df@gmail.com

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A **ASSOCIAÇÃO GERAL ALPHAVILLE BRASÍLIA**, CNPJ nº **13.059.766/0001-93**, com sede na Rua 22, Lote 01, QD. C2, Sala 03, Ed. Alpha Mall, Jardim ABC, Cidade Ocidental – GO, CEP 72897-040, nos termos do Estatuto, CONVOCA seus associados para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA VIRTUAL, a realizar-se no dia 30 de abril de 2025, às 19h em primeira chamada e 19h30 em segunda chamada, com qualquer número de participantes.
PAUTA: 1. Prestação de contas do ano de 2024; 2. Previsão orçamentária de 2025, sem alteração do valor da taxa associativa; 3. Destinação de equipamentos inservíveis e sobras de obras; 4. Ratificação da contratação do novo Gerente Geral; e 5. Informes gerais.
A assembleia será realizada via Plataforma Digital Âncora Condomínios, acessível pelo APP ou SITE. Associados devem garantir acesso atualizado. Para atualização cadastral ou envio de documentos, contatar Âncora Condomínios pelo telefone (61) 3323-1918 ou e-mail atendimento@ancoracondominios.com.br até o dia anterior à assembleia. Somente associados em dia com suas obrigações poderão votar, conforme estabelece o Estatuto.
Cidade Ocidental/GO, 17 de abril de 2025.
PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR

6.1 NÍVEL MÉDIO

WEB DESIGNER
DOMÍNIO do Photoshop Edição de fotos e vídeos (Premiere e After Effects) Vaga para Lago Sul . Enviar CV E-mail : recrutamentogrupoertty @gmail.com

PRECISO DE
DOMÉSTICA De Quarta a Domingo. Dormir no emprego: Sexta Sábado e Domingo. No Lago Sul QL 14, Brasília. Inf. somente por msg WhatsApp 61 98122-8159

ROSSONI RESTAURANTE E BAR CONTRATA
GARÇOM, COPEIRO e Barman Tr: 307 Asa Sul 61 99654-9350

NÍVEL SUPERIOR

CONTRATA-SE
DEPTO PESSOAL para escritório de Contabilidade em Tag. Enviar CV para: geresende@gmail.com

CONTRATA-SE
ESTAGIÁRIO (A) EM RH Ou Adminsitração direto com a Faculdade com bolsa. Interessados enviar CV para e-mail: premoldadosvagas@gmail.com

GESTOR DE RH E ADM
CONTRATA-SE (híbrido) Enviar CV: (61) 9.8155-1180

COLÉGIO NA ASA NORTE SELECIONA
PROFESSOR (A) LÝNGUA PORTUGUESA/ REDAÇ O c/ experiência comprovada - mínimo 3 anos. Interessados (as) enviar currículo lattes, até às 23h de 22 de abril de 2025 para: processoselecaoprof75 @gmail.com

RENDA EXTRA
GANHE DINHEIRO em casa R$199,00 por dia Presencial ou online tempo parcial ou integral. Inf: Whatsapp (61) 99975-2030 Oscar Reis

GESTOR DE RH E ADM
CONTRATA-SE (híbrido) Enviar CV: (61) 9.8155-1180

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

PROCURO por emprego de doméstica para trabalhar e morar que seja casa. (61) 99192-5326

AGÊNCIA CONFIANÇA há mais de 30 anos, tem também : Secretaria do Lar, Arrumadeira, Diarista, Cozinheira de forno e fogão, Babá , Passadeira , Aux Serviços Gerais, Caseiro, cuidadora de idosos e motorista . Tel.: 3356-3351 ou 98609-0574